



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da Conferência Internacional Democracia na América Latina**

Hotel Blue Tree Park, Brasília-DF, 02 de dezembro de 2004

Minha cara Elena Martinez, diretora regional para América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,

Meu caro Carlos Lopes, coordenador residente do sistema das Nações Unidas no Brasil,

Meu querido companheiro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu querido companheiro Aldo Rebelo, ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República,

Senhores e senhoras participantes da Conferência Internacional Democracia, Participação Cidadã e Federalismo,

Meus amigos e minhas amigas,

Minha querida Margareth Keck, que estou vendo aí depois de tantos anos,

Meus amigos e minhas amigas,

Democracia não é uma palavra solitária. Ela se fortaleceu na vida dos povos e na história das nações na companhia virtuosa de direitos civis e avanços sociais arduamente conquistados nas lutas por soberania, justiça e dignidade.

Sua capacidade de inaugurar o futuro e legitimar a mudança adicionou atributos civilizatórios ao processo de desenvolvimento. Hoje, eles estão sintetizados na grande aspiração pelo crescimento que distribui riqueza, que fortalece a liberdade, promove a paz e eleva o espírito humano.

Na América Latina, mais que em qualquer outro lugar, a história ensinou



que o regime da liberdade é incompatível com a lógica da opressão política e da opressão econômica.

Há vinte e cinco anos, apenas três países deste continente desfrutavam a brisa renovadora da democracia. Nos demais, a asfixia das liberdades e a supressão dos direitos humanos eram acenados, não raro, como moeda de troca indispensável à aceleração da engrenagem econômica.

Terrível engano. Aprendemos na carne que a supressão das urnas cega também as forças de mercado e conduz à uma riqueza que não reparte, oprime os pobres e persegue os justos.

Minhas amigas e meus amigos,

O desenvolvimento é uma forma especial de expansão da economia. Não é a sua expressão comum, natural. Não se confunde com o simples crescimento das estruturas existentes. Acima de tudo, o desenvolvimento é uma mudança da sociedade que liberta seu potencial econômico e permite superar os desequilíbrios sociais que a constroem.

Trata-se, portanto, de uma obra singular de arquitetura política, razão pela qual requer estruturas democráticas que o sustentem, e um projeto social que o conduza.

Essa, infelizmente, não foi a lógica que prevaleceu na América Latina ao final do ciclo autoritário.

Encerrada a luta pela redemocratização, Estados nacionais e projetos legítimos de transformação foram submetidos a um enquadramento econômico e político dotado de pressão máxima.

Uma receita ortodoxa foi transplantada para nossos países como se fosse possível realizar, aqui, a mesma trajetória conduzida pelas facilidades existentes nos países ricos.

A começar pela inexistente disponibilidade de moeda forte e, a partir dela, da permissão para negligenciar déficits na balança comercial e desequilíbrios nas contas correntes.



O implante desse corpo estranho exigiu o abandono incondicional de todo e qualquer planejamento público, bem como o veto a idéias, estruturas e valores que pudessem mediar as forças do mercado com a ação republicana e democrática da sociedade.

É preciso reavivar a memória desses fatos para que se possa avaliar exatamente o que entendem por eficiência aqueles que hoje se arvoram sabedores do que fazer, mas que, na verdade, são responsáveis por esses equívocos do passado.

O infortúnio dos anos 90, em grande parte, não foi obra da fatalidade, mas um engessamento voluntário das instituições e do Estado, a tal ponto que a democracia perdeu sua credibilidade como poder regulador, e a política a sua prerrogativa transformadora da sociedade.

Para a América Latina esse processo significou um trágico empobrecimento.

O PIB per capita ainda não recuperou os níveis de 1997, ou seja, são sete anos de estagnação e retrocesso na renda da população.

A formação bruta de capital fixo permaneceu estagnada nos anos 90.

Nossa participação no comércio mundial de manufaturas cresceu apenas 0,6% em dez anos.

A dívida externa atingiu US\$ 744 bilhões de dólares e as transferências líquidas de capitais devoraram 5% do PIB, em média. Duzentos e vinte milhões de pessoas – mais de 40 por cento da população – vivem abaixo da linha de pobreza definida pelas Nações Unidas.

Mais de 90 milhões de pessoas foram empurradas para as faixas da pobreza e 23 milhões perderam espaço na classe média.

O desemprego atinge 18% dos jovens e uma, em cada três crianças, passa fome.

Todos aqui nos preocupamos com os resultados da recente pesquisa do PNUD em que mais da metade dos latino-americanos diz que trocaria a



democracia por um regime autoritário se ele fosse capaz de resolver os problemas econômicos.

Tenho certeza de que não é o regime democrático que está sendo rejeitado. O que o povo não mais tolera é esse êxodo de homens, mulheres, jovens, velhos e crianças, expulsos da terra, do emprego, da dignidade e da democracia.

Para que essa diáspora não se cristalize num verdadeiro *apartheid*, cabe-nos ousar. Homens deste continente, com visão de futuro e capacidade de realização, como Raul Prebisch e Celso Furtado, já ensinaram que o combate à pobreza na América Latina não pode ser a consequência do crescimento, mas sim a sua mola propulsora.

Portanto, não se trata de uma tarefa que a sociedade possa adiar para um futuro melhor. Só haverá futuro melhor se o círculo de ferro que concentra o poder e a renda transitar para estruturas mais justas de repartição econômica e participação política. Significa dizer que superar o subdesenvolvimento não é missão que se possa delegar a forças avessas ao escrutínio democrático e ao consenso estratégico do continente. Ao contrário. O desafio que se impõe à democracia latino-americana somente será resolvido com o estreitamento cada vez maior dos laços econômicos, culturais e políticos que nos permitam redesenhar o novo espaço da soberania na era da globalização.

O relógio político da América Latina avançou velozmente nos últimos dois anos. Até algum tempo atrás, o medo, a desconfiança, a baixa auto-estima existentes nos países da América do Sul faziam com que vivêssemos isolados ou preferíssemos privilegiar relações com países do Norte.

A vontade política de integração dos atuais presidentes permitiu a descoberta de afinidades e convergências, e isso tem tornado os nossos países mais fortes.

Integração também significa estradas, hidrovias, telecomunicações, pontes, ferrovias, aeroportos – e ainda confiança mútua e complementaridade



política.

Hoje podemos dizer que o sonho de Simon Bolívar, no século XXI, chama-se Comunidade Sul-Americana das Nações. E não é mais o sonho de um herói, mas a realidade de uma era. Ela começa a nascer no próximo dia sete, em Cuzco, e será o primeiro passo de uma unificação histórica de todas as forças econômicas e democráticas deste continente.

Mais cedo do que tarde, assistimos a uma integração que desembarcou dos sonhos para atravessar pontes, cruzar rodovias, trocar produtos, compartilhar culturas e respaldar a liberdade democrática.

A nova espada da integração é a cooperação e a identidade democrática. Dois fatores distinguem a atual convergência continental das tentativas de integração dos anos 50 e 60, inspiradas nos ideais terceiro-mundistas. Em primeiro lugar, temos consciência plena de que não existe desenvolvimento em um só país; portanto, nenhuma nação será auto-suficiente, nem sua economia autárquica. Na globalização, a fronteira da soberania chama-se justiça social, e ela requer grandes blocos de forças para ser defendida e ampliada.

Em segundo lugar, é evidente que a integração comercial das nações em desenvolvimento desfruta agora de uma relevância econômica e política inexistente no passado.

Nosso peso econômico é maior. As trocas comerciais Sul-Sul se expandem. O potencial do comércio, inclusive com os países da Ásia, criou novas dinâmicas para o desenvolvimento.

Deixamos o campo da retórica. Juntos somos uma poderosa força de pressão e de mudança nas negociações internacionais.

Meus amigos e minhas amigas,

Nada mais falso do que enxergar nesse cenário um dilema entre democracia e desenvolvimento.

Na verdade o que existe é o oposto: uma interdependência em marcha



forte. Ela conduz a uma espiral ascendente de participação econômica e política que não se restringe mais ao perímetro de cada Nação, mas deve mobilizar todo o continente em busca de formas inovadoras de representação popular.

Uma delas é o Parlamento do Mercosul, cujas bases serão lançadas até o final de 2006, constituindo-se por certo na semente de um parlamento latino-americano de todos os nossos povos.

Nossos problemas com a democracia, portanto, serão resolvidos com mais desenvolvimento sustentado. E os nossos problemas com o desenvolvimento, serão resolvidos com mais democracia econômica, ou seja, com distribuição de renda e poder.

O crescimento feito de ciclos curtos, tal qual o conhecemos até hoje, fundado na perpetuação de privilégios, tornou-se incompatível com a nova realidade da política continental.

Um novo ciclo de prosperidade econômica da América Latina está começando – as evidências estão aí para todos verem – e crescerá juntamente com a prosperidade democrática de cada povo, de cada nação e de todo o continente.

Não podemos delegar o nosso futuro, as nossas responsabilidades e as nossas escolhas. Mas podemos, devemos e iremos caminhar juntos; porque juntos, somos mais fortes; mais fortes, somos mais livres, e, livres, somos mais justos.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu creio que não é possível discutir democracia na América Latina sem analisar o que aconteceu na América Latina nos últimos dois anos.

É importante lembrar que há 10 anos ou há 15 anos, muitos dos grandes intelectuais na América Latina, possivelmente, não vislumbrassem o que aconteceu nos últimos dois anos. A nossa eleição, no Brasil; a eleição do Kirchner, na Argentina; a eleição do Lúcio Gutiérrez, no Equador; a eleição do



prefeito de Bogotá e do próprio presidente Uribe; o referendo e a eleição do Chaves, na Venezuela; o Lagos, no Chile; o Tabaré, eleito, agora, no Uruguai; o Nicanor Duarte, no Paraguai. Se a gente for analisar, e talvez eu tenha esquecido algum país da América do Sul, onde eu conheço mais a política, os avanços que houve nesses dois anos, nós vamos perceber que a América Latina deu um salto extraordinário para consolidar o processo democrático.

Vocês acompanharam de perto. Aqui, no Brasil, fizemos um *impeachment* de um presidente e não aconteceu nada. A democracia continuou. Aqui, no Brasil, tivemos alguns exemplos de participação popular que eu acho muito importante. Há 20 anos, uma parte da elite brasileira tinha medo que nós ganhássemos as eleições imaginando que nós íamos criar no Brasil uma República sindicalista. E hoje nós não só ganhamos as eleições, como o Presidente da República é sindicalista; o Ministro da Fazenda foi sindicalista; o Secretário-Geral da Presidência da República foi sindicalista; o Ministro de Comunicações foi sindicalista; o Ministro das Cidades foi sindicalista, ou seja, são nove sindicalistas que estão, hoje, ocupando cargos importantes. E a República brasileira não ficou enfraquecida e a democracia não perdeu, pelo contrário, ela ganhou.

E por conta dessa experiência, nós estamos completando, no dia 1º de dezembro, 23 meses de governo, e uma parte dos presidentes são até mais novos do que eu. E nós estabelecemos um critério político para a América Latina que foi um trabalho incansável. Quem é argentino, aqui, sabe que não é fácil a gente diminuir as divergências históricas entre brasileiros e argentinos, que começa pelo futebol, passa pelo tango, vai para a política, vai para a economia, e nós, com muita perseverança, com muita vontade do presidente Kirchner e, antes, do presidente Duhalde, conseguimos implementar uma relação entre Brasil e Argentina, não de dois países antagônicos.

Muitas vezes tivemos o antagonismo levado por parte da burocracia dos



dois países que, historicamente, divergiam por qualquer coisa, mas há o entendimento de que se nós acreditamos na integração da América Latina, da América do Sul e se nós acreditamos no fortalecimento do Mercosul, Argentina e Brasil precisam levar muito a sério a sua relação, porque se Argentina e Brasil não estiverem bem, certamente não estarão bem os outros países, e os reflexos serão prejudiciais para todo mundo. Eu tenho a convicção e certeza de que esse é o pensamento do presidente Kirchner, esse é o nosso pensamento e esse é o pensamento de outros presidentes da América do Sul que há pouco tempo atrás preferiam ter uma relação com a América do Norte, achando que ao ter uma relação com o Brasil, com a Argentina, nós poderíamos ser os imperialistas que tanto fazia temer os países que têm fronteira conosco.

Então, estabelecemos uma relação de confiança. E eu quero dizer para vocês uma coisa, aqui, muito importante, para fazer justiça. Em 1990 eu tinha perdido as eleições e nós, em junho de 90, criamos uma coisa chamada Fórum de São Paulo. Foi a primeira tentativa de unificar a esquerda da América Latina que não conversavam entre si. Eu me lembro que na primeira reunião, em São Paulo, a República Dominicana chegou com 18 organizações de esquerda. Eu me lembro que, a única coisa que unificava a esquerda da Argentina era o Maradona, porque a gente estava em época de Copa do Mundo.

E eu me lembro das divergências, que pessoas não conversavam na sala. Hoje, eu tenho discutido com o meu companheiro Marco Aurélio que foi, durante muitos anos, um coordenador; muita gente que participava do Fórum de São Paulo, ou ganhou as eleições, ou participa diretamente do governo de muitos países na América do Sul. Isso para registrar o avanço extraordinário que nós conseguimos aqui; isso para registrar, eu diria, a consolidação de um processo democrático que, na minha opinião, é irreversível. E todos nós sabemos, Kirchner, eu, Tabaré, vai saber logo, logo; Nicanor Duarte sabe; Uribe sabe; Chaves sabe. Todos nós sabemos que ainda estamos longe de consolidar a combinação entre democracia política, democracia institucional,



democracia social e democracia econômica, até porque todos os países são detentores de uma dívida secular com a parte mais pobre da população, e recuperá-la exige perseverança, exige maturidade e exige determinação.

E para consolidar esse processo democrático, uma pequena experiência que eu acho importante vocês terem, aqui, e vão ter com outros companheiros debatedores é que nesses 23 meses de governo, nós fizemos 12 conferências nacionais que foram resultado das conferências estaduais e das conferências municipais para definirem a principal política que o governo iria adotar, seja no âmbito da política habitacional, seja no âmbito na política de saúde, da política cultura, da política das mulheres, da política da igualdade racial.

Segundo, nós, na construção do Plano Plurianual, fizemos uma coisa, eu acho que inédita na história do Brasil. Foram 2.700 entidades que participaram nos municípios, nos estados, e numa conferência nacional, para que a gente pudesse aprovar o projeto Plurianual. Criamos um Conselho de Desenvolvimento Social, que discute as principais políticas que o governo adota ou os principais projetos que o governo manda para o Congresso Nacional. Por conta disso, nós conseguimos aprovar algumas coisas que eu considero extremamente relevantes e, certamente, em outros países da América Latina isso vai acontecer. Nós aprovamos, em dez meses, a reforma tributária, a reforma da Previdência Social e, mais recentemente, aprovamos a reforma do Poder Judiciário que estava praticamente há 12 anos dentro do Congresso Nacional e não conseguia sair do papel.

Essas ações são uma demonstração de um processo de participação da sociedade que, eu penso, é um aprendizado de tudo que nós militamos na nossa vida, nos movimentos sociais no Brasil. Certamente é o aprendizado da militância de todos vocês, ao longo da história. E quero dizer que, certamente, estaremos longe de construir o processo de democratização perfeito que todos nós sonhamos.

O dado concreto e objetivo é que os atuais presidentes deste continente,



e eu falo por aqueles que eu conheço, não estão dispostos a repetir os erros dos governantes do passado.

Quero lembrar a vocês, e poderia pegar dois exemplos aqui, que houve um tempo em que se falava que o Mercosul estava em crise, e que o Mercosul ia acabar. Não só o Mercosul não está em crise como ele está fortalecido, como todos os países da América do Sul estão participando, agora, do Mercosul. E, no dia 7 em curso, como eu disse no discurso, nós vamos constituir a Comunidade Sul-Americana das Nações.

É um passo extraordinário, e isso exige muita conversa. Eu visitei todos os países mais de uma vez; todos os presidentes da América do Sul vieram aqui, alguns mais de uma vez. Reconstruímos a nossa relação com outros continentes, porque estávamos muito voltados para a Europa e para os Estados Unidos.

Países como a Bolívia, por exemplo, acreditavam mais nos Estados Unidos do que no Brasil. Nós precisamos construir essa relação, de mostrar que a possibilidade da América do Sul e a possibilidade da América Latina estava em transformar o nosso discurso retórico de integração, que todos os candidatos terminavam os seus comícios falando na integração sul-americana, em coisas concretas: na construção de estradas, na construção de pontes, na consolidação de telecomunicações, eu diria, na construção de aeroportos, porque tem países da América do Sul que para virem ao Brasil têm que ir a Miami primeiro, ou seja, aí não vêm mais para o Brasil. Tem país da África que, para ir para a Argentina, tem que ir para os Estados Unidos ou tem que ir para a França. Aí não vem mais, fica lá mesmo, faz negócio lá mesmo.

Então, esse processo é um processo longo, duro, mas que só dará certo se as pessoas que estão na mesa de negociação tiverem confiança uns nos outros. E isso eu penso que nós conquistamos. Conquistamos com todos os presidentes, com muita conversa, com muita lealdade.

Vocês estão lembrados quando nós fizemos aquele encontro em



Cancún, que a imprensa da maioria dos países da América Latina vendeu como um fracasso. Hoje, o G-20 está consolidado, é uma referência para a discussão de qualquer processo da Organização Mundial do Comércio. E eu penso que nós estamos consolidando isso cada dia mais. Países que tinham desistido e voltaram ao G-20.

Portanto, meus amigos e minhas amigas, eu acho que nós temos que ter orgulho do que fizemos até agora. Muito orgulho. Nós sempre estamos devendo alguma coisa para nós mesmos, e é normal que seja assim. É importante que a gente nunca esteja satisfeito com aquilo que a gente fez, é importante que a gente sempre esteja querendo fazer um pouco mais, que a gente sempre acredite que é possível fazer um pouco mais. E que tenha toda a paciência do mundo, para que a gente não dê os passos errados, porque um passo errado pode significar alguns anos de atraso.

Vocês lembram, no tempo glorioso, em que os argentinos comemoravam que 1 peso valia 1 dólar; vocês se lembram do tempo glorioso em que no Brasil se comemorava que 1 real valia 1 dólar. Como mentira tem perna curta, nem 1 real valia 1 dólar, nem 1 peso valia 1 dólar. E, quando a economia se ajustou, todos nós sofremos com isso e perdemos muito e, agora, temos a obrigação de, com muita responsabilidade, recuperar não só a consciência do povo na nossa economia, na nossa democracia, mas, concomitantemente, fazermos as políticas sociais que foram a razão pela qual nós todos chegamos ao poder.

Muito obrigado, e boa sorte.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura do Fórum Mundial do Turismo**

Salvador-BA, 01 de dezembro de 2004

Senhor governador da Bahia, Paulo Souto,
Senhoras e senhores embaixadoras e embaixadores acreditados junto
ao meu governo,

Senhor Carlos Lopes, representante da ONU,

Meus companheiros ministros Walfrido Mares Guia,

Companheiro Jaques Wagner,

Companheira Marina,

Companheiro Gilberto Gil

Meu caro Ronaldo Lessa, governador do estado de Alagoas,

Meus queridos companheiros deputados federais, Colbert Martins,
Daniel Almeida, Josias Gomes, Mário Negromonte, Reginaldo Germano,
Severiano Alves, Nelson Pellegrino, Luiz Bassuma,

Prefeitos eleitos,

Meu caro prefeito Antonio Imbassahy, de Salvador,

Meu caro João Henrique, prefeito eleito de Salvador,

Senhor Sérgio Foguel, presidente do Instituto de Hospitalidade,

Companheiros deputados estaduais,

Vereadores,

Secretários de turismo dos estados que estão aqui presentes,

Normalmente a gente termina esquecendo o mais importante, que são
as pessoas que fazem a política dos estados.

Eu queria fazer um apelo aos companheiros do teatro, que iluminam
aqui, se poderiam iluminar um pouco o povo para a gente... senão, eu vou



embora de Salvador sem ver a cara das pessoas que estão aqui participando, porque a gente não consegue enxergar daqui.

Vejam que ironia, toda vez que você fala por último e traz um discurso escrito, corre o risco de repetir coisas que as pessoas falaram.

Eu queria dizer a vocês, sobretudo, para os nossos visitantes, os nossos convidados, ministros de países amigos que estão aqui, que o nosso país está vivendo um momento, eu diria, muito bom. Nós estamos vivendo um momento em que o brasileiro descobriu-se como personagem importante no planeta Terra. Nós recuperamos e estamos recuperando a nossa auto-estima.

Nós estamos deixando de enxergar o turismo como uma coisa primitiva, em que a gente só sabia dizer que tinha as melhores praias do mundo, as mais bonitas florestas do mundo, mas não dava nem um passo para transformar isso em atração turística para o nosso povo e para os povos de outros países. Até porque o turismo exige muito profissionalismo, muita competência, e exige você enxergá-lo como uma peça primordial para o desenvolvimento sustentável que os países tanto necessitam e que, muitas vezes, não o tratam com a força que ele pode ter como fonte geradora de riqueza e de empregos, sobretudo, para a juventude dos países onde nós moramos.

E quando eu digo profissionalismo no turismo, eu digo que as pessoas precisam conhecer primeiro. As pessoas precisam saber não apenas o que tem em cada região, mas precisam conhecer as condições de cada região. Porque também o turista é um ser exigente, ele paga e pelo pagamento que faz, quer ser bem tratado, quer ser bem recebido, quer comer bem, quer dormir bem, quer ser respeitado, não quer ser violentado, e essas são as coisas mínimas que nós temos que oferecer às pessoas.

No Brasil, muitas vezes, nós cometemos um equívoco, porque nós permitimos que apenas as desgraças apareçam e não apresentamos as virtudes, sem negar as desgraças que existem. Eu, por exemplo, acho que a questão da violência no Brasil é um fator que joga contra o Brasil. Muitas



vezes, eu acho que a pobreza de muitos países da América Latina e da África são ingredientes contra o nosso próprio desenvolvimento na área de turismo. A gente não precisa negar isso, mas temos que mostrar as outras coisas boas que nós temos. Nós temos que fazer uma espécie de balanço, para que a gente possa atrair as pessoas para virem aqui. E é por isso que eu tenho, Governador e companheiros baianos, falado da Bahia. E tenho dito isso em regiões com outros governadores. O governador Ronaldo Lessa estava num ato com nove governadores quando eu falei; o ministro Walfrido é testemunha que eu tenho provocado os outros governadores a fazerem o mesmo que a Bahia fez. Muito mais importante do que qualquer coisa, a Bahia conseguiu uma coisa extraordinária que foi transformar a “baianidade” numa auto-estima, numa coisa de valor, numa coisa importante. Está certo que tem uns artistas como o Gilberto Gil, que por si só já é um garoto propaganda da Bahia há muito tempo, tem o Caetano, tem a Bethânia, tem a Gal, tem a Margareth Menezes, tem tanta gente boa, mas um pouco de profissionalismo ajuda demais.

E nós temos coisas maravilhosas pelo Brasil afora que as pessoas não sabem. Eu dizia para o governador Ronaldo Lessa: muitas vezes, a gente vê notícias de muitos estados do Nordeste, que é a minha região, pela miséria, ou quando tem muita seca, que mostra o gado morrendo, as pessoas carregando lata d'água na cabeça ou quando tem enchente, em que está todo mundo morrendo afogado. Entre a enchente e a seca não tem nada, e tem. Tem cidades maravilhosas, praias maravilhosas, recantos históricos extraordinários, e nós não mostramos isso. Então, muitas vezes, um brasileiro de classe média, por não conhecer o seu próprio país, prefere viajar para Miami, prefere viajar para outros países. É bom viajar também. Eu não sou contra viajar, porque uma viagem internacional abre a cabeça das pessoas de forma extraordinária, a pessoa fica mais sabida, mais culta, não mais inteligente, mas passa a dominar coisas que até então estavam distantes dela. Então, o turismo para



mim tem esse valor. E o turismo misturado com a paz é muito mais valoroso ainda.

Por isso, não poderia ser melhor o lugar deste primeiro Encontro. Vocês que vieram de fora, ao conhecer um pouco a Bahia, vão perceber que tudo que nós falarmos da beleza desta terra é pouco, diante do que é a beleza da Bahia, sobretudo, a alma do povo baiano. Nas minhas vindas à Bahia, eu venho aqui desde 1975, mesmo nos momentos em que eu vim, de lutas, de greves, de coisas sindicais, a gente sempre encontra os baianos com motivo para dar um sorriso, com motivo para ser alegre, ou seja, eu acho que é uma coisa, é um valor brasileiro, é um patrimônio brasileiro que nós temos que colocar como vantagem comparativa nas nossas relações internacionais.

Então, meu caro Walfrido, mais uma vez eu quero te dizer que o nosso pessoal do turismo, coordenado por você, está de parabéns. Quando pensei em criar o Ministério do Turismo, já te disse isso e vou repetir, eu acho que tinha alguma coisa importante, alguma coisa maior do que a minha inteligência, que permitiu não só que a gente criasse o Ministério, dando ao turismo a importância que ele deveria ter como fator de desenvolvimento do Brasil, mas que eu encontrasse, lá nas bandas de Minas Gerais, um companheiro da tua magnitude, com teu estado de espírito, para dirigir uma área que tem que ter alegria. Se o ministro do Turismo for carrancudo, mal-humorado, mal-educado e ainda montar um secretariado do mesmo tipo, aí meu caro, é melhor ser ministro de outra coisa. Então, eu acho que você tem esse dom. Primeiro, de gostar do que faz; segundo, de acreditar no que faz; terceiro, de acreditar de forma fervorosa que possivelmente, dentro de poucos anos, o turismo será a grande fonte de crescimento da nossa economia e a grande fonte geradora de empregos aqui. Principalmente se o Sebrae continuar ajudando a preparar, a melhorar o nosso artesanato.

Vocês estão percebendo que eu estou com a cara boa hoje, porque se o ministro do Turismo tem que estar com a cara boa, o Presidente tem que estar



com a cara melhor. E eu estou feliz porque nós vamos terminar o ano, eu diria, acima do que muitos acreditavam. Nós vamos terminar o ano com a economia crescendo bem. E o nosso objetivo não é nos contentarmos com o crescimento atual, mas é transformar essa possibilidade num ciclo de crescimento sustentável para os próximos 10 ou 15 anos.

E eu acho que isso só é possível porque paira na consciência do povo brasileiro, hoje, uma idéia muito forte de auto-estima, da credibilidade que nós estamos tendo em nós mesmos, não nos achando mais seres humanos inferiores, de país de terceiro mundo. Nós, hoje, estamos numa fase boa. Eu sei que teve muita gente torcendo, quem acompanha a imprensa percebe, tem muita gente que torceu para não dar certo. Não falta, neste país, quem fique torcendo... sabe aquele negócio do ex-marido que não quer que a mulher seja feliz com outro? Aquela pessoa que fica torcendo para que o marido seja pior do que ele... eu acho que o Brasil está numa fase boa.

Eu acho que todo mundo aqui sabe, o Walfrido me dizia ontem numa conversa que nós pegamos o Brasil na UTI. Em 2003 foi um trabalho imenso para levar o Brasil para a enfermaria. Quem já ficou internado sabe o avanço de sair de uma UTI para ir para uma enfermaria. Quem nunca foi não tem noção, acha que é apenas mudar de quarto. Mas quem já esteve internado sabe a diferença de sair de uma UTI para ir para uma enfermaria. E agora já recebemos alta, já estamos na rua andando, já estamos de cabeça erguida, cantando a música do nosso Zeca Pagodinho, "Deixa a vida nos levar". Estamos numa fase boa e eu acho que essa fase depende do trabalho de cada um de vocês e depende, sobretudo, do que nós fizemos daqui para a frente para transformar essa fase boa numa fase ainda melhor.

Já fizemos tudo? Não. Tem muita coisa para fazer. E isso é que nem dar dinheiro para filho: quanto mais você dá, mas ele quer. Eles são insaciáveis. E eu acho que o país é assim, o país tem muitos problemas, como todos os países da América Latina que estão aqui e outra parte do mundo, mas nós



precisamos ser perseverantes, precisamos acreditar no que fazemos e saber que as coisas podem dar certo.

No turismo – eu pensei que o nosso companheiro Walfrido ia falar para diminuir o meu tempo, aqui – não tem possibilidade de ter turismo se não tiver como as pessoas transitarem. O turismo selvagem, o Tarzan acabou, o turismo selvagem só para meia dúzia de inusitados, porque quando nós falamos de turismo, nós estamos fazendo, na prática, aquilo que é preciso ser feito. Só a Infraero, dos 66 aeroportos que ela administra – quem viajar pelo Brasil, hoje, quem for a São Paulo, a Santos Dumont, a Salvador, a Recife, a Maceió, a Goiânia vai perceber que é difícil chegar numa cidade em que o aeroporto não está sendo reformado. É difícil chegar numa cidade em que os aeroportos não estão reformados. Por quê? Porque, eu não sei se vocês percebem, a primeira impressão de alguém que chega cansado, depois de viajar numa classe econômica, apertado, por 12, 13 horas de viagem, a primeira impressão que fica, quando a pessoa abre o olho, é a que ela vai levar para o resto da vida, que vai contar para os amigos quando regressar. Então, se você não tiver aeroportos condizentes com a aspiração do viajante, ele se depara com o aeroporto todo quebrado, banheiro sujo, pessoal da alfândega mal-encarado. E ficando três, quatro horas na fila, ele fala: “Ah, neste lugar eu não volto mais.”

Eu falo francamente, quem já foi num país onde as pessoas colocam cachorro policial para ficar te cheirando, não quer nunca mais voltar. Nós temos que tratar bem as pessoas. Eu dizia, agora, para o nosso Ministro, nós temos que convencer os nossos governadores que cada vez que chegar um avião, seja de turista interno, seja externo, nós temos que ter uma comissão de recepção, pessoas bem-humoradas, pessoas conversando, mostrando a cultura local. Essa é a impressão, senão as pessoas voltam para o seu país e falam: “ah, no Brasil teve um assassinato; no Brasil teve um assalto na praia.” Ora, isso tem em tudo quanto é lugar. Acontece que nós aprendemos a disseminar o ruim e o que é bom.



Então, se vocês quiserem fazer uma experiência, quando chegarem na casa de vocês, num domingo, quem tem quatro ou cinco filhos como eu tenho, coloquem um monte de comida na mesa, e vocês vão perceber que os filhos começam dizendo: “está faltando isso, está faltando aquilo.” Tirem tudo e perguntem para eles: “e agora?” Eles vão perceber que o que tinha era extraordinário. Nós, no Brasil, temos coisas extraordinárias, temos coisas fantásticas e temos os nossos problemas. Vamos divulgar as coisas extraordinárias que temos, sem negar os nossos problemas, e vamos divulgar os problemas que temos, sem negar as coisas boas que temos. Nós temos que aprender esse poder de atração que este país tem.

E é por isso que nós discutimos a questão da integração da América Latina. Agora, integração não é um discurso que se faz desde o tempo de Bolívar, há 200 anos. Agora, integração não é uma palavra mágica que nós, latino-americanos, gostamos de falar nos microfones, em campanha. Não tem um, Gil, não tem um candidato, de qualquer país da América Latina, que não termine o seu discurso: “porque nós precisamos de integração”. Agora, integração não é uma palavra, integração são gestos. É por isso que nós, enquanto governo brasileiro, acreditamos na necessidade de recuperar o Mercosul, e hoje o Mercosul está mais consolidado. É por isso que nós estamos, enquanto governo brasileiro, financiando pontes e estradas na Bolívia, no Peru, no Paraguai, porque entendemos que sem integração, sem estradas, sem pontes, sem hidrovias, sem telecomunicações, sem aeroportos, nós não vamos a lugar nenhum. O que vai fazer o turista do Equador vir ao Brasil, se ele tem que ir até Miami para vir ao Brasil? Ele já fica em Miami. Ou se um companheiro da África, para vir ao Brasil, ou do Irã, ou de qualquer outro país árabe, tem que ir para Paris, já fica lá.

Então, nós não temos empresas de aviação que fazem a ligação da maioria dos países, aqui, que têm fronteira conosco. Essa é uma coisa que nós estamos discutindo com muita seriedade. O Brasil sozinho não pode dar jeito.



Nós temos que pensar numa política conjunta. O cidadão quer conhecer os Andes? Ótimo; quer conhecer o tango? Ótimo. Mas dá uma passadinha no samba, dá uma passadinha para ver como é a Bolívia. Nós poderemos fazer, se tivermos uma política conjunta, com outros países, porque senão, sozinho, cada um vai cuidar só do que é seu. E aí não dá certo.

Eu temo que nós não tenhamos, no mundo, a grandeza de entender o que o turismo pode fazer por nós, o que o turismo pode ajudar no desenvolvimento e pode ajudar na questão da paz. Eu não vou nem falar, Walfrido, da quantidade de gente que já cresceu este ano. Este ano, em comparação ao ano passado, já foram 14% a mais de turistas estrangeiros que vieram ao Brasil. Certamente, o número de passageiros transitando internamente foi muito maior, infinitamente maior. Agora, nós precisamos, porque como somos um país grande, temos várias regiões ao mesmo tempo... Temos a época para ir para o Norte, para ir para o Sul, para ir para o Nordeste, para ir para o Centro-Oeste. Agora, isso tem que ser pensado junto com o governo federal e os governos estaduais para que a gente tenha uma política uniforme e todo mundo possa ganhar. Todo mundo tem que saber que pode ganhar um pouco. Agora, nós temos que acreditar. E eu quero dizer para vocês que eu acredito.

Tinha duas coisas que eu achava, não burrice, porque eu não acho que tenha alguém burro no mundo, mas são duas coisas que eu nunca consegui entender. Eu fiquei sabendo no Congresso do Rio de Janeiro, que o Ministério do Turismo brasileiro, na década de 50, era ligado ao Ministério da Agricultura. Por último era o Esporte, como se fosse a mesma coisa. Eu não entendi porque não tinha turismo, porque não tinha pesca.

Esses dias eu fiz uma reunião com um grupo de governadores estrangeiros e eles me perguntavam se o Brasil exportava. Eu falei: o Brasil importa peixe, importa do Chile, importa do Peru, importa de outros países, com 8 mil quilômetros de costa marítima. Nós não tínhamos... a pesca era um



departamento do Ministério da Agricultura, com o potencial turístico extraordinário que tem hoje a agricultura brasileira, sobretudo, a quantidade de fazendas, hotéis, a quantidade de pesqueiros, a quantidade de área de lazer que se criou.

Eu acho, Walfrido, que você tem uma tarefa extraordinária. Primeiro, tratar os nossos convidados bem, sorrindo sempre. Não precisa pagar o jantar, porque vai dar despesa para o governo e nós estamos fazendo um superávit razoável. Mas tratar muito bem, porque eu acho que as pessoas vão sair daqui de Salvador conhecendo um pouco a beleza deste estado e tem outros estados com beleza igual.

Eu quero desejar a vocês toda sorte do mundo. Eu acho que o turismo pode ser uma grande fonte de geração de empregos para os jovens do mundo, sobretudo, nos países pobres, onde o jovem tem mais necessidade. Com formação profissional não é difícil, a molecada tem a cabeça boa, o sorriso bonito. Então, se a gente cuidar disso, pode ter uma extraordinária fonte geradora de riquezas.

E você, meu caro Maurício de Souza, pode ajudar a contribuir fazendo com que a Mônica fale do turismo, com que o Cebolinha fale do turismo. E todo mundo ganha com isso.

No mais, meus companheiros, boa sorte. Walfrido, boa sorte. Governadores Paulo Souto e Lessa, cuidem dos seus estados, porque vocês têm a responsabilidade de fazer com que os estados de vocês nos atraiam para lá.

Eu só queria lembrar o seguinte: eu estou vendo, aqui, algumas pessoas interessantes. Não sei se a dona Zilda Arns está aí, estou vendo lá. Eu estou enxergando bem. Mas eu fico imaginando o seguinte: a dona Zilda Arns está sentada na casa dela, vendo televisão, às sete horas da noite, e ela pensa assim: “Bom, eu vou fazer uma viagem.” Ela começa a falar: “Onde eu vou? No Nordeste só tem seca, no Rio de Janeiro só tem violência, em São Paulo só



tem seqüestro. Eu vou ficar em casa vendo televisão.” E fica. Viaja pela tela da televisão brasileira o tempo inteiro.

Por que eu estou dizendo isso, meus queridos governadores? É porque se vocês não fizerem com que o cidadão ou cidadã que está em casa vendo televisão receba, da mesma forma que recebe uma mensagem de um produto qualquer para o seu consumo, ele tem que receber uma mensagem dos seus estados. Vocês têm que colocar na televisão as coisas boas que tem no estado. Venha conhecer Alagoas por causa disso. Não vai falar do Collor, fala das coisas bonitas de Alagoas, Lessa, fala das coisas boas.

Se cada estado fizer isso, vocês podem ter a certeza que a gente pode, num curto espaço de tempo, praticamente dobrar o turismo interno no nosso país.

Então, vocês sabem que tem uma classe média brasileira que pode viajar e ela tem que ser atraída, se vocês não atraírem, as pessoas vão para outros países. Então, primeiro, tem que conhecer o Brasil para depois conhecer os outros países.

E aí nós estamos fazendo duas coisas importantes. Nós, sexta-feira, vamos ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina entregar a ordem de serviço da BR-101, que é a famosa rodovia do Mercosul. Só quero lembrar a vocês que a ordem de serviço já foi entregue em 26 de junho de 1998 e não aconteceu nada, porque era um ano eleitoral. O Presidente foi lá entregar, na época, mas depois não aconteceu nada. Nós já vamos entregar e vamos ficar vendo se a obra vai começar de verdade.

E também vamos começar a BR-101 Nordeste. Eu não sei, nós temos, acho que três estados onde os projetos executivos estão prontos, viu Lessa, e nós vamos começar pelo Rio Grande do Norte e pela Paraíba ou por Pernambuco, porque os projetos executivos já estão prontos. Faltam os projetos executivos de Alagoas e de Sergipe para chegarmos na Bahia, que já tem uma rodovia boa, que vai até Sergipe. A Linha Verde pode ser melhorada.



E nós achamos que a construção dessa BR-101 vai possibilitar que o turismo cresça muito no Nordeste brasileiro. E essa será uma rodovia criada com dinheiro público, financiada pelo orçamento, porque quando a estrada é rentável economicamente, você faz PPP, você faz parceria; quando ela não é, o Estado tem que assumir de fazer, porque nós achamos que o Estado, como indutor, não tem que ficar esperando ter viabilidade econômica. A estrada pode ser a viabilidade econômica do desenvolvimento mais rápido dessa região extraordinária do Brasil, que durante tantos anos foi tratada como se fosse de segunda classe.

Por isso, meus companheiros, nós vamos fazer a nossa parte e eu penso que se cada governador der um pouco daquilo que podem dar, cada secretário, cada prefeito... Nós precisamos aprender uma coisa, nós precisamos aprender a não ficar reclamando dos outros. Você vai perceber, viu João Henrique, você vai tomar posse, você não vai ter tempo de ficar falando do Imbassahy, porque o mandato é tão curto que você vai ter que trabalhar que nem um louco para cumprir o que você acredita. Você não vai ter tempo. Nós precisamos parar de ficar reclamando a vida inteira. Sabe aquela madona chorona, que só fica reclamando? Reclama quando chove, reclama quando faz sol, reclama quando nem chove, nem faz sol, quando o tempo está nublado, reclama quando tem onda, quando não tem onda, ou seja, nós precisamos nos contentar com alguma coisa. Da mesma forma que eu me olho no espelho todo dia, Gil, e não adianta eu ficar achando que sou feio. Eu sou isso que sou. Eu tenho que gostar de mim assim. E do país, a gente tem que gostar dele do jeito que é.

Boa sorte!



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na assinatura do decreto que regulamenta leis de acessibilidade a portadores de necessidades especiais

Palácio do Planalto, 02 de dezembro de 2004

Eu não sei se vocês perceberam, estou portador de uma deficiência nasal que está insuportável.

Eu quero cumprimentar o companheiro Nilmário Miranda,

O companheiro Olívio Dutra,

O companheiro Tarso Genro,

Quero cumprimentar o professor Adilson Ventura, presidente do Conselho Nacional de Portadores de Deficiência,

Minha companheira Marisa,

A senhora Weslian Roriz,

E demais integrantes dos conselhos de direitos da pessoa portadora de deficiência,

Quero cumprimentar todas as mulheres e homens que participaram do seminário sobre a implementação do sistema de transportes acessíveis,

Cumprimentar os nossos convidados,

Os nossos companheiros do governo,

Os jornalistas,

E dizer para vocês que aos poucos nós vamos fazendo as coisas que têm que ser feitas no país.

Eu, antes de ler o meu pronunciamento, quero dizer ao companheiro Adilson que certamente essa será uma lei que vai pegar, porque ela não é uma lei feita por um advogado apenas ou por um ministro. Essa lei é resultado da convergência de anos e anos de experiência de vocês, que nos debates



públicos conseguiram consagrar o texto que ora acabo de assinar. Portanto, não é uma lei do Presidente da República, não é um decreto do Nilmário, é um decreto de todos vocês. Portanto, vocês têm, agora, a responsabilidade de fazer com que esse Decreto seja cumprido na sua plenitude.

Disse bem o Nilmário que tem um problema cultural. Não basta estar na lei, é preciso convencer as pessoas de que aquilo é importante. Vocês já estão vendo mudanças na Infraero, já estão vendo mudanças em algumas cidades, nos ônibus, nos táxis. E a coisa é muito antiga. Eu, quando virei deputado constituinte, Nilmário, nós tínhamos um problema, o Olívio viveu isso comigo, o Congresso Nacional não estava adaptado para receber, não os portadores de deficiência, mas as mulheres, ou seja, no “cafezinho” não tinha banheiro para mulher, era só para homem.

Então, é uma questão cultural que vai mudando na medida em que a consciência das pessoas também evolui. Eu acho que nós estamos chegando nesse ponto.

Este Decreto que acabo de assinar é mais do que um merecido reconhecimento dos direitos de todos os brasileiros e brasileiras que portam algum tipo de deficiência. É o resultado de um amplo trabalho de debate com a sociedade, com especialistas e com órgãos governamentais, que permitiu que regulamentássemos duas leis federais que já haviam sido sancionadas em 2000 e 2002.

Estamos hoje, aqui, para colocar essas leis na prática. Foi debatendo com os setores mais diretamente beneficiados por ela que conseguimos identificar os principais problemas relativos à acessibilidade e às soluções mais viáveis.

Toda pessoa portadora de deficiência terá, enfim, instrumentos para garantir o exercício de seus direitos de acessibilidade e pleno atendimento.

A partir de agora, quem não cumprir o que está na lei está sujeito a receber as sanções previstas. E as pessoas prejudicadas sabem que o



Ministério Público terá mecanismos para auxiliá-las nesse sentido.

Assim, vocês terão como reclamar e cobrar, por exemplo, de empresas de transporte que não facilitam o acesso de quem usa cadeira de roda; de supermercados que não dão prioridade ao atendimento, no caixa, a quem está usando muletas; ou mesmo de um órgão público que não dá a devida atenção a quem tem deficiência auditiva.

Companheiros e companheiras,

É preciso dizer que, mesmo antes deste Decreto, nosso governo já vinha avançando em uma série de ações concretas para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência aos serviços públicos e privados.

Apoiamos, por meio do Ministério do Esporte e de empresas públicas, o esporte paraolímpico. Além de garantir um direito básico, esse tipo de iniciativa tem um grande valor simbólico: mostra a toda a sociedade que é oferecendo oportunidades que se permite às pessoas com deficiência ultrapassarem barreiras.

Foi isso que aconteceu nas últimas paraolimpíadas, em Atenas, quando nossa delegação recebeu 33 medalhas de ouro. E, para esnoabar, o Clodoaldo recebeu seis medalhas de ouro.

Já o Ministério da Educação, está capacitando 120 municípios para que as suas escolas possam receber as crianças e jovens com deficiência nas mesmas classes onde estão os demais alunos. Cada um desses municípios será responsável pela capacitação de outros dez, multiplicando assim os efeitos do programa.

Ao integrarmos as crianças com deficiência em classes convencionais, estamos lhes ensinando uma lição de vida das mais importantes: o respeito às diferenças.

O Ministério da Saúde, além de atuar na prevenção das deficiências, tem um importante papel na reabilitação e no fornecimento de próteses e equipamentos que auxiliam no dia-a-dia das pessoas que os necessitam.



Só neste ano, o Ministério já utilizou recursos de mais de R\$ 320 milhões de reais no atendimento especializado e materiais destinados a essas pessoas.

Estamos, também, integrando os programas de reabilitação com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde e com o Programa de Saúde da Família.

Além disso, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, criou uma linha de financiamento para que pequenos empresários possam adequar suas instalações às pessoas com deficiência.

O banco hoje só financia a compra de frotas de ônibus quando pelo menos 40% dos veículos estiverem dentro dos padrões de acessibilidade.

O Ministério das Cidades, dirigido pelo companheiro Olívio Dutra, por meio de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, o Senat, lançou ontem um programa de capacitação de condutores que vai alcançar 100 mil motoristas do transporte público em 2005.

E também escolheu modelos de ônibus e de táxis que podem ser utilizados na maioria das cidades brasileiras por pessoas com deficiência, depois de estudar propostas de vários fabricantes e ouvir especialistas e usuários.

Criamos, ainda, o Programa Nacional de Acessibilidade, com a devida dotação orçamentária, que está incluído no Plano Plurianual 2004-2007. Com ele, capacitaremos agentes em acessibilidade, publicaremos – em formato convencional e em braile – as normas sobre o tema, e apoiaremos campanhas publicitárias de utilidade pública.

Minhas amigas, meus amigos,

Ao mesmo tempo em que instituímos os dispositivos legais e executamos programas através de diversos Ministérios, atuamos em fóruns internacionais de defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Estive presente aqui em Brasília, em março, na abertura do Ano Ibero-



Americano da Pessoa com Deficiência, uma ação que envolveu diversos países comprometidos com o tema.

Estamos apoiando, no âmbito da Organização das Nações Unidas, a criação da Convenção sobre Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência.

Quero terminar dando os meus parabéns a todos vocês, especialmente ao companheiro Nilmário, que vocês conhecem e sabem da dedicação e do compromisso dele com essa causa. E, mais ainda, dar os parabéns a vocês pelo trabalho que fizeram, debatendo, e pelo fato de fazerem com que hoje vocês tivessem uma das mais justas conquistas que todos os portadores de deficiência almejavam neste país.

Eu espero que agora, definitivamente, meus amigos, minhas amigas, meu querido Adilson, a gente não venha, daqui a um ano, dizer que essa lei não “pegou”. Vocês precisam ficar no pé das prefeituras, ficar no pé dos governos do estado.

Da nossa parte, nós vamos fazer o que estiver ao nosso alcance para que prefeitos, para que governadores e empresas possam cumprir com o que está no Decreto. Inclusive, os nossos bancos de financiamento ou ações da política do governo federal, ao fazerem um convênio com prefeituras e com estado, um dos itens que nós vamos passar a exigir é que eles cumpram com o Decreto, para dar a vocês a cidadania a que todo ser humano tem direito.

No mais, meus parabéns e obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de entrega do Prêmio Finep e sanção da Lei de Inovação de
Incentivo à Pesquisa Tecnológica**

Palácio do Planalto, 02 de dezembro de 2004

Meus companheiros ministros,

Meu caro Sérgio Rezende, presidente da Finep,

Empresários,

Pesquisadores,

Convidados,

Deputados,

Deputadas aqui presentes,

Nosso querido Zaratini, que foi o relator do Projeto de Inovação
Tecnológica,

Meus amigos premiados,

Eu penso que hoje é um dia duplamente importante para a ciência e a tecnologia no Brasil. Estamos aqui, diante dos vencedores do Prêmio Finep 2004 e, ao mesmo tempo, sancionamos a nova Lei de Inovação Tecnológica, que tem importância estratégica para o nosso país.

Eu queria, ao falar da Lei de Inovação Tecnológica, agradecer ao Congresso Nacional, porque qualquer um de vocês, que se levanta pela manhã e lê um jornal, tem a impressão de que tem uma guerra declarada no Brasil, entre Congresso Nacional e Poder Executivo e, muitas vezes, a impressão de que acabou o país, não tem mais jeito.

E vocês percebem que a atividade política é boa exatamente por isso. As coisas que parecem impossíveis de repente se tornam possíveis.



E o Congresso Nacional, e eu já tive o orgulho de ser deputado constituinte, é uma Casa em que a pluralidade da sociedade brasileira, com toda a sua cara, está representada, diverge, briga, mostra as diferenças, às vezes até se xingam. Mas tem um momento em que bate na cabeça de todo mundo a responsabilidade de votar as coisas que são importantes para o Brasil.

De vez em quando, uns querem marcar posição e votam contra porque votam contra; de vez em quando uns querem marcar posição e falam até um pouco demais. Mas a verdade é que a grande maioria, na hora do “vamos ver”, não deixa sem aprovar nenhuma coisa importante para o nosso país. Às vezes votam a 1 e meia da manhã, às 2 horas da manhã. Quando eu era constituinte, a gente votava às 4 horas da manhã, mas votava.

Então, acho que esse Projeto de Inovação Tecnológica foi votado, me parece, que por ampla maioria no Senado, quase que por unanimidade. E na Câmara foi uma ampla maioria dos deputados, numa demonstração de que quando o projeto é sério, quando as coisas são para valer, os deputados e os senadores assumem a responsabilidade e aprovam esse projeto.

Eu acho que cada voto que foi dado no Congresso Nacional passará um pouco pela história, porque depois da aprovação dessa Lei da Inovação Tecnológica, certamente, o Brasil será outro daqui para a frente, sobretudo na área de ciência e tecnologia.

Então quero, aqui, agradecer aos deputados que brilhantemente tiveram a sabedoria de votar. E ao nosso querido relator, o Zaratini, que é uma pessoa extremamente comprometida com a ciência e tecnologia e fez um relatório praticamente inquestionável por todos os outros deputados. Meus parabéns aos deputados e ao companheiro Zaratini.

Desde sua criação, o Prêmio Finep de Inovação Tecnológica tem cumprido cada vez mais sua função de estimular os esforços criativos em tecnologia nas empresas, inicialmente em âmbito regional e, depois, em nível



nacional.

O enorme sucesso deste Prêmio pode ser medido pela marca inédita alcançada em 2004: o recorde no número de empresas inscritas nas suas cinco categorias: de 25, em 1998, para 508 no ano de 2004.

Esse significativo aumento expressa a importância que a ciência e a tecnologia têm alcançado no Brasil em todos os segmentos da pequena, média e grande empresa.

A dedicação e o esforço de tantas empresas e de seus pesquisadores nos deixam com a certeza dos muitos resultados positivos que foram produzidos entre tantos que não puderam ser premiados.

Meus senhores e minhas senhoras,

Já disse que inovação é a palavra-chave do vocabulário econômico do nosso tempo. Se quisermos continuar ganhando mercados, gerando mais empregos e consolidando empresas líderes, temos que incorporá-la com maior ênfase no idioma produtivo nacional. É assim que o Brasil vai investir cada vez mais em produtos diferenciados, com marcas próprias, reconhecidas e fortes.

Cabe, portanto, ao Estado criar as condições efetivas para a integração das universidades com as empresas, visando a formação de complexos industriais e empresariais locais e regionais, fazendo com que as pesquisas se transformem efetivamente em produtos.

É isso que a nova Lei de Inovação Tecnológica torna possível a partir de agora. Ela potencializa a aplicação de recursos em pesquisa e desenvolvimento, tanto nas instituições públicas como nas empresas, contribuindo assim para aumentar o desenvolvimento e a competitividade dos produtos brasileiros.

Queremos a parceria do setor produtivo para reverter o quadro de baixa participação das empresas no esforço nacional em pesquisa e desenvolvimento.

A nova Lei estabelece de que forma as empresas podem trabalhar com



os institutos de pesquisa públicos, utilizando a infra-estrutura já instalada de laboratórios para desenvolvimento de projetos que possam produzir novas iniciativas empresariais.

Ela também cria as normas legais que disciplinam a remuneração do pesquisador e do tecnólogo, e a possibilidade de se licenciarem das instituições públicas, para que se tornem parceiros dos empreendimentos.

Minhas amigas e meus amigos,

Por ocasião da entrega do Prêmio Finep de Inovação Tecnológica 2003, perguntei se o número de cientistas e pesquisadores no Brasil não é muito maior do que imaginamos. Tenho certeza de que há muita gente em nosso país tentando inventar alguma coisa, mas simplesmente não tem oportunidade de levar adiante o seu invento.

A nova Lei de Inovação possibilita que os inventos de criadores independentes sejam adotados pelas instituições científicas e tecnológicas para futuro desenvolvimento, incubação e industrialização pelo setor produtivo. Prevê também a participação da União em iniciativas de base tecnológica junto com empreendedores, ao mesmo tempo em que define incentivo fiscal para as empresas que fazem inovação.

A nova Lei torna mais dinâmicas as relações de trabalho das instituições científicas e tecnológicas; estabelece o regime de comercialização das inovações geradas nessas instituições e, sobretudo, cria mecanismos que favorecem o ambiente de criação e inovação dentro das empresas.

Há vários anos a comunidade científica do país, legitimamente, reivindica liberdade de ação e possibilidade de participar efetivamente na transformação dos resultados da pesquisa científica.

Esta Lei de Inovação desobstrui o caminho, rompe com as amarras históricas, simplifica e torna transparentes os procedimentos burocráticos, criando um novo estatuto para o cientista e pesquisador.

Minhas amigas e meus amigos,



O desenvolvimento científico e tecnológico é prioridade em nosso governo.

Após oito anos de congelamento, aumentamos em 18% o valor das bolsas de estudo em 2004; concedemos 843 novas bolsas de mestrado e de doutorado; mais 418 a pesquisadores de pós-doutorado; outras 1.270 de iniciação científica e 270 de produtividade em pesquisa.

Em 2004, o CNPq deverá conceder um total de cerca de 6.800 bolsas de mestrado e 6.300 bolsas de doutorado. E estamos trabalhando para cumprir um compromisso que assumimos com vocês, de formar 10 mil doutores por ano em 2006.

Ao mesmo tempo retomamos o programa de Desenvolvimento Tecnológico Regional que busca estabelecer em outras regiões do país, carentes de pessoal especializado, doutores formados no Sul e no Sudeste.

O Programa Brasileiro de Iniciação Científica, destinado a atrair alunos de graduação das universidades públicas ou privadas para a atividade científica, distribui anualmente cerca de 19 mil bolsas.

Em 2003, o CNPq lançou também um novo programa de iniciação científica, destinado a estimular as atividades de pesquisa entre os jovens secundaristas. Até outubro, já foram distribuídas 3.300 bolsas.

Todos os indicadores econômicos confirmam que o país voltou a crescer e a gerar empregos. A nova Lei de Inovação é parte deste novo ciclo histórico de desenvolvimento sustentável que abre caminho para avançarmos ainda mais na direção da justiça social.

Sinto-me também particularmente feliz com a sanção desta Lei, por ser esse um compromisso que reiteradamente assumi nas quatro vezes em que estive presente, como candidato, nas reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC. Assumi o compromisso em 1989, depois em 1994, depois em 1998, depois em 2002.

Caminhamos também para cumprir o compromisso de chegarmos a 2%



do PIB aplicados em ciência e tecnologia, num esforço comum governo-iniciativa privada, facilitada agora pela Lei de Inovação.

Criamos uma Comissão Interministerial para acompanhar o cumprimento da meta e com a nova Lei de Inovação Tecnológica estão criadas as condições institucionais para continuarmos avançando nos próximos dois anos.

Quero dar os meus parabéns aos companheiros Eduardo Campos e Sérgio Rezende, Ministro da Ciência e Tecnologia e presidente da Finep. Quero dar os meus parabéns às vencedoras e aos vencedores do Prêmio Finep 2004. Eu penso que vocês representam o grande potencial que o Brasil tem para produzir conhecimento e tecnologia. Um potencial que precisa ser cada vez mais valorizado em nosso país.

Quero também agradecer aos patrocinadores e às várias instituições que apóiam o Prêmio Finep, cumprimentando a Finep e o Ministério e, sobretudo, os dois companheiros, que são os principais responsáveis pelo sucesso deste Prêmio.

Eu quero terminar dizendo a todos vocês que vieram nesta tarde participar da entrega do Prêmio FINEP 2004 que um país será construído mais rápido à medida que a sociedade acredite que seja possível construir este país. Um dos grandes problemas do Brasil é que, muitas vezes, se falou demais e se fez de menos.

Todos vocês acompanharam com muita atenção e com muita preocupação o que foi o ano de 2003, um ano extremamente difícil em que, certamente, muitos de vocês, em alguns momentos, chegaram a pensar: não tem jeito, o país não vai suportar, o país vai quebrar. Não só o país não quebrou como, de forma surpreendente, sobretudo para muitos pessimistas de plantão neste país, o PIB teve um crescimento de 5,3%, gerando de janeiro a novembro, 1 milhão e 800 mil novos empregos com carteira profissional assinada. E, mais importante, com a construção definitiva de bases mais sólidas para que o ano de 2005 seja um ano ainda mais promissor, que seja



um ano ainda de maior crescimento, que seja um ano ainda de maior consolidação do Brasil.

E isso tem que ser feito com muito cuidado, porque quando as coisas começam a melhorar, não faltam aqueles que querem gastar tudo de uma vez, que acham que a gente pode fazer tudo, e não é possível. Nós estamos, primeiro, conscientes do que representamos neste momento histórico no Brasil. Segundo, estamos convencidos do papel que o Brasil pode jogar para consolidar a integração na América do Sul e estamos convencidos do papel que o Brasil joga nesse mundo globalizado, onde dois blocos importantes, a União Européia e os Estados Unidos, determinavam o que podia e o que não podia no mundo dos negócios e do comércio.

Foi com muita ousadia e com muita coragem que o Brasil conseguiu, junto com outros 20 países, constituir um bloco e na Organização Mundial do Comércio fazer prevalecer não o poder dos mais ricos, mas fazer prevalecer o poder de uma política de comércio exterior equânime, em que os países pobres não querem nem privilégios, queremos apenas que os países ricos não continuem subsidiando os produtos onde os países pobres são mais competitivos, sobretudo na agricultura, onde muitos países pobres são quase que imbatíveis.

Temos consciência que 2005 será o ano do desenvolvimento deste país. Temos consciência de que, depois de muitos e muitos anos em que era proibido falar de política industrial neste país, nós agora temos uma política industrial. E vamos fazer dessa política industrial a mola mestra do crescimento econômico para o próximo ano.

Ao Estado cabe fazer a infra-estrutura necessária para que o escoamento da nossa produção, o transitar dos nossos produtos não sejam prejudicados. Ao Estado também cabe, não ser o empresário, mas ser o indutor, através das suas instituições de financiamento, para que os projetos que têm necessidade estratégica para o Brasil sejam, de forma prioritária,



financiados para que o país possa continuar crescendo e gerando empregos.

Eu queria pedir a vocês um favor, um favor que eu tenho pedido e que tem aparecido muito numa propaganda da auto-estima, na televisão. Eu sou daqueles que acham que não tem obstáculo que um povo pensando coletivamente não possa resolver.

Alguns de vocês que receberam esse prêmio aqui, hoje, o Sérgio me dizia, há algum tempo eram empresas tão pequenininhas que jamais sonharam chegar até esse salão no Palácio do Planalto. E porque vocês acreditaram em vocês, e porque vocês acreditaram em pessoas que trabalham com vocês, e porque acreditaram na seriedade de uma instituição como a Finep, porque tiveram o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, vocês provaram que tamanho não é documento, e vocês provaram que a empresa pode ser pequena, mas a mentalidade de quem governa aquela empresa é grande e pode fazer a diferença nesse mundo globalizado em que a exportação do conhecimento possivelmente seja o grande produto que o nosso país passa a exportar, a partir dos próximos anos.

Nós não podemos nos contentar em ser um país grande como somos, bonito como somos, mas exportador de matérias-primas ou de produtos *in natura*. Não! Nós queremos provar, já que ouvi de quatro empresários multinacionais, em vários países, de que em pesquisa feita em todas as empresas deles, no mundo inteiro, o trabalhador mais criativo e mais produtivo é o trabalhador brasileiro, nós temos que provar que os nossos cientistas, que os nossos empresários também podem ser melhores do que os deles, e a gente pode fazer valer o conhecimento que nós adquirimos nesse momento histórico do Brasil.

Eu queria que todos nós pensássemos como pensou o Vanderlei, nas Olimpíadas, aquele nosso corredor. Tem uma parte das pessoas que, se tivesse o obstáculo daquele cidadão que o segurou, já parava, sentava, começava a chorar e a dizer que Deus era contra ele, que o mundo tinha



acabado e “não-sei-das-quantas”. O que ele fez? Ele nem achou ruim com o cara que o segurou, ele continuou na sua maratona, continuou e chegou em 3º lugar. Mas foi tão brilhante o gesto de acreditar que ele teve, e a vontade pessoal que ele teve, que uma pessoa que chegou em terceiro lugar teve muito mais importância, aos olhos do mundo, do que os que chegaram em primeiro e os que chegaram em segundo. Isso vale para as empresas que não ganharam o prêmio, aqui, hoje. Vocês não são menores do que os que ganharam, apenas acontece que num processo seletivo, onde de dez você tem que escolher apenas um, certamente nove vão ficar de fora. Mas façam como o companheiro, o último que eu entreguei o prêmio: no ano passado ele foi o segundo colocado, este ano ele foi o primeiro. Os que não ganharam este ano, quem sabe, serão vencedores no ano que vem.

Boa sorte para vocês!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura da ordem de serviço para início das obras de
duplicação da BR-101 SC/RS**

Torres-RS, 03 de dezembro de 2004

Meu caro Germano Rigotto, governador do estado do Rio Grande do Sul,

Meu caro Luiz Henrique, governador do estado de Santa Catarina,

Meu caro Alfredo Pereira do Nascimento, ministro dos Transportes,

Meu caro Tarso Genro, ministro da Educação,

Meu caro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Meu caro José Fritsch, secretário especial da Aqüicultura e Pesca,

Meus queridos companheiros, senador Paulo Paim, senador Sérgio Zambiasi e senadora Ideli Salvatti, de santa Catarina,

Deputados Ary Vanazzi, Adão Pretto, Beto Albuquerque, Edson Bez de Oliveira, Henrique Fontana, Mauro Passos, Orlando Desconsi, Paulo Gouvêa, Paulo Pimenta, Jorge Boeira e João Augusto Nardes,

Senhor José Batista Milanez, prefeito de Torres,

Deputadas e deputados,

Senhor Jorge Luís Lestani, representante interino do BID no Banco do Brasil,

Senhor Ideraldo Caron, diretor de infra-estrutura terrestre do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes,

Prefeitos e prefeitas da região,

Vereadores,

Companheiros e companheiras do Brasil, do Rio Grande do Sul e da cidade de Torres,



Eu não vou ler o discurso que eu trouxe. Queria aproveitar, aqui, o momento e ter uma conversa com vocês. No dia 1º de dezembro nós completamos 23 meses de governo. E vocês lembram que no discurso de posse eu disse que, primeiro, nós iríamos fazer aquilo que era necessário, segundo, nós iríamos fazer aquilo que era possível e, terceiro, quando todo mundo menos esperasse, nós estaríamos fazendo aquilo que parecia impossível no Brasil.

Com o apoio de todos os governadores, com o apoio dos partidos políticos, na sua grande maioria, com pouquíssimas exceções, nós começamos fazendo o impossível. Porque era impensável num país do tamanho do Brasil, com os problemas do Brasil, em dez meses fazermos a reforma da Previdência Social e a reforma tributária, que ainda falta um pouco a ser feito.

E depois, ainda de sobra, nós aprovamos a Lei de Falências, que era uma coisa que estava paralisada há muito tempo. Aprovamos no Congresso Nacional o Estatuto do Idoso que estava há 12 anos esperando no Congresso Nacional.

E, no mês passado, nós aprovamos a reforma do Poder Judiciário que estava parada também há quase 14 anos no Congresso Nacional.

Com essas reformas nós alicerçamos, nós temos a base para que o Brasil possa construir outra coisa. Todo mundo sabe, quem governou o primeiro ano – seja um prefeito, um governador, um presidente da República – que o primeiro ano é sempre mais difícil. Primeiro, porque nós pegamos as prioridades definidas por um outro governo que, muitas vezes, não se adapta às nossas prioridades. E até você mudar tudo isso, leva muito tempo. E eu me lembro que tomei uma decisão. A única coisa que eu não posso permitir que aconteça na minha cabeça é ficar nervoso ou perder a paciência em qualquer momento de adversidade.

Eu, por mais que enxergue a fisionomia dos 176 milhões de brasileiros, por mais que eu consiga quantificar essa enormidade de gente, eu não consigo



distinguir a arte de governar um país da arte de governar a minha própria família. Não consigo fazer diferenciação. Eu só tenho o respeito dos meus filhos se os respeitar. E eu só tenho o respeito do povo brasileiro se eu tiver por ele o respeito que ele tem por mim.

Eu só posso fazer pelo povo aquilo que é possível ser feito. Um pai que tem a coragem de dizer para um filho, na véspera de Natal, que não pode dar o presente que ele quer, porque não tem condições de dar, este mesmo pai, sendo governador, prefeito ou presidente da República, tem que ter a coragem de dizer para o povo: “eu não vou fazer tal coisa porque não tenho condições de fazer.” A verdade, muitas vezes, é dura, mas ela tem que ser dita 24 horas por dia, porque a gente deita todo dia, encosta a cabeça no travesseiro com a consciência tranqüila de que ganhou o dia honestamente e está com a consciência tranqüila para começar bem o dia seguinte.

Eu me lembro que muita gente torcia para o fracasso do nosso governo. Havia pessoas que imaginavam que: “esse pessoal ganhou as eleições, esse cara, o máximo que ele estudou foi um curso de torneiro mecânico. O país vai entrar numa “degringolada”, a economia vai fracassar, não vai exportar. Daqui a pouco, o povo estará gritando na rua para entrar outro”.

O que eles não perceberam é que as quatro derrotas que eu tive para chegar à Presidência da República me transformaram num ser humano calejado. Porque as derrotas, ao invés de ficarmos chorando cada uma que temos, nós temos que levantar a cabeça e tirar as lições das adversidades que vivemos para que a gente possa, a partir daí, avançar um pouco na compreensão da relação do governante com o seu povo e do Estado como a sociedade.

Atravessamos 2003 e chegamos a 2004. Se vocês quiserem saber, peguem a imprensa de janeiro ou de fevereiro, peguem o que todos os analistas econômicos diziam, os mais renomados, inclusive, gente do próprio governo, pessoas tentando adivinhar o que ia acontecer em 12 meses no



Brasil. E as pessoas diziam que a economia não cresceria mais do que 3%, as pessoas diziam que a economia não ia conseguir crescer. Nós chegamos, agora, e temos uma notícia excepcional: a economia não cresceu 3%, ela cresceu 5,3%, o maior crescimento dos últimos 8 anos. E vamos terminar este ano com 2 milhões de trabalhadores com empregos novos, registrados em carteira profissional, o maior número desde 1992.

É lógico que o Brasil tem tantos problemas que seria necessário uma vida inteira para resolver todos esses problemas, porque tem uma dívida acumulada ao longo de muitas décadas, ao longo de séculos. E esses problemas são que nem prestação que a gente tem: se a gente não pagar uma, vai ficar mais difícil pagar duas, vai ficar mais difícil pagar três e aí chega um dia em que a gente não pode pagar mais. A dívida social foi se acumulando ao longo do século passado e, ao invés de você ter 1 milhão de gente com problemas, você tem 30, 40 milhões com problemas. Sericamente, muito mais difícil.

E, de vez em quando, aparece alguém – sempre tem gente muito engraçadinha no nosso meio –, que acha que a gente pode, num toque de mágica, resolver os problemas da sociedade como se não fôssemos presidentes, governadores ou prefeitos, mas como se fôssemos deuses, como se fôssemos um ser onipotente.

Eu estava em Alagoas, estes dias, Tarso, e você é ministro da Educação. Nós fomos prestar uma homenagem ao marechal Deodoro da Fonseca, fazer um memorial para ele, porque foi o homem que proclamou a República neste país e que não tem um único memorial. Nós vamos recuperar isso, em Maceió. E tinha lá 20 ou 30 mil pessoas e tinha 20 estudantes me vaiando. Eu mandei saber porque estavam vaiando. Estavam vaiando contra a reforma universitária. Ora, meu Deus do céu, nem nós, que estamos fazendo, não temos ainda o projeto, porque ele está em debate. E os meninos que nem conheciam já eram contra. Como eu tomei a atitude de não ficar nervoso com



isso, prefiro tentar, em algum momento, ir abrindo a consciência dessas pessoas, porque eu acho que é exatamente na juventude que a gente é mais impetuoso, que a gente quer as coisas mais rápidas, que a gente acredita em muita coisa e, depois, com o tempo, vai percebendo que as coisas não são como a gente quer. As coisas são como a gente pode fazer, e elas são, muitas vezes, mais difíceis do que a gente imagina.

Mas eu estou vivendo um momento de alegria na minha vida pessoal, um momento, sobretudo, de crença. Quando nós começamos a campanha da auto-estima, essa campanha que vocês viram na televisão, o Ronaldinho falando “eu sou brasileiro”, na verdade, essa campanha foi assumida pela iniciativa privada, porque não tem país do mundo que vá para a frente se o povo estiver com a auto-estima lá embaixo. Como aqui, nesta região, um lugar bonito, um lugar extraordinário, um lugar onde pode transitar o Brasil inteiro, onde pode transitar a América do Sul inteira. E ao longo de anos, faz mais de dez anos que eu não posso ir a Santa Catarina ou vir ao Rio Grande do Sul, sem ver alguém com uma placa: BR-101. E muitos já prometeram fazer essa estrada. Eu não quero saber quem foi que prometeu, sei que muitos já prometeram. Eu nunca prometi porque eu não prometo aquilo que eu não conheço, e não prometo aquilo que eu não sei se eu posso fazer ou não.

Entretanto, todos nós, aqui, temos consciência que essa BR-101 é uma alavanca extraordinária para o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, para nossa integração com a Argentina, com os países da América do Sul e, mais ainda, para que a gente não veja pessoas estendidas ao longo da estrada, mortas por acidente de carro ou por atropelamento. Nós estamos, aqui, avisando para vocês: essas máquinas vão ter que funcionar.

O ministro Alfredo vai ter que, depois, dizer de público, aqui, o telefone dele, porque eu já estou cansado de ver inauguração de obras no Brasil que quando o povo vai embora as máquinas vão embora e não começam a



trabalhar.

E nós vamos ter que colocar essas máquinas para trabalhar, porque precisamos da estrada, precisamos gerar empregos, gerar desenvolvimento. E nesta região, aqui, este estado e esta região Sul do país, que é uma região privilegiada, qualquer dinheiro que o governo federal tiver para investir, não tem que olhar de que partido é o governador, de que partido é o prefeito, qual é o clube do governador ou qual é o clube do prefeito. Nós temos que fazer, porque isso aqui é o Brasil, e por ser Brasil merece ser tratado igual ao quintal da casa do Presidente da República. Não pode ser diferente em hipótese alguma. Nós vamos investir 500 milhões nesta estrada o ano que vem.

Quero dizer aos empresários que não é fácil gastar 500 milhões, em um ano, na estrada. Se for necessário, Alfredo, tem que trabalhar dia e noite, porque nós precisamos gerar empregos, gerar riqueza e porque nós precisamos gerar distribuição de renda.

Então, eu estou feliz por isso. Eu estou feliz, primeiro, porque eu acho que nós vamos conseguir fazer mais do que prometemos durante a campanha, sem ficar olhando o adversário. Eu não fui eleito para ficar falando mal de ninguém, eu fui eleito para governar. Esta é uma chance que Deus me deu. Eu sempre disse que Deus foi por demais generoso. Saí de onde saí, e ser eleito três vezes Presidente da República no estado do Rio Grande do Sul, já uma benção de Deus. Quatro vezes. Uma eu ganhei no Brasil e as outras três eu ganhei aqui.

E eu acho que essa foi a parte mais difícil. Se a gente fizer as coisas que tem que fazer, com o cuidado que tem que fazer, sabendo o tempo em que as coisas têm que acontecer, não tem porque não dar certo.

Eu vinha conversando com o Rigotto, muitas vezes nós somos criticados injustamente. Se a gente contrata funcionários, os adversários falam: “estão contratando demais”. Se a gente manda embora, falam: “estão mandando embora demais”. A verdade é que se a gente quiser melhorar a universidade



brasileira, o Tarso vai ter que contratar, até dezembro do ano que vem, seis mil professores universitários para suprir os milhares que saíram, se aposentaram. O PROUNI, que vai ser aprovado no Congresso Nacional até o dia 15 deste mês, vai gerar, já no ano que vem, a possibilidade de mais 70 mil jovens, de escola pública, estudarem de graça em universidade privada.

A Lei da Acessibilidade que nós, ontem, regulamentamos com um decreto, vai permitir que um companheiro que está numa cadeira de rodas ou que é cego, ou uma pessoa portadora de doença mental possa, inclusive, ir para a escola, conviver com os alunos que não têm nenhum problema de deficiência e ser tratado como um cidadão igual, como todo mundo tem que ser tratado. Porque quem está com uma deficiência não quer ajuda, não quer esmola, quer apenas ter a oportunidade de, pelo seu próprio jeito, fazer o que tem que ser feito. Então, os ônibus vão ter que se adequar; os banheiros têm que ser adequados; os prédios públicos têm que ser adequados nas prefeituras, nos estados e no governo federal, porque os portadores de deficiência são tão brasileiros ou mais brasileiros do que nós e, portanto, eles têm que ser tratados com a mesma dignidade que nós queremos tratar todo mundo.

Por isso, meu caro Rigotto, é com alegria que venho aqui, e talvez, eu não sei se neste ano ou no ano que vem, nós viremos aqui, agora com a ministra Dilma Roussef, e com você, para inaugurar as hidrelétricas que o estado fez, as outras que o governo federal vai fazer, porque o desenvolvimento chegou. E no ano que vem, as palavras-chaves são crescimento econômico, desenvolvimento, geração de empregos e distribuição de renda. Não existe espaço para as pessoas ficarem apenas chorando, nós temos é que levantar a cabeça e acreditar que se a gente quiser fazer, a gente faz; se a gente quiser fazer, é possível fazer. Nós temos, Rigotto, que recuperar 11 portos no Brasil, porque há cinco ou seis anos não se imaginava ou não se queria imaginar que o Brasil fosse crescer como cresceu e exportar



o que está exportando. Então, nós estamos com 11 portos que precisam ser modernizados, dragados, para que possa entrar navios com maior calado, para que a gente possa escoar com maior facilidade a nossa.... São quase 470 milhões que o Ministro dos Transportes vai gastar, entre o ano que vem e 2006, para que a gente possa reestruturar, inclusive, o nosso querido porto de Rio Grande, aqui no estado do Rio Grande do Sul, que é um grande escoador dos nossos produtos agrícolas.

De quase 60 mil quilômetros de estradas que tem o Brasil, tem mais de 35 mil quilômetros que precisam ser recuperados. Então, ao invés da gente fazer estradas novas, nós temos que recuperar, porque neste país tem gente que governou e não foi capaz de fazer manutenção nas coisas que já existiam. E nós vamos ter que gastar muito dinheiro para refazer muitas estradas no Brasil.

Aqui, no Rio Grande do Sul, ao tomarmos a decisão de recuperar a indústria naval brasileira, nós não fizemos, como queria alguém, que fizéssemos apenas no Rio de Janeiro. Nós distribuimos a indústria naval, uma grande parte para o Rio de Janeiro, mas um pedaço para o estado do Paraná, um pedaço para o estado do Paraná, um pedaço para o estado de São Paulo e um pedaço para o estado do Rio Grande do Sul, um pedaço para a Bahia, e vamos levar um pouco para Pernambuco com o estaleiro novo, vamos levar um pouco para o Espírito Santo, porque eu não posso fazer com que todo o desenvolvimento e o investimento público se dêem apenas num estado. Nós temos que fazer – Santa Catarina também, porque nós vamos recuperar o porto de São Francisco do Sul, de Itajaí.

Então, eu penso, meus companheiros, que as coisas estão para acontecer. No ano que vem nós vamos atacar muito fortemente algumas ferrovias brasileiras que precisam ser acabadas. E veja que engraçado, Rigotto, eu era constituinte – Luis Roberto Pontes, você também era – e eu fiz muita críticas à Ferrovia Norte-Sul. Não consigo contar o tanto de discurso que



fiz por este país contra a Ferrovia Norte-Sul. E quis Deus que eu fosse eleito Presidente da República para pedir desculpas e dizer: nós, agora, vamos terminar a Ferrovia Norte-Sul, porque o Brasil precisa dela. E se eu como oposição não tinha condições de enxergar a prioridade daquela rodovia em 1987, hoje eu tenho clareza que ela é imprescindível para o desenvolvimento da região Centro-Oeste e uma parte do Nordeste brasileiro.

Da mesma forma, companheiro Rigotto e companheiro Luiz Henrique, que vamos, ainda este mês, fazer o lançamento do Programa de Biodiesel. Um programa em que a gente vai produzir biodiesel da mamona, no primeiro momento, de palma e de dendê, na região Norte e Nordeste do país, sobretudo para que a gente possa fazer o desenvolvimento na região mais pobre do Brasil, que é o semi-árido nordestino.

E nós achamos que se acontecer o que estamos imaginando que pode acontecer, daqui a alguns anos, nós não vamos mais precisar usar nem óleo diesel nos caminhões, nem óleo diesel nas termoeletricas. Nós vamos usar biodiesel menos poluente, mais gerador de emprego, uma fonte energética renovável, portanto, nós vamos até ter crédito de carbono depois da aprovação do Protocolo de Quioto, e a gente vai, então, ganhar dinheiro exportando o nosso petróleo, e a gente vai fazer mais divisas para o país.

Estamos anunciando agora a 101-Sul, mas vamos, também, no começo do ano, anunciar a 101-Nordeste. Nós vamos fazer duplicar também a 101-Nordeste, pegando do Rio Grande do Norte, pegando a Paraíba, pegando Pernambuco, depois Sergipe, Alagoas e Bahia, para que a gente possa transformar a vida dos gaúchos que viajam para as praias do Nordeste numa vida muito mais tranqüila, numa vida muito mais serena, sem transtorno, e também para eles virem para cá.

Vejam, é essa a sabedoria do desenvolvimento. Na hora em que a gente gerar a possibilidade de emprego no Nordeste, eles vão ganhar um dinheirinho. Como eles já conhecem o Nordeste, eles não vão ficar lá, eles vêm para cá e



vocês vão para lá. Essa é a lógica do desenvolvimento.

Por isso, gente, eu quero agradecer aos meus companheiros Ministros, agradecer ao companheiro Rigotto pelo carinho que tem me dado toda vez que eu venho a este estado, agradecer ao povo da cidade de Torres, agradecer ao povo do Rio Grande do Sul e dizer para vocês o seguinte: finalmente essa obra vai acontecer. Nós queremos fazê-la no menor tempo possível. Talvez ela demore porque é uma estrada difícil de ser feita, talvez ela demore três anos. Não vai dar para fazer até o final do meu mandato, mas eu quero, meu caro Rigotto, meus companheiros ministros, independente de onde Deus quiser que eu esteja, ser convidado para a inauguração da BR-101.

Muito obrigado e boa sorte a vocês.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura da ordem de serviço da Duplicação da BR-101 no estado de Santa Catarina

Palhoça-SC, 03 de dezembro de 2004

Primeiro, quero cumprimentar o nosso querido companheiro Luiz Henrique da Silveira, governador do estado de Santa Catarina,

O nosso amigo Germano Rigotto, governador do estado do Rio Grande do Sul,

Quero cumprimentar o meu companheiro Alfredo Nascimento, ministro dos Transportes,

Meu companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Aliás, Luiz Henrique, é importante lembrar que os 7 milhões que Santa Catarina está recebendo hoje para resolver esse problema crônico do aeroporto até a cidade, um dinheiro liberado das emendas do Ministério das Cidades, está publicado no Diário Oficial de hoje.

Quero cumprimentar o companheiro Aldo Rebelo, ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República,

Quero cumprimentar o companheiro José Fritsch, secretário especial de Aqüicultura e Pesca,

Quero cumprimentar a líder do PT, Ideli Salvatti,

Quero cumprimentar o Eduardo Pinho, vice-governador do estado de Santa Catarina,

Quero cumprimentar o deputado Volnei Morastoni, presidente da Assembléia, futuro prefeito de Itajaí,

Quero cumprimentar o deputado Leodegar Tiscoski,

Deputado Jorge Boeira,



Deputado Paulo Afonso,

Deputado Adelor Vieira,

Deputado Mauro Passos,

Quero cumprimentar os deputados estaduais,

Vereadores,

Prefeitos,

Quero cumprimentar homens, mulheres e adolescentes de Santa Catarina.

Só o fato de vocês estarem aqui, embaixo dessa chuva, fez o governador Luiz Henrique se lembrar de uma história. Quando nós estávamos em São Bernardo – eu era, então, presidente do Sindicato – fazendo uma grande assembléia no estádio da Vila Euclides, começou a chover e o pessoal começou a ficar com medo da assembléia acabar. Eu desafiei os trabalhadores dizendo que nós não éramos feitos de açúcar, portanto a gente não ia derreter por causa de uma chuvinha. E não saiu ninguém da assembléia, ficamos embaixo de chuva.

E, agora, eu vejo que o povo de Santa Catarina também não tem medo de um pouco de chuva, porque sabem que a chuva, quem sabe, seja uma bênção que Deus, de vez em quando, faz cair sobre nós. De vez em quando um pouco demais, de vez em quando um pouco de menos. Mas, também, muitas vezes nós merecemos, porque nós reclamamos demais. Muitas vezes, quando está muito sol, a gente reclama que está muito sol, quando chove a gente reclama que chove, quando está frio a gente reclama que está frio.

Ou seja, nem Deus foi capaz de produzir a temperatura média ideal para que a gente ficasse 365 dias sem reclamar na vida. Ele preferiu ser plural, criar o mundo com calor, com frio, mais ou menos, para contemplar as nossas divergências sobre a questão climática.



Mas, meus amigos e minhas amigas, eu estou aqui com muito orgulho, orgulho de brasileiro, orgulho de Presidente da República, e orgulho de um homem que conhece profundamente o chão do meu país.

Eu, quando me convenci que deveria ser candidato a Presidente da República, resolvi percorrer o Brasil de ônibus, de trem, de carro, de barco. Percorri, praticamente, 92 mil quilômetros em dois anos, neste país. E, por isso, eu tenho clareza da importância da BR-101 para o Brasil, para o Sul do país, para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul.

Essa não é uma estrada pensada apenas do ponto de vista do transitar dos carros. Essa é uma estrada por onde vai transitar parte da riqueza produzida pelo povo do Sul do país. Essa é uma estrada em que vai transitar parte da riqueza produzida nesta região e parte da riqueza que outros trarão para Santa Catarina, já que Santa Catarina, dentre os estados brasileiros, é um estado privilegiado por Deus por ter essas praias maravilhosas, que fazem com que tanta gente saia de tantos países da América do Sul, e de tantos lugares do Brasil, para aqui passar uns poucos e gostosos dias de férias.

Eu, inclusive, já tive a oportunidade de passar quatro férias aqui em Santa Catarina. Lamentavelmente, depois que fui eleito Presidente não fui convidado mais para vir passar férias aqui. Mas, um dia desses, quem sabe, apareça uma alma nobre e me convide para passar mais umas férias aqui.

Eu queria dizer umas palavras a vocês, meus companheiros. Essa obra já foi motivo de promessa em muitas campanhas. Eu penso que não teve uma eleição para Presidente da República, nos últimos 16 anos, em que não houvesse aqui uma promessa de que essa estrada iria ser construída. E quis Deus que eu, que não tenho no meu programa a construção da BR-101, porque não sou habituado a fazer promessas de coisas que não sei se vai ter dinheiro para fazer, 23 meses depois de tomar posse esteja aqui, junto com o meu Ministro, assinando a ordem de serviço para que, finalmente, a BR-101 seja construída, de Palhoça até Osório.



E essa assinatura é uma resposta concreta, as máquinas estão aí. Eu aconselho, depois, o Ministro dos Transportes a deixar o telefone do Ministério dos Transportes, porque já entregaram ordem de serviço em outras ocasiões. Hoje eu tive o prazer de conhecer, lá em Torres, o operário que recebeu a ordem de serviço em 1998; ele está até hoje com a ordem de serviço na mão e o serviço não apareceu. Pois bem, nós não entregamos ordem de serviço a nenhum operário, mas essa obra vai sair.

O que eu quero, primeiro, é que essa obra contemple os interesses e os anseios do povo do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Brasil. Segundo, que essa obra possa fazer transitar por essas estradas milhões de brasileiros e de sul-americanos, que possam vir a Santa Catarina desfrutar desta região mais extraordinária que o Brasil tem. E, terceiro, eu estou torcendo para que depois dessa estrada construída a gente não veja mais na televisão ou leia nos jornais notícias de ônibus que matou 30, 40 pessoas ou de carro que capotou pelas péssimas condições das estradas. Vocês merecem isso, o Brasil precisa disso, e eu acho que aqueles que gostam de conhecer coisas bonitas também desejam essa estrada, porque ela será a melhoria das condições desses estados.

E ela vai gerar mais riquezas, mais empregos, vai gerar a possibilidade de aqui, em torno dela, nós termos mais obras, termos mais comércio, termos mais fábricas, mais lojas, mais hotéis, mais, quem sabe, pequenas pousadas. O dado concreto é que essa estrada será um marco extraordinário para a história de Santa Catarina.

E o que estamos fazendo aqui hoje, embaixo desta chuva, vocês mais do que eu, o que estamos fazendo aqui é apenas transformando em realidade um sonho coletivo do povo de Santa Catarina, fazendo com que a BR-101... aqui tem prefeitos, aqui tem deputados, aqui tem senadores que já se cansaram de fazer manifestações, de fechar essa estrada, de não deixar passar carros, muita coisa. Agora eles não vão poder fazer mais isso, porque



os carros vão passar, a estrada vai estar... E agora eles vão poder disputar as eleições dizendo um outro discurso, dizendo que a estrada só saiu porque eles fizeram os protestos na hora certa e, portanto, eles merecem crédito por conta da nossa estrada.

Desde que ganhei as eleições, eu tinha dito ao ministro Anderson Adauto e disse ao ministro Alfredo, que tinha duas estradas que precisavam ser concluídas, precisavam ser começadas logo. E vocês sabem que nós tivemos um primeiro ano muito difícil e nós não tínhamos condições de começar, mas a BR-101 Sul e a BR-101 Nordeste são obras prioritárias, obras estruturantes, obras que significam a possibilidade de se desenvolver duas regiões importantes do Brasil. E, para o próximo ano, como disse o Alfredo, nós teremos 500 milhões de reais para gastar nessa estrada.

Os empresários, que devem estar aqui neste palanque, sabem que se quiserem contribuir mais e melhor, vão fazer três turmas, trabalhar 24 horas por dia para ver se a gente consegue. Porque vocês sabem que governo é assim: se acabar o dinheiro que tem, porque está trabalhando bem, fica mais fácil arrumar mais dinheiro. Mas, se não gastar o que tem, fica difícil arrumar mais dinheiro. Então, a ordem é vocês trabalharem, de preferência 24 horas por dia, e colocar três ou quatro turmas, gerar os empregos necessários para que a gente possa concluir essa obra no menor espaço de tempo possível.

Quero dizer, Rigotto, quero dizer, Luiz Henrique, que o dinheiro está aí. As empresas licitadas ganharam as concorrências e vão fazer a obra. Agora é cada um de nós tomar conta da construção; é cada um de nós fiscalizar para que a gente não seja vítima do descaso outra vez. Não tem coisa pior no Brasil, do que a gente viajar o tanto que a gente viaja e ver obras paralisadas, são estradas, pontes, ferrovias, portos que começaram em época de eleição; normalmente, se inaugura, se estoura champanhe, se faz festa e, depois, acabadas as eleições, as pessoas vão embora e não fazem mais a obra.



Nós precisamos acabar com isso, porque cada obra paralisada, quando fica muito tempo paralisada, gasta muito mais dinheiro, é muito mais dispêndio público, é muito mais empobrecimento do Brasil.

Por isso eu não poderia deixar de vir a Palhoça, não poderia deixar de vir ao estado de Santa Catarina inaugurar este começo de obra. Eu quero dizer para vocês que estou orgulhoso, estou feliz. Acho que o Brasil entrou, definitivamente, numa rota de crescimento, não tem volta. Aqueles que ficaram torcendo pelo fracasso vão ter que pedir desculpas, não a mim, porque não me devem desculpa nenhuma, mas pedir desculpas ao povo brasileiro, por acreditarem que o povo brasileiro não tinha competência de fazer o que está fazendo.

Vocês sabem o pessimismo com que alguns diziam da economia este ano. E vocês sabem que este ano nós vamos crescer 5,3%. É o maior crescimento dos últimos dez anos no Brasil. Já geramos quase 2 milhões de empregos, de 1º de janeiro até o dia 30 de novembro, empregos com carteira profissional assinada. Com essa obra, aqui, nós vamos gerar mais um tanto de empregos neste país. E, no ano que vem, as coisas vão ser ainda melhores. No ano que vem vai ter mais crescimento, vai ter mais geração de empregos, vai ter mais distribuição de renda, vai ter mais obras, vai ter mais exportação. Eu estou convencido de que, finalmente, nós encontramos o nosso caminho.

Obviamente que falta muita coisa para fazer, porque a concentração de dívida que o Estado brasileiro tem para com seu povo é quase secular e a gente não consegue resolver isso em quatro anos, nem eu e nem ninguém. Até porque eu sou apenas o Presidente da República, não sou Deus, não posso fazer mais do que um ser humano normal pode fazer.

Mas vocês podem ter certeza de uma coisa: a gente pode não fazer tudo o que a gente deseja fazer, mas a gente vai fazer o máximo que um ser humano pode fazer para despertar no seu povo a recuperação da auto-estima, a credibilidade no seu país. Nós precisamos aprender a gostar deste país, de



verdade. Nós precisamos aprender a ter orgulho do nosso país, a ter orgulho das nossas coisas, a ter orgulho daquilo que produzimos e a ter orgulho daquilo que nós somos capazes de produzir.

E eu queria terminar dizendo uma coisa: eu sei que, muitas vezes, o povo, na sua ansiedade – e eu já fiz muito isso, portanto, não posso nem me queixar – muitas vezes, o povo acaba de eleger um político e, no dia seguinte, já está xingando o político, porque nós temos uma necessidade de ter urgência das coisas. E isso não é errado, não. Eu nunca achei ruim, porque eu fui assim a vida inteira.

Mas o que eu queria dizer para vocês é que não adianta vocês ficarem querendo que exista o político perfeito, se vocês não entrarem na política. Vocês, possivelmente, na hora em que entrarem na política, na hora em que começarem a se organizar, na hora em que começarem a disputar cargos, quem sabe está dentro de vocês o político perfeito que vocês querem que o Brasil tenha.

Então, a gente não pode ficar de fora. A gente tem que, todo dia, se levantar de manhã, olhar para a nossa cara no espelho e dizer em alto e bom som: “Eu sou brasileiro e não desisto nunca. Vou à luta e vou vencer, porque esse século será o século do Brasil”.

Muito obrigado e boa sorte.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Biodiesel**

Palácio do Planalto, 06 de dezembro de 2004

Vocês viram que eu estava brigando ali, porque não é possível que a Dilma não pensou num depósitozinho de biodiesel em Caetés ou Garanhuns.

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República e ministro da Defesa,

Excelentíssimo senhor senador José Sarney, presidente do Senado Federal,

Excelentíssimo senhor deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Minha querida companheira Dilma Rousseff,

Meu querido companheiro Roberto Rodrigues,

Meu caro Nelson Machado,

Meu querido Ciro Gomes,

Miguel Rossetto,

Meu caro general Jorge Armando Félix,

Meu querido companheiro Gushiken,

Jaques Wagner,

Governador Paulo Souto,

Governador Ronaldo Lessa,

Governador João Alves,

Governador Marcelo Miranda,

Senadora Ideli Salvatti,

Senador Luiz Otávio,

Leomar Quintanilha,



Deputados Professor Luizinho, Zico Bronzeado, Virgílio Guimarães,
Ariosto Holanda,

Betinho Rosado – que foi relator dessa matéria na Câmara e que fez um
bom trabalho, não só na Câmara, mas junto com os nossos ministros,

Fernando Ferro,

Deputado João Caldas,

Deputado Paes Landim,

Deputada Mariângela Duarte,

Deputados Júlio Lopes e Marcondes Gadelha,

Meu querido companheiro Manoel dos Santos, presidente da Contag,

Meu querido companheiro José Eduardo Dutra, presidente da Petrobras,

Meu caro Jorge Rachid, secretário da Receita Federal,

Meus amigos da Petrobras,

Meus companheiros dos ministérios,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu penso que a ministra Dilma conseguiu – esse material que você fez a
exposição, Dilma, está aí para ser distribuído para as pessoas? Eu penso que
a Dilma conseguiu uma coisa inédita. E eu queria, antes de ler o meu
pronunciamento, Dilma, dar os parabéns a você, aos ministros todos que
participaram da elaboração dessa proposta, às empresas que participaram, à
Embrapa, à Petrobras, aos institutos de pesquisa que participaram, e todos
aqueles que direta ou indiretamente fizeram esse trabalho por uma coisa muito
simples: a humildade do trabalho. Ou seja, a grandeza de propósito do projeto
numa proposta que começa pequena, começa humilde.

Eu mesmo acho que nós vamos ultrapassar muitas das datas que você
colocou aí, e muita da quantidade de biodiesel que está estabelecida no tempo
e no espaço. Mas eu prefiro trabalhar com números menores e conquistar



coisas maiores do que colocar números maiores e, depois, não conseguirmos chegar lá.

Quero dizer ao meu companheiro Manoel dos Santos, presidente da Contag, que esse programa significa mais uma chama acesa no coração da gente nordestina e, dentre os nordestinos, num primeiro momento, dos pequenos produtores brasileiros. Isso vale para o semi-árido nordestino, isso vale para o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, isso vale para a região Norte do Brasil.

Já há muito tempo que o Nordeste brasileiro espera uma oportunidade para voltar a ter esperança. A esperança que se teve com o couro, muitos séculos atrás, a esperança que se teve com a cana, durante muito tempo; depois, a esperança do que significou a Sudene para o Nordeste brasileiro; depois, a esperança de uma parte do agronegócio, em algumas regiões do Nordeste; depois, a esperança da fruticultura irrigada, em outra parte do Nordeste.

E eu penso que, agora, vocês conseguiram produzir um projeto que pode significar muita coisa para as regiões mais pobres do Brasil. Eu queria lembrar, outro dia o Roberto Rodrigues me contava a história de como surgiu o Proálcool no Brasil. Muita gente acha que o Proálcool surgiu por conta da crise do petróleo, de 1973, 1975.

Na verdade, surgiu muito mais por conta da crise do preço da cana-de-açúcar no mercado internacional, que tinha, num ano, chegado a 1.200 dólares e, dois anos depois, caiu para 200 dólares, e o Brasil estava infestado de cana-de-açúcar, era preciso fazer alguma coisa.

E teve alguém que pensou no Proálcool. E graças a Deus teve alguém que pensou no Proálcool porque o Proálcool, hoje, é um programa consolidado, respeitado internacionalmente, motivo de respeitabilidade para com o Brasil e, porque não dizer, com a aprovação do Protocolo de Quioto, passa a ser uma



fonte muito respeitável de produtos que o Brasil poderá negociar com muito mais facilidade no mundo dos negócios.

Com o biodiesel nós poderemos enveredar pelo mesmo caminho. Nós discutíamos, na reunião dos ministros em que eu participei, que o Programa tem uma função social no primeiro momento. Vocês perceberam que o Programa está dirigido, num primeiro momento, para tentar resolver os graves problemas sociais de uma região do Brasil que há muitos e muitos anos está esquecida. Por isso nós estamos privilegiando a mamona e a palma, por isso estamos privilegiando essa região pobre do Nordeste e estamos privilegiando as regiões mais pobres do Norte do país.

Isso não implica, em nenhum momento, que a gente não tenha consciência de que na medida em que nós estamos produzindo um combustível, e na medida em que as necessidades do mercado forem crescendo, haja mamona, haja palma e haja qualquer tipo de coisa para a gente dar conta da necessidade.

Eu perguntava para a Dilma, agora há pouco, na minha sala: Dilma, por que o Brasil não produz carro a diesel se a gente anda pelo mundo inteiro e você compra carro a diesel em qualquer lugar do mundo? Nós temos uma proibição legal. “A proibição legal é porque nós somos importadores de óleo diesel. Não tem sentido você ficar gastando com carro de passeio um combustível que é crucial para o transporte de carga no Brasil.” Mas isso era verdade até essa sua apresentação, Dilma, ou até daqui a alguns anos, porque na medida em que a gente consiga dar escala a um biodiesel, a uma matriz renovável, por que os nossos carros não podem ser a diesel? A corrida agora não é para a gente despoluir o Planeta? Está provado que nós vamos emitir muito menos gases do que os combustíveis que nós conhecemos até agora.

Então, eu acho, meu querido companheiro Roberto Rodrigues, que a soja daqui a um certo tempo vai ter o mesmo privilégio que teve a cana, ela vai ter dois mercados. Ela vai ter um mercado para fazer o biodiesel e ela vai ter o



mercado para fazer o farelo, o óleo ou exportar a soja *in natura*. Isso é uma vantagem extraordinária para um país que não tem similar na capacidade de produzir combustíveis renováveis como nós.

Eu estou dizendo isso porque, pode parecer presunção da minha parte, mas todo mundo que anunciou coisas grandes, em determinado momento, não foi levado muito a sério, porque tem uma parte que pensa pequeno. Mas eu, depois que fiz uma caravana pelo Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, voltei convencido de que o Brasil precisaria transformar essas regiões, como Roosevelt pensou o Vale do Tennessee, nos Estados Unidos, que era uma região infinitamente pobre e houve uma determinação do Estado de que iria transformar aquela região, com grandes e pesados investimentos, para que deixasse de ser eternamente pobre.

E eu penso que o biodiesel pode significar um pouco isso para essas regiões do nosso querido Brasil. Eu imagino o dia em que o nordestino que está no Sul retornará à sua terra, não porque não encontrou emprego em São Paulo, mas retornou porque tem possibilidade de trabalhar nas regiões mais empobrecidas do nosso país.

É com essa perspectiva que eu vejo essa questão do biodiesel. E também, depois de aprovado o Protocolo de Quioto no Parlamento Russo e depois que começar a funcionar melhor o crédito de carbono – e nós somos o país que tem a primeira cidade aprovada para receber um crédito de carbono, que é Nova Iguaçu – que é em função do lixo, ou seja, nós temos um potencial que precisa ser trabalhado. O Roberto vai ter que brigar mais nas esferas internacionais, o Celso Amorim, o Furlan, mas certamente nós temos um espaço invejável nessa nova fonte energética que nós estamos produzindo. E nós temos que pensar grande.

Nós, aqui, falamos em 2% nos tratores, nos caminhões, em todo o diesel, mas quem é que diz que as nossas termelétricas não podem funcionar todas com biodiesel? Na medida em que a gente vá produzindo em escala, nós



não precisaremos, eu sei que o José Eduardo vai achar simpática a minha proposta, mas eu prefiro que a Petrobrás continue fazendo a prospecção que quiser, quanto mais melhor, mas para a gente exportar e você até ir fazer negócio na OPEP. O Brasil virar um grande exportador de petróleo. E, aqui, nós vamos, tranqüilamente, usando o biodiesel como essa nova onda de combustível que eu acho que vai tomar conta no mundo.

Vejam uma coisa: a França, eles não falam nada, mas a França já está utilizando 5%. A Peugeot já está testando carros com 30% e já tem carro pensado, foi mostrado na Feira do Automóvel, com 100% de biodiesel, ou seja, isso significa que eles estão pensando na frente. Eles não têm, em muitos países, a facilidade que nós temos de produzir o que nós produzimos porque, como diria o José Alencar, não têm a fotossíntese que nós temos aqui, não têm todo o calor, toda a água que nós temos o ano inteiro. E nós temos uma quantidade de terra boa para a agricultura que vários países do mundo não têm.

Então, se demorou para que a gente descobrisse isso, um século, dois séculos, não importa, o importante é que a coisa está feita, bem consolidada, bem estruturada. Vocês perceberam pela exposição que a companheira Dilma fez que não tem nenhuma megalomania ali, é uma coisa pensada, até menor do que eu acho que deve ser o projeto. Eu acho que o projeto tem mais fôlego, o projeto tem maior dimensão, ele pode ser alguma coisa importante, não apenas para o Brasil, para a América do Sul, mas para países africanos que precisam de um instrumento desses para que possam sobreviver e crescer um pouco. E na medida em que o Brasil, através das suas instituições e, sobretudo, com o trabalho dedicado da Embrapa, que a gente consiga produzir semente de boa qualidade, que a gente consiga a rentabilidade que nós queremos ter, certamente nós estaremos dando uma contribuição extraordinária.

A você, meu caro Manoel dos Santos, que representa tão bem os



trabalhadores da Contag, e dentro deles uma grande maioria da agricultura familiar. Eu penso que um projeto como este pode dar uma rentabilidade ao trabalhador nordestino que praticamente nunca sonhou em ter na vida.

E por que eu penso que isso é importante para aquela parte da população brasileira? É importante porque essas pessoas às vezes passam décadas sem conseguir ter o emprego ou muitas vezes ficam dependendo de frentes de trabalho, ora do governo federal, ora das prefeituras, ora do estado. Essas pessoas que, às vezes, passam meses e meses sem ter 50 centavos para comprar alguma coisa, mas é um dado, aqui, que estava escrito no meu discurso que eu não li, que diz o seguinte: “poderá haver um aumento de 23 mil reais, em média, na renda anual de cada uma dessas pequenas propriedades.” Eu estou falando de 23 mil reais, Maneco, você, que é de lá, sabe que para um caboclo nordestino, sonhar ter 23 mil reais, em média, de rentabilidade numa pequena propriedade, é quase um sonho, é quase um desejo inalcançável de muitos, durante muito tempo. E esse programa pode permitir isso. Esse programa certamente vai permitir que esse pequeno produtor possa ter um salário mensal, para que todo mês ele tenha acesso a uma quantia em dinheiro e possa cuidar melhor da sua família.

O nosso cuidado é o de fazer com que o pequeno possa, definitivamente, plantar a mamona. Aí todos os Ministérios vão ter que ficar muito atentos, porque senão aparece alguém sozinho, planta 3, 4 mil alqueires de mamona e o pequeno já ficou na mão outra vez.

Como é a Petrobras que vai comprar, através da BR, nós temos que ter todo o cuidado para garantir, primeiro, dar pão àqueles que não têm pão com esse projeto e depois dar pão para todo mundo.

A Dilma já citou, aí, o BNDES, e eu quero dizer aos governadores, aos deputados que o BNDES vai se colocar de corpo e alma à disposição desse Programa. O projeto foi aprovado na Câmara, eu diria, na semana passada. Eu quero agradecer aos deputados que votaram esse projeto. Está no Senado, e



eu tenho certeza que o presidente Sarney, tal como fez o presidente João Paulo, vai trabalhar para que esse projeto seja votado muito rápido, porque eu penso que a gente não pode esperar.

Eu disse, na semana passada, aqui, João Paulo, e vou aproveitar a sua presença e a do presidente Sarney para dizer o seguinte – eu vou repetir uma coisa que eu disse na semana passada: muitas vezes, se a gente for fazer política apenas pela manchete de alguns jornais, a gente acorda todo dia achando que o governo central está em guerra com os governadores estaduais e com os prefeitos, ou vice-versa; a gente acorda todo dia achando que a Câmara dos Deputados e o Senado estão em guerra diretamente com o governo federal; ou que o governo federal está em guerra com a Câmara.

Mas o que é que, no frigir dos ovos, acontece? O que acontece, todo santo dia, é que a gente constata que não há um único assunto sério que seja tratado entre os entes federados, ou algum assunto sério que seja tratado com o Congresso Nacional que o Congresso Nacional não tenha se portado com a dimensão que o Brasil espera do comportamento de cada cidadão ou cidadã, e as coisas têm sido votadas até rapidamente. Senão, não teríamos aprovado a reforma tributária, a reforma da Previdência, a Lei de Falências, a reforma do Judiciário, a Lei do Desarmamento, que eram coisas que pareciam impossíveis de ser votadas e foi tudo votado. Foi tudo votado por quê? Porque apesar dos gritos, dos discursos dos contra e dos a favor tem um momento que Deus determina que seja o momento do equilíbrio. E ali todo mundo pára, por dois minutos, aperta o botãozinho, lá, correto, está votado e continua fazendo o discurso, seja na Câmara ou no Senado.

A aprovação desse projeto, eu quero que os deputados que não são do Nordeste tenham clareza: vocês não votaram mais um projeto de lei, mais uma medida provisória. Vocês votaram um projeto que pode significar o mais importante projeto para a experiência do desenvolvimento regional de uma



região brasileira que precisa de uma chance, de uma região brasileira que precisa de uma oportunidade.

Eu tenho certeza de que daqui a alguns anos nós estaremos lembrando esta reunião aqui e, certamente, muitos lembrarão a sua participação, companheiro João Paulo, como presidente da Câmara; a sua, presidente Sarney, como dois presidentes que tiveram condições de harmonizar todos os parlamentares, para que dessem mais essa chance ao Nordeste brasileiro.

O Brasil vive um bom momento. O Brasil vive um momento de auto-estima muito bom, um momento em que a economia está crescendo, que as coisas estão dando certo. E, agora, eu acho que esse momento fica muito melhor. Fica muito melhor porque o Nordeste brasileiro, sobretudo o semi-árido, volta a ter esperança, uma esperança que nós queremos transformar em realidade o mais rapidamente possível.

Muito obrigado. Parabéns pelo trabalho, Dilma. Parabéns pela coordenação de todos os Ministros.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação dos oficiais-generais promovidos em novembro/2004

Palácio do Planalto, 07 de dezembro de 2004

Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da República e ministro da Defesa,

General de Exército Jorge Armando Félix, ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional,

Senhor Álvaro Augusto Ribeiro Costa, advogado-geral da União,

Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, comandante da Marinha,

General de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do Exército,

Tenente Brigadeiro do Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, comandante da Aeronáutica,

Senhores oficiais-generais,

Senhoras e senhores integrantes das Forças Armadas,

Jornalistas,

Minhas senhoras e meus senhores,

A cerimônia em que tenho o prazer de cumprimentar os oficiais-generais recém-promovidos é para mim sempre um momento de grande orgulho cívico.

A sociedade brasileira enaltece em suas Forças Armadas os valores fundamentais do espírito público, do profissionalismo, da abnegação no cumprimento do dever. Essas são virtudes exemplares que todos reconhecem na Marinha, no Exército e na Aeronáutica.

Décadas atrás, ao decidirem dedicar suas vidas à defesa da Pátria, os



senhores assumiam o compromisso de honrar esses valores, de dar dimensão concreta a essas virtudes, de projetar para o futuro a marca de excelência de nossas Forças Armadas.

No momento em que ascendem aos mais elevados postos das carreiras que abraçaram, sua responsabilidade não é menor: os novos galões que ostentam com justiça expressam de modo ainda mais enfático o chamado a liderar pelo exemplo, o chamado a manter-se fiel ao interesse nacional, à sua defesa e à sua promoção.

O trabalho levado adiante pelas Forças Armadas não se esgota nas tarefas apenas militares, mas abrange ainda áreas fundamentais de apoio a populações desassistidas, bem como os campos do conhecimento científico, para citar apenas duas.

Os militares brasileiros desempenham papel fundamental para a concretização de um projeto que é de todos os brasileiros: o desenvolvimento construído sob a base da inclusão social, a defesa da soberania, a independência nacional.

Olho para os novos oficiais-generais e renovo minha satisfação ao confirmar que, muito antes de o tema ter entrado na agenda nacional, já nossas Forças Armadas adotavam políticas não-discriminatórias de raça ou origem social.

Um exemplo da inclusão social que deseja a sociedade brasileira já é realidade entre seus oficiais e praças. Entre as tantas razões de que se podem orgulhar, acrescentem esta: a de ter feito carreira exemplar em instituições onde apenas o mérito profissional é o critério para o êxito.

Senhores oficiais-generais,

Sua promoção aos mais altos níveis hierárquicos coincide com este momento de particular importância em nossa história. Será sua a responsabilidade de liderar nossas Forças Armadas em época de grandes desafios no cenário internacional.



Os conceitos de defesa e segurança requerem hoje importante esforço de redefinição ante a proliferação de fontes de tensão e ameaças. Que uma coisa, entretanto, fique clara: a defesa da soberania continuará a ser o objetivo permanente de cada um de nós.

O Brasil já se encontra hoje em nova etapa histórica. Deixamos para trás duas décadas de estagnação econômica e nos reencontramos com o desenvolvimento, com a criação de empregos e novas oportunidades, com a construção de uma economia voltada para o resgate da dívida social.

E ainda: este país volta a encontrar seu destino. É um Brasil que tem feito ouvir cada vez mais sua voz no mundo. Mas nosso chamado sempre foi à paz, à conciliação.

Essa é a mensagem que levamos, por exemplo, ao Haiti, onde, com o apoio valoroso de nossos irmãos sul-americanos e de outros continentes, temos podido contribuir para a reconstrução daquele país amigo.

Longe de mim a intenção de estender-me sobre os tantos desafios que os aguardam.

Se ressalto algumas das linhas-mestras de como vejo o mundo que se vai desenhando e, nele, o papel ampliado do Brasil, é apenas para mais uma vez sublinhar a enorme responsabilidade que lhes toca neste momento tão especial de sua trajetória pessoal e profissional.

Ao renovar-lhes os meus cumprimentos pela merecida promoção, me permito dedicar uma referência especial a seus familiares.

Conheço bem os sacrifícios impostos aos cônjuges e aos filhos em carreiras em que o dever exige a permanente disposição de recomeçar a vida em lugares novos, por vezes remotos. Essa conquista também é de vocês: parabéns.

Reitero meus cumprimentos e expresso minha certeza de que, nas mais altas patentes das nossas Forças Armadas, seguirão prestando a elevada contribuição que sempre deram ao Brasil.



Meus amigos e minhas amigas,

Esta é a primeira promoção de oficiais-generais que eu faço com a presença do nosso novo ministro da Defesa. A indicação do companheiro José Alencar para a Defesa, é a demonstração da relação que o nosso governo quer ter com as Forças Armadas e a relação que nós queremos construir entre as Forças Armadas e a sociedade brasileira.

Eu disse, num dos primeiros discursos que proferi na promoção de generais, que gostaria que, ao fim do meu mandato, a gente não precisasse mais ter nem uma diferenciação entre os nossos militares e a nossa sociedade civil; de que nós pudéssemos estar irmanados num único desejo, num único objetivo, cada um cumprindo a sua função, com o objetivo de transformar o nosso país num país cada vez maior, cada vez mais pujante, cada vez mais competitivo e, cada vez mais, inserido no mundo globalizado, com soberania e de cabeça erguida.

Eu penso que todos vocês são testemunha dos passos que nós já demos. Ainda falta muito para alcançarmos definitivamente os nossos objetivos. Não é uma tarefa fácil e nem uma tarefa que iremos conseguir em pouco tempo. É um trabalho incansável, um trabalho onde temos que mostrar perseverança, um trabalho onde temos que mostrar, todo santo dia, que estamos acreditando naquilo que estamos fazendo. E eu penso que a carreira de vocês é um eterno provar a vocês mesmos que podem sair vencedores. E os que aqui chegaram, chegaram por uma única razão: por mérito, foram escolhidos por razões profissionais.

E eu tenho certeza que o nosso ministro da Defesa terá uma relação exemplar com vocês, sem abrir mão, um milímetro, da sua autoridade. Vocês podem ter certeza que vocês têm não apenas um ministro da Defesa, que cumpre uma obrigação constitucional, mas que as Forças Armadas têm um ministro da Defesa que, antes de tudo, é a segunda pessoa hierarquicamente mais representativa do Brasil, um homem com uma história inegavelmente



reconhecida e admirada por todos, e um homem, antes de tudo, severo na exigência do cumprimento das suas obrigações, mas companheiro e leal de todas as horas, tanto das Forças Armadas como do povo brasileiro.

Eu quero parabenizar todos os oficiais-generais promovidos, quero parabenizar o nosso querido José Alencar e quero dizer a todos vocês: se em algum momento da história alguém pensou em criar o Ministério da Defesa apenas para inglês ver, a entrada do José Alencar no Ministério é para dizer: o Ministério da Defesa é para valer e é, definitivamente, na história do nosso país, o símbolo da integração de uma sociedade composta por religiosos e não-religiosos, por homens e mulheres, por negros e brancos, por militares e por gente da sociedade civil, mas todos, acima de tudo, são brasileiros.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 3ª
Reunião de Presidentes da América do Sul, por ocasião do anúncio da
Rodovia Interoceânica**

Cuzco-Peru, 08 de dezembro de 2004

(falha no áudio) ... Alejandro Toledo, Presidente da República do Peru,
Senhores Presidentes da América do Sul,
Senhores Vice-Presidentes de países da América Latina,
Meus amigos,
Minhas amigas,
(falha no áudio)

... Interoceânica que o Peru e o Brasil estão lançando, hoje, é muito mais do que um projeto bilateral. Estou convencido de que interessa a todos os países aqui representados. Mostra que a Comunidade Sul-Americana de Nações que estamos inaugurando não é um mero exercício de retórica. É a expressão do empenho de nossos países em superar as distâncias que ainda nos separam.

Esta obra, há muito esperada, sintetiza nossa vontade de fazer da geografia nossa maior aliada. A integração da infra-estrutura física da América do Sul significa não apenas novas oportunidades de comércio e de acercamento entre os nossos países.

É também requisito para que o continente possa inserir-se de forma mais competitiva numa economia globalizada. Ao nos integrarmos para dentro, estamos também nos integrando com o mundo.

Este projeto ambicioso exige que mobilizemos fontes inovadoras de financiamento. O contrato entre o governo peruano e a CAF para a construção da Rodovia confirma o compromisso desta instituição com a construção da



Comunidade Sul-Americana de Nações.

De norte a sul, o Brasil está participando de projetos prioritários para nossa região nos campos do transporte, das comunicações e da energia:

- a ponte sobre o rio Orinoco, na fronteira com a Venezuela;
- a Hidrelétrica San Francisco, no Equador;
- a ponte Assis Brasil-Iñapari, na fronteira com o Peru;
- as importações de energia do Paraguai, da Venezuela e da Bolívia;
- o desenvolvimento da região do Rio Madeira;
- a segunda ponte sobre o rio Paraná, na fronteira com o Paraguai;
- o corredor Bioceânico entre Santos e Antofagasta, no Chile;
- a segunda ponte do rio Jaguarão, na fronteira com o Uruguai; e
- a duplicação da auto-estrada do Mercosul.

Todos esses projetos objetivam a aproximação entre nossos países e o bem-estar de nossos povos.

Têm ainda o mérito de atender as populações marginalizadas e muitas vezes esquecidas. E é essa, a meu ver, a integração que buscamos. Um processo que nos una e nos aproxime, mas também distribua, de forma mais equilibrada, seus benefícios.

Essa integração inclusiva e solidária, que supera as rivalidades e as desconfianças do passado, é parte de um processo de amadurecimento político de nosso continente.

Por meio de um diálogo intenso, em que tem prevalecido a convergência de valores e ideais, seguiremos trabalhando em favor da criação de uma América do Sul mais próspera, mais justa e, sobretudo, mais confiante em suas próprias capacidades.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu quero reiterar, aqui, o que já disse, individualmente, a cada Presidente, em todas as reuniões que participamos. O Brasil não é um país rico. O Brasil tem seus problemas, como problemas tem todos os países quer



estão aqui. Mas o Brasil sabe a importância que tem a sua participação política no processo de integração.

E estejam certos que nós iremos continuar fazendo todo esforço que estiver ao nosso alcance, todas as conversas possíveis e necessárias, todas as viagens que forem necessárias, para que a integração sonhada por Bolívar, definitivamente, se concretize nos próximos anos, no nosso continente.

Muito obrigado e boa sorte.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul Cuzco-Peru, 08 de dezembro de 2004

Senhores ministros das Relações Exteriores,
Senhoras e senhores membros das delegações presentes à III Reunião de Presidentes da América do Sul,

Meu caro Enrique Iglesias, do BID,

Meu caro Henrique Garcia, da CAF,

Meu caro amigo presidente Duhalde, nosso Chefe do Mercosul,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Meus companheiros e companheiras,

Vivemos, ontem e hoje, nesta histórica cidade de Cuzco, uma dessas raras ocasiões em que se percebe a história em construção.

Estamos lançando a pedra fundamental de nossa Comunidade Sul-Americana de Nações, animados pela convicção de que possuímos um destino comum. Aqui ecoaram fortemente os chamamentos de Simon Bolívar e de tantos próceres por soberania, justiça e dignidade.

Há 180 anos, ao se convocar o Congresso do Panamá, nossos povos já anunciavam sua aspiração de forjar um Novo Mundo no novo continente. Na mesma época, nas batalhas de Junín e Ayacúcho, não longe daqui, homens e mulheres não hesitaram em dar a vida pela causa da liberdade.

É preciso reconhecer que aquela aspiração trouxe a independência, mas não garantiu a verdadeira emancipação de nossas nações. Criou repúblicas, mas não o civismo republicano de que se alimenta a democracia.

Trouxe autonomia, mas não assegurou a capacidade soberana de



realizar o ideal de unidade que inspirou a geração dos libertadores.

É esse o desafio que nos trouxe a Cuzco: tomar definitivamente em nossas mãos as rédeas do nosso destino comum.

Senhores presidentes,

Estamos, hoje, cancelando as dívidas de um passado marcado pelo signo da desconfiança e do desconhecimento mútuos.

Estivemos de costas uns para os outros, negando nossa própria geografia, iludidos pela tentação de importar modelos prontos, que perpetuam privilégios e ignoram os legítimos anseios de nossos povos.

Estamos reaprendendo as lições visionárias do saudoso Celso Furtado: “para superar a dependência, devemos buscar respostas próprias para o desafio do desenvolvimento”.

Estabelecemos uma relação de confiança entre os líderes do continente, baseada em muito diálogo e trabalho.

Não vamos repetir os erros e as rivalidades do passado. Não seremos mais reféns da retórica do autoritarismo e do nacionalismo exacerbados.

Assistimos, nos últimos anos, à árdua reconquista do regime de liberdade e à consolidação das instituições políticas na América Latina.

Aprendemos que é a democracia que legitima as profundas transformações exigidas por nossas sociedades.

É no debate franco e na participação solidária que encontraremos o caminho do crescimento que distribui renda e respeita o meio ambiente; da modernização econômica que promove justiça social; da responsabilidade ética que fortalece a liberdade.

A Comunidade Sul-Americana das Nações nasce, portanto, sob o signo da democracia, do respeito aos direitos humanos, da busca da solidariedade e da justiça social. Expressa a história, a cultura e as tradições que compartilhamos.

São esses mesmos valores que nos fazem também latino-americanos.



Não desconhecemos o grande patrimônio que a América Latina acumulou, nas últimas décadas, em matéria de integração e cooperação para o desenvolvimento.

Nossa comunidade não é uma iniciativa excludente: nasce aberta para o diálogo com os parceiros regionais e de olhos postos no mundo.

Em um contexto internacional marcado pelo acirramento dos conflitos e dos fundamentalismos de toda ordem, nossa região dá um exemplo de convivência democrática.

É isso que nos dá força. Foi com essa convicção que estabelecemos, em nossa última Cúpula, em Guayaquil, a Zona Sul-Americana de Paz.

Senhores presidentes,

Se, no passado, a geografia nos dividiu, hoje ela nos une.

Vamos fazer da América do Sul um espaço de integração, tornar nossas fronteiras marcos de união, aproximar nossos povos. Queremos encurtar distâncias e ampliar as oportunidades de cooperação e prosperidade.

Estou convencido de que as enormes divisões – não só físicas, mas também econômicas e sociais – que nos separam só serão superadas quando integrarmos em definitivo as zonas esquecidas do continente às nossas economias e sociedades.

Assim, forjaremos a verdadeira pátria sul-americana.

Os alicerces dessa integração já estão lançados. E, aqui, quero render uma homenagem ao presidente Toledo, pelo entusiasmo com que abraçou o desafio da integração da infra-estrutura física da nossa região.

A IIRSA desencadeou um processo de construção de uma infra-estrutura física que unirá plenamente nossos países e povos.

Os projetos já em curso nos setores de transportes, energia e comunicações significarão um salto de qualidade nas relações entre nós próprios e também de nossa região com o mundo.

Já temos o roteiro que vamos seguir: acabamos de aprovar os projetos



prioritários da agenda de implementação da IIRSA.

Confiamos no apoio dos organismos financeiros internacionais para essa empreitada e na disposição do FMI em excluir dos cálculos do superávit primário os investimentos em infra-estrutura.

Os recursos liberados fortalecerão a capacidade do BNDES e da CAF de financiar obras estratégicas, que darão um choque de produtividade e de competitividade à economia regional.

A decisão do Brasil e do Peru de construir em parceria uma rodovia ligando o estado do Acre, no Brasil, aos portos do sul do Peru expressa nossa convicção de que a integração física é um fator crucial de impulso aos fluxos de comércio.

Apostamos também, com muito empenho, no revigoramento do Mercosul e da Comunidade Andina. E celebramos recentemente o acordo de livre-comércio entre os dois blocos, que convergem a passos rápidos para formar a espinha dorsal da nossa comunidade sul-americana.

O Chile está intimamente associado a esses esforços de integração comercial. Esperamos que a Guiana e o Suriname juntem-se proximamente a nós.

No estímulo ao comércio inter-regional, temos uma poderosa ferramenta no Convênio de Créditos Recíprocos, o tão conhecido CCR.

No momento atual, de grande volatilidade cambial e financeira, esse mecanismo reduz os custos para nossas empresas alcançarem os mercados de toda a América do Sul. Espero que possamos estender seus benefícios a toda a região.

Senhores presidentes,

Estou convencido de que a integração da América do Sul é o grande legado que deixaremos para as futuras gerações de nosso continente. Integrados, nos comunicaremos melhor, superaremos nossos preconceitos, teremos empresas mais competitivas.



E só assim nossos povos usufruirão, de maneira soberana, das imensas riquezas naturais que são sua herança secular.

Estamos aliando as forças democráticas deste continente à luta global por uma nova geografia política e econômica internacional.

Os países do Sul têm consciência da justiça de sua causa e da força de sua união.

A prostração e sofrimento extremos do Haiti não são obras do acaso, e sim da conjunção perversa de interesses espúrios e do desinteresse coletivo.

Pela primeira vez, os países latino-americanos tomaram a dianteira de estender uma mão aberta ao povo haitiano.

No Haiti, não estamos levando a estabilização na ponta das baionetas. Estamos colaborando para promover a reconciliação e a reconstrução de um país onde tudo está por fazer.

Oferecemos, sobretudo, um novo paradigma de cooperação para forjar um mundo mais seguro.

Para isso, as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança devem tornar-se mais representativos e eficazes.

Os países em desenvolvimento já se fazem ouvir nas negociações comerciais multilaterais.

A consolidação do G-20 demonstra que podemos conquistar um espaço de esperança na era da globalização. Um espaço em que o comércio – livre de distorções e protecionismos inaceitáveis – seja o motor da prosperidade coletiva e da dignidade individual.

Senhores presidentes,

A Comunidade Sul-Americana de Nações deixa, a partir de hoje, de ser um sonho. A Declaração de Cuzco que estamos aprovando cria mecanismos concretos para o seu funcionamento e a sua institucionalização.

Tenho dito que a resposta para os problemas do Mercosul é mais Mercosul. Do mesmo modo, a resposta para os desafios da América do Sul é



mais América do Sul.

A Comunidade é, sem dúvida, um projeto ambicioso que tem um longo caminho a ser percorrido.

Estamos construindo o Novo Mundo sonhado por Bolívar e por todos os povos e raças que aqui se encontraram, para criar uma nova civilização marcada pela tolerância na diversidade.

Esperamos que nossos povos cresçam juntos e construam sociedades mais prósperas e, sobretudo, mais justas. Ao somar esforços, estamos multiplicando nossas esperanças.

Estou certo de que, sob o comando do Peru, a Secretaria Pro Tempore da Comunidade estará à altura do desafio de preparar a nossa reunião inaugural, no primeiro semestre de 2005. O Brasil terá a honra de sediar este encontro, ocasião em que terei o prazer de reencontrá-los todos.

Muito obrigado.

*



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da reunião ministerial**

Granja do Torto, 10 de dezembro de 2004

(inaudível) ... que muitas vezes trabalham de forma incansável para suportar a pressa e a angústia dos ministros.

E quero cumprimentar, em nome da esposa de vocês, da minha mulher, pelo sacrifício de nos suportar nesses dois árduos anos. Aqui, entre nós, ainda tem companheiro com o privilégio de ser pai, nessa época dura de ser ministro. E não poderia deixar de ser um pernambucano, como Eduardo Campos, que acaba de se tornar pai pela terceira ou quarta vez, numa demonstração boa de nordestino vigoroso.

Meus amigos e minhas amigas,

Mudança. Com essa palavra iniciei meu discurso de posse na Presidência da República. Não quis produzir um efeito retórico, busquei antes deixar claro qual seria o sentido do mandato presidencial que se iniciava.

Passados quase dois anos é chegado o momento de fazer um balanço. Mas é chegada, sobretudo, a ocasião de apontar os rumos para essa segunda metade do meu governo.

Não perdi de vista, nunca, o sentido do mandato que recebi do povo brasileiro: mobilizar as energias da sociedade para retomar o caminho do crescimento sustentado, aquele que gera empregos, distribui renda e promove a inclusão social.

Não vou fazer um balanço detalhado, menos ainda autocomplacente e triunfalista. Tudo o que fizemos nestes quase 24 meses, o que não foi pouco, está muito aquém do que a sociedade brasileira reclama. São séculos de exclusão e desigualdade, agravadas nas últimas décadas. Não prometi corrigir todas as desigualdades, todas as injustiças. Comprometi-me, isto sim, a



colocar o país no caminho certo, lançando as bases para um longo período de desenvolvimento econômico, justiça social e aprofundamento da democracia.

Nestes dois primeiros anos revertemos um processo que nos conduzia ao abismo. A catástrofe anunciada por alguns, aqui e lá fora, não se produziu. Fomos capazes, governo e sociedade, de impedi-la.

Não demos continuidade às políticas do governo anterior, fizemos o que deixou de ser feito, reconstruímos nossa economia, fortalecemos nossas instituições e, sobretudo, conquistamos credibilidade no país e no exterior. Tão importante quanto essa transformação objetiva, foi a mudança em um sentimento de prostração, quando não de desesperança, que se apossara do nosso povo. Hoje, tudo começa a mudar. Estamos recuperando a nossa auto-estima, voltamos a ter orgulho de ser brasileiro, começamos a enxergar que há um novo caminho a ser trilhado. Mesmo sabendo que esse caminho é cheio de obstáculos, passamos a ter confiança em nossa capacidade, não só de percorrê-lo, mas, sobretudo, de construí-lo.

Os indicadores da economia brasileira são os melhores dos últimos 10 anos. O crescimento do Produto Interno Bruto foi além das expectativas mais otimistas. Não se trata de uma bolha, de um espasmo. Anuncia-se um processo consistente e duradouro, posto que o investimento cresce e a inflação vai sendo controlada.

O resultado principal dessa política é uma impressionante retomada do emprego, a maior desde 1992. Dois milhões de postos de trabalho com carteira assinada estão sendo criados; tratamos com responsabilidade as contas públicas; controlamos o crescimento de nossa dívida interna e avançamos muito em sua desdolarização; reduzimos nossa dívida externa e a tornamos administrável.

Os êxitos espetaculares do nosso comércio exterior, que muito deve ao desempenho de nossa agroindústria, contribuíram para o crescimento



econômico, expandiram o emprego, dinamizando o mercado interno; ajudaram a diminuir nossa vulnerabilidade externa.

Em lugar de vultuosos déficits em nossas contas externas, hoje exibimos significativos superávits que nos protegem mais contra eventuais crises internacionais. As medidas de política econômica adotadas, algumas amargas, outras incompreendidas ou criticadas, nos permitiram pôr o país no rumo certo. Elas eram e são condições necessárias para enfrentar os grandes desafios que temos pela frente. Esses desafios foram entendidos pelos milhões de brasileiros e brasileiras que nos trouxeram ao Planalto em 2002. Compreendemos os que, movidos pelo desejo de mudança, se impacientam com o ritmo das transformações. Respeitamos os seus sentimentos e renovamos sempre nosso convite ao diálogo.

Este país tem que crescer muito para recuperar as décadas perdidas que sucatearam os setores de nosso parque produtivo e de nossa infraestrutura. Recessões ou crescimentos medíocres aprofundaram, sobretudo, a enorme brecha social que marca nosso país. Este país tem que distribuir renda, não só como conseqüência do crescimento, mas como alavanca fundamental deste. Este país necessita de um crescimento macroeconomicamente sustentável, livre dos sobressaltos inflacionários ou dos ciclos de endividamento interno e externo. Este país necessita controlar soberanamente seu desenvolvimento, reduzindo a dependência às vulnerabilidades externas de sua economia, sem sucumbir às tentações de um caminho de isolamento do mundo. Este país precisa, finalmente, projetar seu desenvolvimento em articulação com a América do Sul, promovendo uma integração regional moderna, solidária, sem hegemonismo.

Buscamos, nestes dois anos, redefinir o lugar do Brasil no mundo. Para isso, impulsionamos um processo de reconstrução do Mercosul e de aproximação com o conjunto da região que desembocou há dois dias na constituição da Comunidade Sul-americana de Nações.



Voltamos a nos aproximar do continente africano, resgatando dívidas históricas para com aqueles que tiveram papel fundamental na construção da civilização brasileira. Perseguimos aproximações políticas, reatamos laços culturais, sem esquecer de construir parcerias econômicas e comerciais. Na mesma direção vai nossa política para o mundo árabe.

Cumprimos nossa promessa de imprimir um sentido estratégico à nossa aproximação com grandes países como a China, Índia, Rússia e África do Sul, de inegáveis presenças em seus continentes, e fundamentais para uma nova relação Sul-Sul, que altera a geografia econômica e comercial do mundo. Tudo isso foi feito sem choques ou conflitos com os grandes países desenvolvidos: Estados Unidos, União Européia e Japão, com os quais o Brasil mantém relações intensas e sumamente amistosas.

Nossa política externa, ativa e altiva, perseguiu uma mudança das relações e forças internacionais. Sem confrontações, desenvolvemos iniciativas para lograr um mundo mais justo e equilibrado do ponto de vista econômico, social e político.

Para mudar as relações comerciais, impulsionamos o G-20, que deu um novo conteúdo à Rodada de Doha, no âmbito da Organização Internacional do Comércio. Demos, junto com nossos parceiros do Mercosul, um novo curso às negociações sobre a criação da Alca.

Nas instituições financeiras internacionais, temos avançado na defesa de sistemas preventivos de apoio a países em desenvolvimento e de valorização dos investimentos essenciais em infra-estrutura. Nossa luta em prol de uma mudança das Nações Unidas, particularmente de seu Conselho de Segurança, tem recebido apoio em todos os continentes. Apoio igualmente significativo foi aquele que teve o nosso apelo para a constituição de mecanismo de combate à fome e à pobreza. Sessenta e cinco chefes de Estado e de Governo compareceram à reunião que lançou a iniciativa em Nova Iorque, 130 países a apóiam. Essa última iniciativa transpõe para o plano



internacional aquela que tem sido a obsessão do meu governo: atacar a fome, a pobreza e a exclusão social.

Sabemos que esses objetivos só serão atingidos por intermédio de políticas consistentes e sustentáveis de desenvolvimento. Iniciativas como as do Programa Fome Zero, têm papel fundamental para atenuar a crise social que vivemos. Elas contribuem para a aceleração do crescimento econômico com distribuição de renda. Não podem ser assim confundidas com medidas compensatórias ou apenas filantrópicas.

O Bolsa Família beneficia, hoje, 6 milhões e meio de famílias com uma remuneração três vezes maior do que no passado. Centralizou o que estava disperso dando maior eficiência a esta política social e dinamizou a economia. Ao associar a remuneração às famílias, à escolaridade de crianças e aos cuidados da saúde, este Programa incrementa a universalização de serviços públicos essenciais, que é outra forma de distribuir renda. Por esta razão, o próprio governo está zelando para que os problemas que o Bolsa Família teve em sua implementação, sejam corrigidos de forma exemplar, com transparência, competência administrativa e espírito republicano.

Mas são essenciais para o êxito do programa Fome Zero, as iniciativas de apoio à agricultura familiar. Fizemos grandes progressos, duplicamos os recursos utilizados pelos governos precedentes. Isso tem forte impacto econômico, mas, sobretudo, social.

O combate à desigualdade social está presente também nas principais iniciativas do Ministério da Saúde: médico de família, saúde bucal ou farmácias populares. E nos rigorosos programas de saneamento básico para enfrentar o abandono a que foram relegadas as grandes e médias cidades brasileiras.

É nessas cidades que se situa um dos principais desafios a serem enfrentados pelos governos e por toda a sociedade brasileira: a violência. Ainda que a competência fundamental para enfrentar esse problema que angustia milhões e milhões de brasileiros e brasileiras, seja dos governos



estaduais, não queremos fugir às nossas responsabilidades. Firmamos convênios com governos de estado para qualificar a ação policial, reformar o sistema prisional e oferecer, em casos de emergência, força federal para enfrentar situações de gravidade. Mas ao lado dessas iniciativas que serão beneficiadas também por reforma no Poder Judiciário, é preciso ter claro que cabe a nós oferecer à sociedade, sobretudo aos jovens, alternativas consistentes. Elas passam essencialmente pela educação e pelo acesso aos bens culturais.

Por isso nossa ênfase na qualificação do ensino fundamental e médio e na formação profissional. Por essa razão, igualmente, a preocupação com o esforço da universidade brasileira, sobretudo, no que diz respeito ao ensino público. Ações afirmativas no curto prazo e os efeitos da melhoria do ensino fundamental e médio permitirão que nosso país realize a tão sonhada democratização da nossa universidade. O Brasil tem que se preparar para o futuro, mas também para os desafios que estão colocados hoje.

Precisamos construir uma sociedade fundada, cada vez mais, no conhecimento, preocupação constante de nossos Ministérios de Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura. Essa tarefa ganha urgência em função da política industrial, recentemente anunciada por nós, a primeira depois de muitas décadas.

Ao lado de uma economia sofisticada, fundada em grandes investimentos e em recursos tecnológicos avançados, o Brasil assiste o renascimento de uma economia de pequenos e médios empreendedores, beneficiados por políticas específicas de crédito.

Da mesma forma, milhões de assalariados, idosos e pobres, passaram a ter acesso a crédito barato para o consumo e puderam, pela primeira vez, abrir suas contas bancárias.

Há dois anos, era grande a percepção dos desafios que tínhamos pela frente. Nestes 24 meses pudemos viver intensamente a dramática situação de



nosso país, principalmente o desaparecimento do Estado. Herdamos uma máquina administrativa ineficiente, desprovida, em boa parte, do sentido republicano, sem vocação para realizar políticas em proveito da maioria. Mas mesmo nos momentos mais difíceis não nos deixamos abater.

Sei que os objetivos que perseguimos consumirão as energias de, provavelmente, mais de uma geração, mas não queremos apenas preparar o caminho para os que virão depois, estamos empenhados na construção deste caminho agora.

Disse que iríamos, primeiro, fazer o necessário; faríamos, depois, o possível, para enfrentar, mais tarde, o impossível. Penso que fizemos o necessário, parte do possível e, talvez, mesmo, algo do impossível. Digo isso quando penso na aprovação das reformas Tributária, da Previdência, do Poder Judiciário, do Estatuto do Idoso e em tantas outras iniciativas que se arrastavam por muitos anos no Congresso Nacional e que pareciam impossíveis de serem votadas. Nessas iniciativas a Câmara e o Senado foram sensíveis, não só aos apelos do governo, mas, sobretudo, ao clamor da sociedade. Rendo, por isso, minha homenagem ao Poder Legislativo e a todos os partidos que o integram.

Quero agradecer igualmente ao Poder Judiciário pela forma independente com que pautou sua atuação.

Sou grato a prefeitos e governadores, que sem perder suas identidades partidárias, seus compromissos eleitorais, não hesitaram em pôr o interesse nacional em primeiro lugar quando necessário.

As Forças Armadas reiteraram sua missão constitucional. O governo se empenha não só na valorização política das suas Armas, como na melhoria das condições de vida de nossos soldados e oficiais e no necessário reequipamento de nossas três Armas.

Os servidores civis foram importantes personagens de nossa transição, tiveram sua ação valorizada na medida dos recursos da União.

Este é o momento, também, para celebrar a plena vigência da



democracia e das liberdades públicas no país. A sociedade tem podido expressar-se da forma mais livre possível. Há, portanto, total liberdade de informação. Nunca a sociedade foi tão ouvida, não só por intermédio de suas representações no Conselho Econômico e Social, como nas milhares de consultas e debates que presidiram a formulação de políticas públicas do governo, incluindo o Orçamento da Nação.

Temos mais dois anos pela frente. Hora da colheita do muito que plantamos; hora de afirmar com mais ênfase de nossas disposições de continuar persistindo criativamente em nossas políticas econômica e social. Este país necessita, depois de décadas de marasmo e desencanto, de desenvolvimento. Essa palavra, por tantos anos esquecida, ocupa hoje e ocupará sempre o centro de nossas preocupações. Que ninguém se iluda sobre as prioridades deste governo. Elas vão na direção de uma grande transformação econômica e social do país. Que ninguém se iluda sobre a minha fidelidade a minhas origens. As dificuldades que enfrentei em minha vida e os êxitos que nela alcancei me deram a convicção de que o melhor que possuímos é o nosso povo. Que não se confunda paciência e cordialidade com passividade. Que se entenda que somos um povo composto de homens e mulheres fortes que apenas necessitam de uma circunstância histórica que nos permita mostrar todo nosso potencial. Este momento chegou. Cheguei à Presidência possuído desses sentimentos; vim acompanhado de gerações de lutadores sociais que não se deixaram fascinar pelas luzes do poder e que aqui reforçaram suas convicções democráticas. Este é um governo de homens e mulheres probos, capazes e dedicados. Todos estamos imbuídos do sentimento de que a hora do Brasil chegou. Esta hora é a hora do desenvolvimento, do crescimento econômico com geração de empregos, distribuição de renda e inclusão social. E vocês são peças fundamentais no cumprimento dessa diretriz.

Muito obrigado e boa reunião.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de recepção à Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil

Palácio do Planalto, 13 de dezembro de 2004

Bem, primeiro quero cumprimentar todos os integrantes da Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil,

Quero cumprimentar os meus companheiros ministros que estão aqui, Ministras,

Quero cumprimentar a senhora Isa Maria de Oliveira, secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil,

Quero cumprimentar o Jeconias, Jair, Sumaya, Tatiane, Jessica Cosme, e Phablina,

Quero cumprimentar nossas queridas crianças do Coral do Rio Grande do Norte, o Maestro,

E dizer para vocês que determinadas situações que vive o nosso país só serão resolvidas na medida em que a sociedade consiga transformar aquele problema num problema político. Eu disse isso a vida inteira e vou continuar dizendo como Presidente da República.

Primeiro, eu quero crer que seja a primeira vez que o Brasil tem uma Primeira-Dama que começou a trabalhar aos dez anos de idade, sendo pajem e, depois, aos 14, em fábrica. E tem um Presidente da República que, possivelmente, começou a vida como muitas dessas crianças, antes de entrarem no PET, vendendo coisas na rua.

E levava uma desvantagem, porque eu saía para vender, com meu irmão mais velho, e eu tinha que gritar: “Tapioca, laranja, amendoim”, e eu tinha vergonha de gritar e terminava por tomar um cascudo do meu irmão mais



velho, porque toda vez que chegava na hora de eu gritar, eu ficava com vergonha.

Eu estou dizendo isso da década de 50, portanto, esse problema do trabalho do menor, no Brasil, é uma coisa histórica e crônica, com nuances diferentes. Porque ser criança pobre, naquele tempo – eu digo sempre para os meus filhos – era menos sofrível do que hoje, porque naquele tempo, embora nós tivéssemos a mesma pobreza, a gente não tinha os problemas de violência, o problema do narcotráfico, a criminalidade que coloca muito mais em risco, a prostituição infantil. Ou seja, era menos sofrível ser pobre naquele tempo. E, também, porque a gente tinha a rua à disposição da gente para brincar, sem risco, o dia inteiro.

Eu estou convencido de que o fato de vocês resolverem sair pelo Brasil, visitando cada governador de estado, apresentando as inquietações de toda a sociedade, sobretudo das crianças e adolescentes, com o problema do trabalho infantil, da prostituição infantil, demonstra que esse fato, que antes era tido como um problema social, passa a ser visto como um problema político, na medida em que cada governante assume o compromisso, porque colocou a assinatura num documento que as crianças entregaram, de fazer mais do que nós fizemos até agora.

E todos vocês sabem que cuidar dos problemas sociais no Brasil tem sempre o agravante dos “restos a pagar”. O que são “restos a pagar”? É que se deixou acumular, durante tanto tempo esses problemas, que a cada ano que você deixa de cuidar vai ficando mais difícil, porque aumenta o número de pessoas caindo numa área de risco e fica muito mais difícil depois tentarmos resolver isso.

Tanto o Patrus como o Ricardo Berzoini mostraram os números nestes dois anos de governo. E mesmo que nós tivéssemos feito o dobro do que fizemos, ainda é pouco diante da necessidade que nós temos de fazer muito mais rápido. Eu digo sempre que o acúmulo da dívida social no Brasil é tão



grande que, por mais que a gente corra para resolver esse problema, sempre vai levar um tempo maior do que as necessidades que as pessoas têm para esperar. E qual é o nosso problema? É tentar evitar que continue crescendo o número de pessoas em situação de risco.

Vocês têm acompanhado, de vez em quando vocês têm visto críticas, algumas justas, outras não justas, ao programa Bolsa Família. E possivelmente a crítica que o Bolsa Família receba possa ser justa, dependendo do ângulo que a gente olhe. Quando nós colocamos no Programa a exigência de que uma mãe que receba o dinheiro tem que levar os seus filhos para tomar vacina e tem que colocar os seus filhos na escola, nós não estamos, como alguns dizem, tentando penalizar essa mãe ou essa criança. Pelo contrário, nós estamos tentando convencê-la de que levar as crianças para a escola, vacinar os seus filhos, é um benefício a mais que ela está conquistando. E a obrigação do governo é exigir que essas crianças vão para a escola, o mínimo que a gente pode fazer é exigir que essas pessoas consigam chegar à escola.

E mais ainda. Quando nós dobramos os recursos que as pessoas recebiam, nós vamos gastar agora, este ano, boa quantia, eu estou dizendo gastar um gasto bom, um gasto com que a gente vai ter resultado. Nós vamos atingir 6 milhões e meio de famílias, o que possivelmente vai transformar o Bolsa Família, já neste ano, em um dos maiores programas sociais de transferência de renda de qualquer país do mundo. No ano que vem, nós pretendemos chegar a 8 milhões e 700 mil famílias. E Deus queira que, se os números da geração de empregos continuarem melhorando, e nós acreditamos que o ano que vem seja muito melhor do que este ano, a gente vai ter uma diminuição no número de pessoas que precisam receber esses benefícios.

E nós sabemos que fazer esse trabalho não teria nenhum resultado se a sociedade civil não estivesse organizada em torno de uma causa. Porque é essa organização da sociedade civil que pode impulsionar a própria sociedade a denunciar o atraso de dinheiro que as pessoas têm que receber; que pode



denunciar a malversação do dinheiro que muitas vezes não chega na hora certa, no tempo certo; e que pode denunciar outras práticas de abuso das nossas crianças que, muitas vezes, na sua distância, o governo federal não tem como saber, a não ser num trabalho muito forte da sociedade, para denunciar e para exigir que o governo possa tomar as atitudes corretas.

Eu quero dizer para vocês que, ontem à noite, eu vi no programa “Fantástico” uma reportagem sobre a prostituição infantil. É outra coisa crônica, no nosso país, um caso de crime hediondo, é uma coisa violenta um ser humano abusar da pobreza de alguém, ou uma pessoa qualquer agenciar crianças e adolescentes para atender aos instintos bestiais de um ser humano que é mais irracional do que a coisa mais irracional que nós conhecemos na face da Terra.

E como é que a gente pode resolver uma situação dessas? Não é apenas com a legislação, porque a legislação punitiva já existe, as pessoas sabem que podem ser condenadas. É preciso que haja, da parte da sociedade, de empresários, de empresários do turismo, de empresários do transporte, de empresários de hotéis, o compromisso moral e ético de que nenhum deles permitiria que uma coisa dessas acontecesse; ou de um empresário de um posto de gasolina.

É preciso que haja o compromisso ético com a consciência de cada um, para, ao saber, denunciar imediatamente, para que possa o Estado, seja o poder público municipal, estadual, ou a polícia, tomar providências. Porque, senão, nós ficamos com uma lei muito bonita, muito bem feita, normalmente aprovada com maestria pelo nosso Congresso Nacional, mas as coisas acontecem nas nossas barbas e não se fica sabendo e, se fica sabendo, se demora para tomar providências.

Essa é uma ação que se a sociedade civil não assumir junto com o Estado a responsabilidade de transformar isso numa questão de honra, a gente não termina nunca com isso. Porque sempre haverá um pretexto de alguém



fazer uso de uma prática abusiva dessa, em nome... só pode ser de alguma coisa bestial que a humanidade não consegue explicar.

A nossa senadora Patrícia e a nossa deputada Maria do Rosário fizeram, junto com outros deputados, um trabalho imenso para descobrir essa questão da prostituição infantil, do abuso contra a criança e o adolescente.

Nós fizemos um ato, aqui, e nós não tivemos coragem de mostrar, aqui, tudo o que essas pessoas encontraram, porque é incontável o que se presencia neste país hoje, inclusive via Internet, coisas que é proibido contar para um público menor de 50 anos de idade, de tão grave que é o problema.

E quando se fala do trabalho infantil, a gente fala de tirar a oportunidade de uma criança poder cumprir o seu ciclo natural, que todo ser humano deveria ter: o de ter o seu tempo de brincar, o seu tempo de estudar, até que atinja o seu tempo de trabalhar e de fazer as outras opções de vida.

Eu sei que muitas crianças que trabalham, trabalham exatamente por causa da pobreza na sua família. Eu sei que muitas crianças que trabalham, trabalham porque é preciso levar alguma renda para casa.

E nós sabemos que não é apenas a questão do dinheiro ou a questão da lei. Muitas vezes é uma questão de conscientizar as pessoas, também. Porque uma mãe, se estiver minimamente preparada, se estiver minimamente escolarizada, vai fazer qualquer coisa para não permitir que o seu filho saia para trabalhar para levar dinheiro para casa.

Então, é importante que vocês saibam, eu quero que vocês saibam que os números que o Patrus citou aí podem crescer muito mais. Vocês sabem que não é problema de 100 milhões, 200 milhões, 300 milhões. O problema é que nós precisamos organizar o cadastro de todas essas pessoas que necessitam para que a gente faça fluir, com muito mais facilidade, os recursos que tem hoje e os recursos que a gente pode colocar para resolver esses problemas em definitivo.

Eu quero terminar dizendo para as crianças que eu dizia sempre o



seguinte: se nós não fizermos, vai ser difícil outros fazerem. Vai ser difícil, porque o grande desafio que nós temos no Brasil é cumprir aquilo que já foi discutido, aquilo que já foi transformado em lei, aquilo que já...Eu descobri, quando cheguei ao governo, que a merenda escolar, desde 1993, não subia um centavo; é que o seu cálculo tinha sido pensado em dólar, quando um dólar valia um real. Depois, o dólar passou a valer quatro reais e continuava com 13 centavos ainda. Quando nós aumentamos, para o ano que vem, em 40% o valor da merenda escolar, eu nunca pensei que as pessoas fossem ficar tão felizes com tão pouca coisa. Mas fazia exatamente 11 anos que não se reajustava.

Cuidar do trabalho infantil para evitar que ele se espalhe pelo Brasil mais do que já está, é obrigação do Patrus, é obrigação do ministro do Trabalho, é obrigação do ministro da Educação, é obrigação do ministro do Esporte que, com o seu programa Segundo Tempo, certamente está tirando muita criança do trabalho infantil, muita criança da rua; é responsabilidade do Presidente da República. Mas, certamente, é responsabilidade de toda a sociedade brasileira.

E eu quero terminar dizendo para vocês: não se preocupem, em nenhum momento, eu não acredito que governo nenhum consiga resolver todos os problemas sem que haja pressão da sociedade para que as coisas aconteçam. Às vezes, do Planalto deste país, se toma decisões que muitas vezes até chegarem lá em baixo, na fonte de quem precisa, demora muito tempo. Portanto, se toda a sociedade brasileira quiser pressionar o governo, da forma gostosa com que vocês estão pressionando e, sobretudo, as crianças, eu penso que a gente pode consertar o Brasil muito mais rápido do que os prognósticos determinam.

Muito obrigado pela presença de vocês. E estejam certos que nós vamos trabalhar muito mais este ano que vem e no próximo ano.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de inauguração da 1ª Etapa da Expansão da Honda-Manaus

Manaus-AM, 14 de dezembro de 2004

Eu quero cumprimentar o nosso querido governador Carlos Eduardo de Souza Braga, governador do estado do Amazonas,

Quero cumprimentar o meu companheiro e ministro Alfredo Pereira do Nascimento, ministro dos Transportes,

Meu companheiro, agora cidadão amazonense, Luiz Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Quero cumprimentar o meu companheiro Agnelo Queiroz, ministro dos Esportes, que hoje veio aqui para inaugurar um Centro de Excelência para a prática de esporte na cidade de Manaus,

Quero cumprimentar o meu companheiro Ciro Gomes, ministro da Integração, que tem muito a ver com o modelo de desenvolvimento que a gente vai colocar em prática daqui para a frente no país e, sobretudo, na Amazônia,

Quero cumprimentar o governador Otomar de Souza Pinto, governador de Roraima,

O governador do estado de Rondônia, Ivo Cassol,

Quero cumprimentar os deputados federais aqui presentes,

Quero cumprimentar o contra-almirante Marcus Vinícius de Hollanda, comandante naval da Amazônia,

O general de exército Cláudio Barbosa de Figueiredo, comandante militar da Amazônia,

O major-brigadeiro-do-ar Cleonilson Nicácio da Silva, comandante do 7º Comando Aéreo Regional,

Meu companheiro Carlos Wilson, presidente da Infraero,

Meu companheiro Serafim Correia, prefeito eleito de Manaus,



Quero cumprimentar a Flávia Grosso, superintendente da Suframa,
Quero cumprimentar o senhor Tetsuo Iwamura, presidente da Moto
Honda da Amazônia,

Quero cumprimentar os funcionários da Honda, as funcionárias, os
vendedores, os anunciantes,

Ou seja, quero cumprimentar a todos vocês, na verdade. Não adianta
ficar citando quem eu quero cumprimentar aqui, agora.

Bem, meus companheiros, minhas companheiras,

Antes de falar alguma coisa, Furlan, tem um problema aqui, que é o
seguinte: tem um monte de prefeitos, aí, que têm um documento para me
entregar, exigindo que a gente gaste o dinheiro da Suframa aqui na Amazônia.
E quero pelo menos pedir para que o representante dos prefeitos venha aqui
me trazer o documento, porque é uma luta, uma luta boa que nós vamos fazer,
de forma muito carinhosa, para ver se a gente consegue fazer com que o
dinheiro da Suframa possa ser aplicado aqui na Suframa.

Eu não quero é que vocês saiam daqui com a convicção de que amanhã
está liberado o dinheiro. Eu quero que vocês saiam daqui com a certeza de que
eu vou colocar o Furlan para brigar pelo dinheiro de vocês.

Bem, meus amigos e minhas amigas, eu gostaria imensamente de
agradecer à direção da Honda, através do senhor presidente Iwamura, pelo
voto de confiança que ele dá ao Brasil, numa demonstração de boa
provocação, chamando outros empresários a acreditarem no nosso país, a
acreditarem no estado do Amazonas, a acreditarem na Zona Franca de
Manaus e aqui fazerem os seus investimentos.

Quando em outras partes do Brasil se fala da Amazônia, normalmente
se trata a Amazônia como uma região subdesenvolvida ou, muitas vezes, se
trata a Amazônia como uma região inabitada. Se pudessem todos os
brasileiros, sobretudo das regiões consideradas mais ricas do Brasil, se



dirigirem ao estado do Amazonas e aqui no estado do Amazonas visitarem Manaus e, dentro de Manaus, o centro industrial, as pessoas iriam descobrir duas coisas: primeiro, que o Amazonas não é inabitado, ele é habitado. É habitado por gente da maior competência, porque os diretores da Honda me disseram que os trabalhadores da Honda, da Zona Franca, são os trabalhadores mais criativos e os que mais produzem, de toda a Honda mundial.

Segunda coisa, iriam perceber um centro industrial altamente moderno. Eu penso que tem poucos lugares no mundo com um centro industrial moderno como a Zona Franca de Manaus. E o que é mais importante: um centro industrial adequado para o estado do Amazonas e para toda a Amazônia, porque é um centro industrial pouco poluente, é um centro industrial que polui menos do que outras regiões do Brasil e outros centros industriais do Brasil. É por isso que nós não demonstramos nenhuma dúvida, assim que tomamos posse, em prorrogar a Zona Franca de Manaus até 2023. É por isso que hoje viemos inaugurar não apenas esta planta da Honda, mas viemos inaugurar um terminal de cargas no Aeroporto Internacional de Manaus, aumentando praticamente em quatro vezes a capacidade de exportação da Zona Franca de Manaus. É por isso, também, que hoje eu fiz questão de ir ao Aeroporto sancionar a lei que isenta os empresários do PIS e do COFINS aqui nesta região tão reclamada e tão reivindicada por vocês.

E nós fizemos isso não foi porque eu gosto mais do dono da Honda ou porque eu gosto mais do Eduardo Braga, ou porque o Alfredo Nascimento é de Manaus e é meu ministro. Nós fizemos isso sobretudo para garantir que mulheres e homens deste país, que mulheres e homens deste estado, que mulheres e homens desta cidade possam ter a mesma oportunidade que vocês, que trabalham aqui, na Honda, têm: trabalhar e, às custas do seu trabalho viver com dignidade e viver com o sorriso bonito que eu vi nesta linha de montagem, hoje, quando eu pude passar, abraçar e cumprimentar alguns



homens e abraçar algumas funcionárias.

E, o que é mais interessante, e eu faço questão de lhe dar os parabéns, presidente da Honda: a quantidade de funcionários. Teve uma menina que eu cumprimentei, eu imaginava que ela tinha 25 anos de idade e ela, só de Honda, tem 28 anos. Eu tive a impressão que ela nasceu aqui dentro da Honda.

Uma empresa que mantém a quantidade de funcionários com mais de 15, 10, 12, 20 anos significa que é uma empresa que mantém uma relação civilizada com os trabalhadores, é uma empresa que respeita os trabalhadores e, por isso, os trabalhadores trabalham com prazer numa empresa, porque se alguém não gostar de uma empresa, não vai ficar 15 anos, 20 anos, 30 anos. Eu, quando comecei a trabalhar, eu não gostava da empresa e pedi as contas com quatro anos de firma.

Portanto, eu quero lhe dar os parabéns. Quero dar os parabéns aos funcionários, porque eu conheço muitas fábricas mas, hoje, o sorriso que eu vi na cara de vocês, naquela linha de montagem, era um sorriso prazeroso, era um sorriso de alguém que está imaginando que este país não tem o direito de ter dirigentes que fiquem lamentando a vida inteira; este país não tem o direito de ter prefeitos, governadores, presidente da República, ministros e autoridades que fiquem reclamando que falta isso, que falta aquilo. O que falta, falta. E nós temos que fazer.

E, ao invés de ficar chorando, vamos ao trabalho, porque o Brasil tem todas as condições para se transformar, definitivamente, numa grande nação no século XXI.

Nós não podemos mais ficar olhando o Japão e lamentando o crescimento do Japão; ficar olhando os Estados Unidos e ficar lamentando o crescimento dos Estados Unidos; ficar olhando a União Européia e ficar lamentando. Nós precisamos parar de olhar para os outros com inveja e saber que nós temos capacidade, criatividade e competência para sermos tão importantes quanto qualquer país do mundo. Basta que a gente acredite na



gente, basta que a gente tenha confiança e basta que a gente faça o que tem que fazer neste país.

Eu quero dizer algumas coisas para o presidente da Honda, para a diretoria e para os funcionários. Nós ainda não completamos dois anos de governo, vamos completar dois anos no dia 1º de janeiro. E como é que nós encontramos este país?

Este país tinha um déficit na conta corrente de, praticamente, 32 bilhões de dólares. Em apenas dois anos, este país passou a ter um superávit de 10 bilhões de dólares. Este país passou vários anos tendo déficit, na balança comercial, a gente importava mais do que exportava. Este país, hoje, já chegou a 94 bilhões de dólares de exportação. E eu estou com um champanhe guardado para abrir, com o companheiro Furlan, no dia em que o Brasil chegar a 100 bilhões de dólares de exportação.

E nós vamos exportar na hora em que a gente sair pelo mundo, como estamos saindo, na hora em que a gente tiver mais gente fazendo como faz o Furlan, como fazem alguns empresários brasileiros. Não vamos ficar aqui, de braços cruzados, esperando que alguém venha comprar os nossos produtos. Vamos lá fora vender, vamos lá fora anunciar. Vamos lá fora, agora orgulhosamente, dizer, em qualquer parte do mundo: “comprem a Honda do Brasil, porque lá o trabalhador e a trabalhadora são mais trabalhadores e mais trabalhadoras”. Em poucos lugares do mundo as pessoas trabalham com um sorriso como o que vocês trabalham, no rosto. Em poucos lugares do mundo as pessoas têm a criatividade de vocês, essa é uma vantagem comparativa do Brasil. Então, a gente não pode ficar reclamando do que não está feito e nós temos que fazer o que precisa fazer. E é por isso que eu sou um otimista.

Somente este ano, até o dia 30 de novembro, nós criamos neste país um milhão e 800 mil empregos de carteira profissional assinada. E vamos criar mais o ano que vem, porque nós acreditamos na nossa agricultura, na nossa indústria, acreditamos na nossa gente, no nosso trabalhador, na nossa



trabalhadora e nos nossos empresários. Se um empresário qualquer, de qualquer parte do mundo vier aqui, ao Brasil, para saber das condições e encontra um Presidente resmungão, chorão, lamentando que as coisas não estão certas, ninguém vai investir num país em que o Presidente não acredita.

Se alguém vem ao governo do estado e o governador, ao invés de vender facilidade, fica chorando miséria, ninguém vem. Nós temos que levantar a cabeça, acreditar que seremos capazes de construir uma nação forte, uma nação grande, porque não é possível que o país não aproveite essa oportunidade.

E eu quero dizer para vocês, sobretudo aos trabalhadores: eu briguei muito para chegar à Presidência da República. Foram três eleições perdidas. Ganhamos. E podem ficar certos que eu pretendo fazer, nesses quatro anos, mais do que muitos fizeram em quatro ou em oito anos neste país, sabendo as coisas que têm que ser feitas, com a simplicidade que têm que ser feitas. Pode acreditar, Presidente, que o Brasil vai continuar crescendo o ano que vem e vai crescer mais. Pode fazer mais investimentos, serão bem recebidos os seus investimentos. Telefone para os seus parceiros no Japão e fale para eles: Querem ganhar mais dinheiro? Querem produzir melhor? Venham para o Brasil. Porque aqui tem governo, tem trabalhador e aqui tem perspectiva da gente poder continuar fazendo com que os nossos produtos continuem a ganhar espaço no mundo.

Eu sou um otimista inveterado. Eu sou tão otimista que, quando a minha mãe saiu de Pernambuco com oito filhos agarrados na saia dela, num pau-de-arara, minha mãe levantava a cabeça e dizia: nós vamos vencer! Para quem saiu de lá e chegou à Presidência da República, eu não tenho o direito de não ser otimista. Escrevam o que quiserem, lamentem do que quiserem, mas eu acredito neste país, eu acredito no povo brasileiro, eu acredito nos empresários brasileiros e, sobretudo, eu acredito no meu governo.

Muito obrigado.



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República**



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração do Centro de Treinamento de Alto Rendimento
da Região Norte**

Manaus-AM, 14 de dezembro de 2004

Meu caro governador Eduardo Braga,

Meu caro ministro Alfredo Nascimento,

Agnelo Queiroz,

Ciro Gomes,

Meu caro Otomar de Souza Pinto, governador do estado de Roraima,

Meus companheiros deputados Átila Lins, Carlos Souza, Francisco Garcia, Humberto Michiles, Lupércio Ramos, Silas Câmara, Vanessa Grazziotin,

Senhor Omar Aziz, vice-governador do estado do Amazonas,

Meu querido Sarafa, prefeito... Nós passamos meia hora discutindo se eu podia gravar e falar “Sarafa”. E podia.

Meu caro André Arantes, secretário nacional de Esportes de Alto Rendimento,

Meu caro João Mendes da Fonseca Júnior, secretário da Juventude, Esporte e Lazer do Amazonas,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu não vou ler discurso, não, porque o calor não permite. Eu vou dizer uma coisa para vocês: em 2001, eu fui a Cuba e, numa delegação de mais de 200 companheiros brasileiros estava a nossa jogadora de basquete, a Paula, e estava o nosso ex-jogador de futebol, o Sócrates.

E lá em Cuba, eu os convidei para que nós fôssemos visitar um Centro de Alto Rendimento, um Centro de Excelência. Era um centro simples, não



tinha nada luxuoso. E o Sócrates me disse, na época, o seguinte: “Lula, no Brasil tem vários centros melhores do que este de Cuba. A diferença é que os centros bons que tem no Brasil são particulares, e se uma criança pobre não tiver um pai que possa pagar uma mensalidade, essa criança estará marginalizada de participar de um Centro de Excelência”.

Estamos aqui, agora, inaugurando o primeiro, em parceria com o governo do estado do Amazonas, numa construção já existente e eu disse, tanto ao Agnelo como ao Governador, que a gente precisa fazer com que o Centro de Excelência da prática de esporte da região Norte do país tenha um pouco menos de calor, para que os atletas possam suar em função do exercício praticado e não em função da temperatura que desce deste telhado aqui, matando qualquer cidadão normal deste país.

Obviamente que o povo daqui já está acostumado. Mas, mesmo assim, eu estou vendo muita gente daqui abanando um papelzinho na mão, abanando um lenço, porque ninguém está agüentando.

E eu disse ao companheiro Agnelo que é preciso tomar cuidado, é preciso que junte alguns especialistas do Estado para ver como é que a gente faz para transformar este Centro de Excelência, que tem qualidade extraordinária, numa coisa confortável para que os nossos atletas possam se preparar de forma mais saudável.

Eu, a vida inteira, me convenci que se nós quisermos dar oportunidade à nossa juventude, nós temos que investir em três coisas fundamentais: nós temos que investir em esporte, em cultura e em educação. Este tripé certamente vai garantir que a adolescência brasileira não seja morta precocemente como ela é hoje e vai garantir que a gente tenha uma juventude que saia vencedora na disputa com o crime organizado e com o narcotráfico. E vai permitir que a gente tenha, num futuro muito próximo, uma geração mais sadia do que a geração que nós estamos, hoje, vivendo. E digo isso porque há possibilidade de nós transformarmos este país num país muito melhor.



Eu vou dar um exemplo para vocês. Neste ano, agora, nós criamos o PROUNI. Marilene, você que é da universidade, pára de se abanar, e veja o seguinte: nós criamos o PROUNI e o PROUNI vai colocar, já no primeiro semestre do ano, mais de 70 mil alunos de escolas públicas nas universidades particulares, sem pagarem absolutamente nada. Nós já temos colocadas à nossa disposição 118 mil vagas, e nós precisamos fazer um processo seletivo porque entra a questão dos estudantes das escolas públicas, entram os estudantes negros, porque nós queremos que as cotas sejam respeitadas e entra a questão dos estudantes indígenas, pois nós precisamos garantir que eles tenham, também, condição de entrar na universidade.

Lógico que isso nunca é possível fazer com a rapidez que a gente gostaria de fazer, porque cada coisa que a gente tenta fazer, você manda um projeto de lei, este projeto de lei é debatido no Congresso Nacional, e até ele ser aprovado leva um tempo, depois você tem um tempo para a regulamentação. Mas o dado concreto é que, no ano que vem, nós vamos ter, no primeiro semestre, 70 mil novos estudantes da escola pública estudando de graça na universidade. Este é um dado excepcional para o nosso país.

Mais ainda, nós vamos começar, no ano que vem, a aplicação do FUNDEB. Como não vamos poder fazer em todos os níveis, nós vamos começar, primeiro, pelo ensino médio, pelo segundo grau e pelo ensino técnico, que é a parte mais carente do Brasil, hoje. Porque na medida em que se alcançou a universalização do estudo, tem um monte de crianças chegando ao segundo grau e muitos estados não estão preparados para isso. E a gente vai cuidar de começar o FUNDEB nessa área do ensino técnico.

Por que estou falando de educação, ao invés de falar de esportes? É porque eu acho que as duas coisas estão intimamente ligadas. As escolas brasileiras precisam ter o esporte como uma atividade educacional. As crianças não podem ir à escola, chegar na escola e não terem uma área de lazer praticar algum esporte, para essas crianças fazerem as suas opções



esportivas. Nós precisamos, inclusive, começar a mudar o conceito de construção de escola neste país que, em muitos lugares, parece uma caixa de fósforos, sem dar nenhuma condição de lazer para nossas crianças.

E aí não adianta o Agnelo ficar chorando, que a gente vai para as Olimpíadas e não ganha todas as medalhas que a gente tem direito. Eu acho que nós até já ganhamos muita medalha, acho que nós melhoramos muito. Mas um país que tem um povo criativo como o brasileiro, a gente, na hora que der um mínimo de condições, a gente pode ganhar muito mais do que nós ganhamos. E não apenas por ganhar medalha, por participar. De forma orgulhosa, a gente vê o dobro, o triplo de atletas brasileiros que foram na última Olimpíada. E, aí, nós temos que dar a chance.

Eu quero dizer a vocês que este Centro de Alto Rendimento, este Centro de Excelência, que é uma coisa importante para a região Norte, ainda é humilde. O Brasil pode e merece mais. Nós temos que construir um para cada região. Este é o primeiro. Em cada um deles a gente vai aperfeiçoando, até a gente atingir a plenitude daquilo que é considerado, definitivamente, Centro de Excelência, para que a nossa menina possa ter orgulho de fazer uma opção esportiva e ter como aprender, garantido pelo Estado brasileiro, em parcerias do governo federal, governo estadual e governo municipal.

Eu quero fazer justiça ao trabalho do Agnelo. Este é um companheiro que tem me surpreendido a cada dia e a cada hora, pela dedicação dele com a questão do esporte. Eu acho que o Brasil já teve até gente famosa cuidando do esporte. Agora, eu acho que ninguém cuidou do esporte, neste país, com o profissionalismo com que tem cuidado o companheiro Agnelo Queiroz. Ele tem percorrido o Brasil, de Norte a Sul; ele tem viajado o mundo; ele tem se preocupado com o esporte amador; ele tem se preocupado com as crianças; ele tem se preocupado com a terceira idade; ele tem se preocupado em fazer com que o nome do Brasil seja mais conhecido lá fora.

E eu acho que este Centro de Excelência, aqui, que vai ter jovens de



vários estados, poderá fazer com que a região Norte do país possa, nas próximas disputas brasileiras, já mostrar que investir num Centro deste não pode estar colocado como gasto no Orçamento da União e do estado. Tem que estar colocado como investimento, porque é isso, efetivamente, que significa.

Por isso, meus parabéns, Agnelo, meus parabéns, Governador. E eu espero que vocês possam ser, cada vez mais, motivo de orgulho para o nosso querido país.

Obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração do Terminal de Logística de Carga – TECA III –
Aeroporto Internacional Eduardo Gomes**

Manaus-AM, 14 de dezembro de 2004

Meu querido companheiro Carlos Eduardo de Souza Braga, governador do estado do Amazonas,

Meu querido companheiro Alfredo Pereira do Nascimento, ministro dos Transportes,

Meu querido companheiro Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Meu querido companheiro Agnelo Queiroz, ministro dos Esportes,

Meu querido companheiro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,

Meu caro deputado Lino José de Souza, presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas,

Desembargadora Marinildes Costeira de Mendonça Lima, presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas,

Senhor Otomar de Souza Pinto, governador do estado de Roraima,

Deputados Átila Lins, Carlos Souza, Francisco Garcia, Lupércio Ramos, Silas Câmara e Vanessa Grazziotin,

Meu caro Omar Aziz, vice-governador do estado do Amazonas,

Senhor general de Exército Cláudio Barbosa de Figueiredo, comandante militar do Amazonas,

Brigadeiro-do-Ar Cleonilson Nicácio Silva, comandante do 7º Comando Aéreo Regional,

Senhor Luiz Alberto Carijó, prefeito de Manaus,

Senhor Carlos Wilson, presidente da Infraero,

Meu caro Serafim Corrêa, prefeito eleito de Manaus,



Minhas queridas e meus queridos companheiros de Manaus,
Jornalistas,
Meus amigos e minhas amigas,

Eu penso que seria desnecessário, meus queridos meninos e meninas do coral que cantaram tão bem o Hino Nacional, fazer um pronunciamento aqui, reforçando as palavras do presidente da Infraero, dos ministros Ciro Gomes, Alfredo Nascimento e do governador Braga. Mas também não poderia sair daqui sem dizer algumas coisas que eu considero importantes.

Governar o Brasil significa, antes de tudo, olhar para a plenitude de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados que compõem o território nacional e não apenas olhar para o Centro-Sul ou para os estados vizinhos de Brasília. Significa imaginar que cada governador de estado tem a obrigação de brigar para que o seu estado receba o maior número de investimentos possíveis, o maior número de obras possíveis, o maior número de benefícios possíveis. Mas fica por conta do governo federal pensar no Brasil como um todo. E ao pensar no Brasil, olhar as regiões brasileiras que mais precisam da ação do governo federal para que possam ter chance de se desenvolverem.

E duas regiões no Brasil precisam da atenção especial do governo federal: uma, é a região Norte do país, região esta que tem como símbolo de cidade, a capital do estado do Amazonas, Manaus, e que tem como símbolo do desenvolvimento, a Zona Franca de Manaus.

Eu, desde o meu tempo de sindicalista, quando alguém fazia críticas à Zona Franca de Manaus, eu dizia que só era possível criticá-la quem não a conhecia. Mas se a gente conhecesse a Zona Franca de Manaus – e eu não a conheci do lado de dentro, eu a conheci do lado de fora, fazendo assembléia junto com os trabalhadores, aqui, da Zona Franca de Manaus. Aliás, eu vi o companheiro (inaudível), que era presidente do Sindicato, aqui, o Ricardo Moraes que está aqui. Eu conheci a importância desta região para o



desenvolvimento. E ainda falta fazer muito em Roraima, falta fazer muito no Amapá, falta fazer muito no Pará, falta fazer muito no Acre, falta fazer muito em Rondônia, mas o dado concreto é que nós estamos dando passos significativos.

Quando inauguramos um aeroporto deste, quando inauguramos um setor para dar vazão e para receber aquilo que nós importamos e aquilo que nós produzimos, que vai quadruplicar a possibilidade de exportação desta região, nós estamos dizendo a todos vocês da região Norte do país e a vocês do estado do Amazonas e de Manaus: a Zona Franca veio para ficar e consolidar o modelo de desenvolvimento para uma região extremamente importante para o nosso país.

Quando nós inauguramos uma obra como esta é porque estamos consolidando uma política de comércio exterior, encabeçada pelo nosso querido companheiro Furlan, para mostrar que o Brasil não vai perder nenhuma oportunidade, em nenhum lugar do mundo, de competir em igualdade de condições, tirando proveito de todas as oportunidades que nós temos que tirar e da vantagem comparativa que é a capacidade profissional e de produção dos trabalhadores brasileiros.

E quando a gente fala em oportunidade de negócios, me lembrava o Furlan que a gente não pode perder nenhuma oportunidade. E se eu soubesse que o calor ia ser imenso, aqui, César Alvarez, ao invés de estar sentado aí, você poderia ter trazido uns 300 leques para vender. Já teria vendido todos, porque a oportunidade de negócios, aqui, seria imbatível e infalível.

Eu quero parabenizar o nosso companheiro Carlos Wilson que, depois de indicado para presidir a Infraero, tem feito uma revolução nos aeroportos brasileiros, não pensando apenas na parte dos passageiros, mas pensando em cuidar com carinho dos 66 aeroportos administrados pela Infraero. Em qualquer lugar do Brasil onde nós chegamos a gente encontra uma obra da Infraero revolucionando os aeroportos brasileiros, tanto para receber passageiros, como



receber ou exportar as nossas cargas. E o mais importante, me dizia o Carlos Wilson, “não é apenas a relação comercial, mas a relação humana”, porque a Infraero vai cuidar de aproximadamente 20 mil adolescentes, aprendendo uma profissão dentro da Infraero, para que a gente possa contribuir com a proibição do trabalho de menores, para que a gente possa proibir o abuso dos nossos adolescentes e para que a gente possa dar oportunidades a essas crianças que estão precisando apenas de uma chance para se transformarem em grandes produtores do nosso país.

Quero terminar dizendo a vocês que a inauguração de uma obra dessas me faz acreditar que nós não estamos fazendo nenhum milagre, nós estamos apenas dando uma oportunidade ao Brasil. O Brasil precisa de uma oportunidade, o Brasil não pode continuar a ser governado por políticos que não conseguem pensar além da sua própria eleição. O Brasil não pode continuar a ser governado por políticos que não conseguem enxergar o Brasil além do eixo Rio-São Paulo. O Brasil não pode continuar a ser governado por pessoas que não tenham dimensão da complexidade do desenvolvimento deste país, se levarmos em conta as particularidades de cada região do nosso país.

Este país precisa de uma oportunidade que nós estamos começando a construir. Não fizemos ainda aquilo que nós queremos fazer, afinal de contas, são apenas 23 meses e meio de governo, ainda faltam 15 dias para completar 24 meses, mas nós plantamos a base, a semente é boa, o broto que está nascendo desta semente dá sinais de uma árvore muito vigorosa. E podem ficar certos que quem ficou surpreso com o crescimento econômico de 2004, vai ficar mais surpreso ainda com o crescimento econômico de 2005, vai ficar mais surpreso com a política social, vai ficar mais surpreso com a geração de empregos. Porque o que não se diz neste país é que, em 11 meses deste ano, nós já criamos 1 milhão e 800 mil novos empregos de carteira profissional



assinada, dando ao trabalhador a condição cidadã que ele precisa para conquistar a sua cidadania plena.

Se me perguntassem se eu estou satisfeito com o que nós já fizemos, eu diria que estou satisfeito, mas ainda estamos longe de fazer o que nos propusemos a fazer. Quem acreditava que nós iríamos fazer o gasoduto Quari-Manaus? Quem acreditava, há algum tempo, que seria possível fazer isso? Dependendo do político que governasse este país, ele iria dizer: “a Amazônia não precisa.” Porque tem gente que diz que a Amazônia não é habitada, porque tem gente que acha que 20 milhões de pessoas que moram na Amazônia, não significa muita coisa.

Se é verdade que tem estado que já tem desenvolvimento e você tem que levar a infra-estrutura, é verdade também que você tem estado que sem a infra-estrutura não consegue se desenvolver. E o gasoduto Quari-Manaus é, na verdade, mais um passo importante para que o estado do Amazonas possa ser, definitivamente, um estado desenvolvido, com desenvolvimento sustentável, que possa gerar qualidade de vida, renda e riqueza para o seu povo. E isso, meu querido governador Braga, meus queridos companheiros ministros, nós vamos fazer.

O ano de 2005 será um ano em que nós vamos percorrer o Brasil realizando o que precisa ser realizado.

Nós lançamos, esta semana governador, um projeto de biodiesel que não vai interessar apenas ao Nordeste, por conta da mamona, vai interessar, governador Otomar Pinto, ao Acre; vai interessar ao Pará; vai interessar ao Amapá; vai interessar ao Amazonas, porque nós também queremos produzir o biodiesel do dendê. E essa região pode produzir muito. E por que queremos produzir biodiesel? Porque queremos fortalecer uma nova matriz energética para que a gente possa ficar mais independente e não depender, como nós dependemos hoje, da importação de óleo diesel, que nos custa uma fortuna. E também porque queremos gerar empregos, e também porque queremos



desenvolver as regiões mais empobrecidas do nosso país. Eu diria a vocês, aqui, de Manaus, que o programa do biodiesel será uma nova revolução neste país, como foi o Proálcool, na década de 70. E nós queremos gerar empregos, queremos gerar riquezas, porque nós não poderemos mais permitir que o país não transforme o século XXI no século do Brasil. O século XIX foi da Europa, o século XX foi dos Estados Unidos. E nós, no século XXI poderemos, junto com a China, com a Índia e com a África do Sul, por exemplo, criar uma nova geografia comercial no mundo e fazer com que o Brasil seja tratado com o respeito que merece.

É por isso que eu queria pedir a todos vocês: estejam certos de que o que estamos fazendo é apenas o começo de uma obra que ainda vai dar muito o que falar neste país. Para espanto de alguns, porque tinha gente que acreditava: “esse Lula vai ganhar as eleições e não vai acontecer nada. Com dois anos de governo vai ter uma bagunça, vai ter um monte de coisas.” E eu sonhei a vida inteira, para provar que um torneiro mecânico poderia fazer pelo Brasil mais do que eles fizeram durante tantos e tantos anos neste país. E isso só será possível com a compreensão de vocês e com os ministros da qualidade que eu tenho.

Por isso, meu caro governador Eduardo Braga, pode ficar certo que os investimentos para Parintins virão, mas não apenas para arrumar o lugar dos bois desfilarem. Mas nós vamos fazer um aeroporto, também, em Parintins; vamos fazer um porto em Parintins; fazer um porto para que os turistas, quando chegarem lá, possam ser tratados condignamente. E, se Deus quiser, vamos ver se em junho eu sou convidado para participar, outra vez, da Festa do Boi. Eu não posso dizer, aqui, qual é a minha turma, se é o “Garantido” ou o “Caprichoso”, porque presidente diz que não tem time, mas como eu sou meio chegado a um “vermelhinho” vamos ver se o governador me convida.

Eu quero, governador, dizer para você, como governador, que essa obra, aqui, é o coroamento da credibilidade, da confiança que nós temos nesta



região e, sobretudo, uma demonstração de que a Amazônia não será esquecida no meu governo.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em
almoço com oficiais-generais**

Clube Naval, Brasília-DF, 15 de dezembro de 2004

Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da República e ministro da Defesa,

General-de-Exército Jorge Armando Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional,

Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, comandante da Marinha,

General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do Exército,

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, comandante da Aeronáutica,

Senhores oficiais generais,

Senhoras e senhores integrantes das Forças Armadas,

Meus amigos e minhas amigas,

Tenho grande alegria em compartilhar com os senhores este momento de confraternização. Lembro-me de quando, há apenas um ano, reuni-me em almoço semelhante a este e pude expor meu otimismo em relação ao nosso país.

Naquele momento, os indicadores econômicos apontavam para uma nova realidade no Brasil. Hoje, eles confirmam um fato concreto – ingressamos em um novo ciclo de desenvolvimento sustentado, com geração de empregos e distribuição de renda.

Nossa economia está crescendo mais de 5% este ano; nosso saldo comercial ultrapassa os US\$ 30 bilhões de dólares; e estamos reduzindo cada



vez mais nossa vulnerabilidade externa.

Falo da prosperidade partilhada, da distribuição de renda e da inclusão social. Tudo isto está presente no ciclo que vivemos hoje. Em apenas um ano, geramos mais de dois milhões de empregos formais.

O programa Bolsa Família já beneficia praticamente 6 milhões de famílias em todo o país. Pequenos agricultores estão tendo cada vez mais acesso a crédito para produzir e agora começamos a dar ferramentas, no mesmo sentido, aos microempreendedores urbanos.

Nos próximos dois anos colheremos os merecidos frutos do trabalho realizado e esses frutos serão em benefício de toda a população.

Meus caros ministros,
Comandantes
Senhores oficiais-generais,
Meus amigos e minhas amigas,

Na qualidade de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, faço questão de expressar-lhes meu orgulho patriótico pelo desempenho de cada oficial, de cada praça.

A existência de unidades militares em todo nosso imenso território sempre foi, e ainda é, decisiva para a unidade e integração nacionais. Ela representa, sobretudo, a presença concreta do Estado brasileiro em todos os rincões do país.

A sociedade brasileira reconhece em suas Forças Armadas as virtudes da lealdade, do patriotismo, do valor profissional com que seus integrantes dedicam a vida à defesa da soberania e da integridade territorial do Brasil.

Reconhece também a presença valiosa dos nossos militares sempre em apoio às populações carentes. Os programas sociais de nossas Armas não se esgotam no apoio médico-odontológico ou no socorro em emergências, como enchentes ou secas.

De modo mais amplo, eles abrangem também a formação cívica, o



cultivar dos valores da cidadania, a preparação do jovem para seu primeiro emprego.

Agindo assim, nossas Forças Armadas ajudam a criar uma das condições fundamentais para a defesa nacional: uma sociedade desenvolvida, integrada e bem formada.

Não são poucos os desafios a vencer. A coragem, a determinação e a confiança que nos trouxeram até aqui continuarão sendo decisivas no nosso caminhar, que está tornando o Brasil um país mais justo, uma nação mais desenvolvida, onde a paz e a justiça sejam o cotidiano de seus cidadãos.

A sociedade brasileira sabe que tem em suas Forças Armadas aliados firmes nessa caminhada.

Meus caros amigos,

Senhores oficiais-generais,

Comandante da Marinha, almirante Guimarães,

Comandante da Aeronáutica, brigadeiro Bueno,

Comandante do Exército, general Albuquerque,

Meu caro José Alencar,

Meu caro general Félix,

Eu penso que nós deveríamos fazer uma reflexão profunda sobre o que vivíamos nessa mesma época, do ano passado, e o que estamos vivendo agora.

Naquele tempo, todos nós afirmamos e tínhamos a convicção de que estávamos plantando as nossas árvores frutíferas e que em algum momento nós iríamos colher os frutos que nos levaram a plantar aquelas árvores. Hoje, antes de completar 24 meses de governo, porque ainda faltam alguns dias, eu posso afirmar, de forma muito orgulhosa, que finalmente o Brasil encontrou o seu caminho.

Em primeiro lugar, todos vocês acompanharam de perto o trabalho que nós fizemos para reinserir o Brasil na sua relação com a América do Sul. E faz



poucos dias, na cidade de Cuzco, no Peru, nós assinamos um documento criando a Comunidade Sul-Americana de Nações, coisa que parecia impossível se falássemos isso em dezembro do ano passado.

Mais importante do que isso é que, no começo deste ano, começamos a falar na necessidade de criarmos uma nova geografia comercial, política e econômica no mundo. Muita gente achava que era apenas uma frase de retórica, uma frase de efeito e que isso jamais iria acontecer. Eu posso dizer a vocês, hoje, que nós estamos consolidando, de forma auspiciosa, uma mudança na geografia comercial e na geografia política do mundo.

A criação do G-20, em Cancun, consolidada na Reunião de Genebra, coloca o Brasil numa situação extremamente favorável para as próximas negociações que temos que fazer na Organização Mundial do Comércio. Da mesma forma que a insistência do Brasil para que a ONU seja democratizada e o seu Conselho de Segurança seja aumentado e que países de outros continentes possam participar, o que parecia um sonho há alguns meses atrás, hoje já está mais ou menos visível. E o Brasil conta com o apoio da maioria dos países que compõem as Nações Unidas, inclusive aparecendo o nome do Brasil junto com a Alemanha, o Japão, a Índia e a África do Sul, para que a gente possa ocupar um lugar de destaque que foi negado para o Brasil no momento em que as Nações Unidas foi criada.

Ao mesmo tempo, vocês estão acompanhando pela imprensa, a economia brasileira está definitivamente controlada. Toda a determinação da equipe econômica do nosso governo e do governo como um todo é não permitir que a gente tenha um crescimento econômico que dure apenas alguns meses ou que dure apenas alguns anos. Mas nós queremos um desenvolvimento econômico que seja sustentável, que seja um ciclo de crescimento e que a gente possa não repetir erros do passado, tirando proveito desse crescimento, para que a gente possa fazer definitivamente a distribuição de renda e a justiça social que tanto precisamos fazer no nosso país.



E eu estou otimista porque olho para o ano de 2005 e vejo um “mar de almirante” mais tranqüilo do que nós tivemos este ano. Olho para o céu e vejo um “céu de brigadeiro” muito mais tranqüilo do que nós vimos este ano. E para todo lado que eu olho eu sinto que há uma esperança, um otimismo e uma crença que, desta vez, o Brasil não vai jogar fora uma nova oportunidade.

É por isso que na reunião de ministros nós determinamos que as palavras para o ano de 2005 chamam-se desenvolvimento, crescimento econômico, geração de empregos e distribuição de renda. Essas palavras, ditas pela boca de cada membro do governo é que vão passar para a sociedade a certeza de que nós queremos isso definitivamente; de que não vamos permitir, em nenhum momento, que as eleições de 2006 possam ser a prioridade número um do governo, como já aconteceu em outros momentos históricos do Brasil, em que jogamos oportunidades fora por conta de eleições. Nós, desta vez, não vamos jogar, porque achamos que o povo brasileiro não merece outra frustração e achamos que o povo brasileiro precisa, definitivamente, agarrar essa chance que durou tanto para construir, para chegarmos até aqui; agarrar de forma definitiva e fazer com que o Brasil entre no rol dos países desenvolvidos, não apenas do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista dos seus investimentos em ciência e tecnologia, do ponto de vista do preparo das suas Forças Armadas, do ponto de vista da formação educacional das nossas crianças, do ponto de vista da ocupação correta do nosso território, sem desmatamento tresloucado como vemos em algumas regiões do país.

E tudo isso, para dar certo, sabem os senhores que nós precisamos contar com a unidade nacional, do mais humilde dos brasileiros, daquele cidadão que no começo deste ano achou 10 mil dólares no banheiro da Infraero e, ao invés de levar para casa, foi procurar a direção da Infraero para devolver o dinheiro, porque o dinheiro não era dele. Eu perguntei para esse cidadão: “por que que você não levou esses 10 mil dólares embora? Muita



gente vai achar que o senhor é tonto, porque devolveu o dinheiro”. Ele falou: “Presidente, para mim não importa o que os outros pensem de mim. Para mim, o que importa é encostar a cabeça no travesseiro e dormir um sono tranqüilo, sem nenhum peso na consciência”. Desde um homem como esse a uma mulher que recebe o Bolsa Família, a um general, a um comandante do Exército, ao ministro da Defesa, ao mais importante intelectual brasileiro, nós precisamos da união de todos para que a gente não permita que o Brasil jogue essa chance extraordinária fora, como se jogou outras vezes.

E eu tenho certeza que mais uma vez nós contaremos com o trabalho, com a dedicação, com a perseverança e com o patriotismo das nossas Forças Armadas.

Por isso, eu quero desejar a todos vocês, às suas famílias, aos seus filhos, porque quem não conhece a vida de vocês pensa que a vida de um general é fácil, de um coronel ou de um soldado. Não sabe quantas vezes ele muda, quantas escolas seu filho troca por ano ou a quantos lugares ele vai, que não gostaria de ir.

Essa dedicação não é apenas reconhecida por mim, pessoalmente, é reconhecida pelo nosso Ministro da Defesa e, eu não tenho dúvida nenhuma, é reconhecida pelo povo brasileiro.

Feliz Ano Novo. Feliz Natal e boa sorte para o Brasil.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do “Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano”

Palácio do Planalto, 15 de dezembro de 2004

Excelentíssimo senhor José Sarney, presidente do Senado Federal,
Excelentíssimo João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimo ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim,

Meu caro companheiro Márcio Thomaz Bastos, ministro de Estado da Justiça,

Meu caro Waldir Pires, ministro da Controladoria-Geral da República,

Meu caro Álvaro Augusto, advogado-geral da União,

Meu caro Nilmário Miranda, secretário especial de Direitos Humanos,

Senhores ministros do Supremo Tribunal Federal,

Meu querido Cláudio Fonteles, procurador-geral da República,

Meus queridos deputados Sigmaringa Seixas, Eduardo Greenhalgh e Maurício Rands,

Meu caro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça,

Meu caro Vantuil Abdala, presidente do Tribunal Superior do Trabalho,

Senhores ministros dos Tribunais Superiores,

Senhores magistrados,

Senhores membros do Ministério Público,

Senhoras e senhores,

Meu caro Aristóteles, presidente em exercício da OAB,

Meus amigos e minhas amigas,



A promulgação da emenda constitucional da Reforma do Judiciário pelo Congresso Nacional, no último dia 8, é motivo de comemoração para todo o povo brasileiro.

Foram, afinal, 13 anos de tramitação até que conquistássemos este notável avanço, fundamental para a construção de um Judiciário mais transparente, mais racional e mais moderno.

Quero cumprimentar a todos os senhores e senhoras parlamentares que compreenderam a importância desse tema e ajudaram o Brasil a dar mais um importante passo no sentido de sua plena democratização.

Assim como o Congresso Nacional, nosso governo trabalhou duro pela aprovação dessa reforma. Mais do que isso, nós a elegemos como uma de nossas prioridades.

Criamos, por isso, a Secretaria de Reforma do Judiciário, no âmbito do Ministério da Justiça, e desenvolvemos uma série de projetos relacionados ao aprimoramento do sistema jurisdicional.

Temos afirmado, desde o início do nosso mandato, que a consolidação da democracia brasileira exige que tenhamos um Poder Judiciário em condições de prestar, cada vez mais, melhores serviços para a nossa população. Pois não há, estou certo disso, exercício pleno da cidadania quando não há acesso a serviços jurisdicionais de qualidade prestados pelo Estado.

Minhas senhoras e meus senhores,

A sociedade exige uma Justiça rápida, acessível e adequada.

A ampla reforma constitucional finalmente promulgada é uma condição necessária para que isto ocorra. Ela não fará por si só, entretanto, que os processos judiciais passem a tramitar com maior rapidez e simplicidade.

Vamos, agora, trazer para a prática judiciária os avanços conquistados nas mudanças da Carta Magna.

Para tanto serão necessários o esforço, o empenho e o compromisso dos três poderes. Foi assim que conseguimos aprovar a reforma constitucional.



Será assim que prosseguiremos na modernização e no fortalecimento do Judiciário.

Minhas senhoras e meus senhores,

Este grande compromisso com a Nação está sendo assumido com a assinatura do “Pacto por um Judiciário mais rápido e republicano”, que foi anunciado no discurso do nosso companheiro Márcio Thomaz Bastos.

Os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, por seus presidentes, se comprometem publicamente a reunir seus melhores esforços para que tenhamos um sistema Judiciário mais eficiente e menos excludente.

Assim, somaremos nossos esforços para conseguirmos: implantar efetivamente as novas disposições constitucionais; simplificar o sistema de recursos processuais; tornar as decisões de primeiro grau mais efetivas; penalizar a utilização predatória do sistema judicial; fortalecer os instrumentos que ampliam o acesso à justiça como as defensorias públicas, os juizados itinerantes e os juizados especiais; eliminar a burocracia – esse é um desafio que nós vamos ter que enfrentar com muita galhardia, porque a burocracia é um “piloto automático” poderosíssimo que, de vez em quando, fica difícil mexer com ele; estimular a adoção do sistema de penas alternativas; e viabilizar a implementação de sistemas modernos de informação que permitam o planejamento racional da atividade judicial em todo o país.

Esses são os objetivos principais dessa grande empreitada que está consolidando e aprofundando as instituições democráticas do Estado brasileiro. Nesta questão, o interesse público deve se sobrepor a quaisquer outros.

E agir em conjunto – de forma harmônica e nos limites da respectiva competência constitucional – é a melhor contribuição que cada um dos Poderes pode prestar à nação neste momento singular da história republicana.

Meus amigos e minhas amigas,

Disse o presidente Sarney e o presidente Jobim que este é um ato histórico. Vocês estão lembrados que há pouco menos de 24 meses nós



afirmávamos que era preciso começar fazendo o necessário, depois nós iríamos fazer o possível e, quando menos a gente esperasse, estaríamos fazendo o impossível.

Eu disse, outro dia, que nós começamos pelo impossível, porque eram poucos os brasileiros que acreditavam que a Câmara dos Deputados e que o Poder Executivo estavam preparados para votar, em apenas dez meses, a reforma da política tributária e a reforma da Previdência Social.

Da mesma forma que poucos acreditavam que fosse possível, em poucos meses de trabalho, com a dedicação de muitos de vocês, que a gente conseguisse aprovar a reforma do Judiciário, que se arrastava no Congresso Nacional por 13 anos.

E, vejam que coisa extraordinária: não só nós aprovamos tudo isso, como nós conseguimos construir, aqui, um Pacto assinado pelos presidentes dos Poderes constituídos do nosso país.

Essa é uma coisa, talvez, mais importante do que tudo que foi feito até agora, porque passa para a sociedade a certeza, a convicção de que nenhum de nós, daqui para a frente, vai poder ficar tentando cobrar o que o outro Poder não fez, sem que antes mostremos se nós estamos cumprindo com a nossa parte.

Desde pequeno a gente aprende que se trabalhar conjuntamente, coletivamente, a gente consegue produzir muito mais.

O que eu acho que está acontecendo hoje no Brasil, presidente Sarney, é que – e como disse o presidente Nelson Jobim – se nós não estivermos preocupados com a nossa biografia e, muito menos, com a nossa fotografia, se não estivermos preocupados com a próxima eleição, que ainda vai demorar dois anos para acontecer, e dedicarmos todo o nosso esforço, em 2005, para fazer o que a gente tem que fazer para dar ao povo a chance de não perder essa oportunidade histórica em que nós estamos consagrando o processo democrático brasileiro, eu penso que nós não teremos nenhuma biografia e



nenhuma fotografia, mas teremos, quem sabe, um pôster com uma fotografia de milhões de brasileiros que serão beneficiados pelo nosso bom senso, que serão beneficiados pelo nosso despojamento pessoal, se nós pensarmos naqueles que sequer tiveram a chance de entender o que estamos fazendo, que sequer têm a chance de entrar neste plenário e que sequer têm a chance, muitas vezes, de passar a alguns quilômetros perto de nós.

Por isso, eu acho que este ato de hoje é muito significativo. Eu acho que é importante vocês atentarem para o compromisso que nós estamos assumindo. É um compromisso que demonstra que, muito mais do que a arrogância política, muito mais do que a vaidade pessoal, muito mais do que o pequeno interesse de saber o que vai acontecer a um de nós no dia seguinte, nós dedicamos um momento da nossa vida para pensar no povo brasileiro.

Meus parabéns ao João Paulo. Meus parabéns ao Sarney. Meus parabéns ao Jobim, ao Vidigal, ao Abdala. Meus parabéns, companheiro Márcio, que acreditou nessa reforma durante todo o tempo que assumiu o Ministério. E meus parabéns a todos vocês que, direta ou indiretamente contribuíram ou vão contribuir para que nós déssemos essa demonstração de convivência civilizada para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da reunião de Cúpula do Mercosul

Ouro Preto-MG, 17 de dezembro de 2004

Obrigado ao Evaristo Teixeira, da Bienal, que foi o último orador das entidades que participam do Mercosul.

Nós temos que aprovar dois comunicados conjuntos, um do Mercosul e um do Mercosul e os Estados associados. Eu penso que todos os nossos chanceleres já leram, já discutiram. Eu penso que deveríamos considerar aprovados os dois documentos. Então, estão aprovados os dois comunicados.

Antes de falar umas palavras de encerramento, eu queria fazer um desafio a nós, presidentes do Mercosul, sobre uma coisa muito prática e que pode ser benéfica ou prejudicial a nós, que é o seguinte: é uma guerra que nós precisamos fazer contra a febre aftosa na região. A nossa região é uma grande exportadora de carne para várias partes do mundo. De vez em quando somos surpreendidos com febre aftosa nas nossas fronteiras ou em alguns países e isso tem colocado, muitas vezes, os nossos países em situações adversas no mercado europeu, no mercado americano, no mercado asiático.

Eu queria propor, já que nós temos o privilégio, temos a benção de sermos uma região livre da doença da “vaca louca” e, portanto, temos uma vantagem comparativa com os demais países, é importante que a gente cuide com muito carinho do nosso rebanho e façamos uma guerra contra a febre aftosa. Nós precisamos assumir o compromisso de erradicar a febre aftosa na nossa região.

Quando eu digo fazer uma verdadeira guerra, é que eu penso que logo no começo do próximo ano os nossos ministros da Agricultura deveriam se



reunir e determinar uma ação conjunta para que o país que tem um pouco mais de condições possa ajudar aquele país que tem menos condições, para que a gente possa cuidar do nosso gado como se fosse uma única região, um único país e para que a gente possa, definitivamente, erradicar essa doença do nosso rebanho.

A minha sugestão é que a gente faça, no começo do ano, uma reunião dos ministros da Agricultura, o pessoal ligado às instituições sanitárias de cada país, para resolver esse problema que, de vez em quando, parece crônico no nosso Continente.

Uma outra coisa é que tivemos várias propostas feitas pelo companheiro Chávez, pelo Lagos, pelo companheiro Toledo, pelo companheiro Carlos Mesa e eu estava comentando com o companheiro Celso Amorim que é muito importante que, quando tivermos a próxima reunião, a gente já tenha alguns desses acertos mastigados, discutidos, para que a gente possa ir deliberando esses contenciosos, que muitas vezes vão se arrastando a cada reunião que participamos.

Então, a minha sugestão é que nosso próximo Presidente Pro Tempore possa articular para que a gente chegue mais tranqüilo.

Meus companheiros,

Senhores Presidentes,

Ao concluir, há pouco mais de um mês, a Reunião de Cúpula do Rio, eu recordava a nossa disposição de trabalhar com entusiasmo pela integração regional, começando pela realização do potencial do Mercosul e prosseguindo pela consumação de um espaço político, cultural, econômico e comercial comum na América Sul. Foi neste sentido que fiz questão de convidar para este encontro semestral do Mercosul todos os presidentes sul-americanos.

Nossos países, tanto tempo voltados para outros continentes, não têm



tempo a perder no avanço do conhecimento mútuo e todas as oportunidades devem ser aproveitadas para reforçar o caminho decidido da integração.

Quero assinalar a importância do ingresso da Colômbia, do Equador e da Venezuela como Estados associados ao Mercosul. Somos, agora, dez países no agrupamento. Em breve, com a negociação e assinatura do Acordo de Livre Comércio com a Comunidade do Caribe, esperamos receber a Guiana e o Suriname, completando a presença integral da América do Sul no Mercosul.

Um processo de integração que projete uma inserção solidária no mundo, que reforce os processos democráticos e que se conforme como arcabouço do desenvolvimento com inclusão social.

Antes de declarar encerrada esta sessão, eu quero transmitir a Presidência Pro Tempore do Mercosul ao meu amigo Nicanor Duarte Frutos, do Paraguai, que, estou seguro, conduzirá com energia, no próximo semestre, a implementação do nosso plano de vôo, o programa de trabalho 2004-2006. Eu passo ao Presidente Nicanor o martelo e quero agradecer de coração a presença de todos vocês.

Eu queria insistir numa coisa a mais: que o crescimento e o fortalecimento do Mercosul dependem muito da crença que nós, dirigentes, depositamos no Mercosul.

Eu sei que, às vezes, muita gente fica preocupada, porque depois dos presidentes fala uma quantidade enorme de entidades. É porque o Mercosul, para se consolidar definitivamente, não pode ser uma coisa apenas dos presidentes, ele precisa envolver os nossos dirigentes sindicais. Os problemas sociais têm que ser discutidos com maior dimensão do que apenas um problema econômico. Nós precisamos envolver os nossos artistas, os nossos intelectuais, nós precisamos envolver, portanto, o que nós tivermos de sociedade organizada, na nossa região, para debater o Mercosul.



Afinal de contas, nós não queremos o Mercosul para nós, presidentes da República, queremos o Mercosul para os milhões e milhões de latino-americanos que residem no nosso Continente.

Eu quero agradecer, de coração, a presença de todos vocês. Quero, agora, ao encerrar esta sessão, convidá-los para o almoço, não sei se todos poderão ir mas, se puderem ir, eu quero dizer que vocês vão ter o privilégio de experimentar o sabor da cozinha mineira, que é uma das cozinhas mais extraordinárias do Brasil. Possivelmente, é o estado que tem uma culinária muito mais forte. E eu espero que o Governador tenha preparado uma boa comida, porque, afinal de contas, todos nós estamos engajados no programa Fome Zero e, para combater a fome dos outros nós temos que, pelo menos, estar de pé.

Muito obrigado, meus companheiros. Portanto, Presidente, conte com a nossa ajuda.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da reunião de Cúpula do Mercosul

Ouro Preto-MG, 17 de dezembro de 2004

Excelentíssimo senhor Nicanor Duarte Frutos, presidente da República do Paraguai,

Excelentíssimo senhor Jorge Batlle, presidente da República Oriental do Uruguai,

Excelentíssimo senhor Néstor Kirchner, presidente da República Argentina,

Excelentíssimo senhor Carlos Mesa, presidente da República da Bolívia,

Excelentíssimo senhor Ricardo Lagos, presidente da República do Chile,

Excelentíssimo senhor Alexandre Toledo, presidente da República do Peru,

Excelentíssimo senhor Hugo Chávez, presidente da República Bolivariana da Venezuela,

Excelentíssimo senhor Martín Torrijos, presidente da República do Panamá,

Meu caro Aécio Neves, governador do estado de Minas Gerais,

Senhoras e senhores, ministros de Estado do Mercosul, países associados e convidados,

Senhores e senhoras integrantes das delegações,

Deputados do Mercosul,

Senadores dos países do Mercosul,

Meus amigos e minhas amigas,

São passados dez anos da assinatura do Protocolo de Ouro Preto.

Voltamos a esta cidade histórica para ratificar e aprofundar o



compromisso de uma década atrás, quando demos novo ímpeto a nosso projeto de integração.

Ganha cada vez mais atualidade a afirmação de meu companheiro Celso Amorim que disse ser o Mercosul, mais do que opção, um destino.

Ao fazer o balanço desta última década, temos muito a comemorar, mas, sobretudo, temos de ter nossos olhos postos no futuro.

O Mercosul avançou em todas as dimensões e em todas as direções.

Superamos as grandes diferenças e rivalidades que afastaram por muitos anos nossos países.

Nosso comércio cresceu de forma exponencial, embalado pela superação de barreiras e entraves que freavam o potencial de nossas economias.

Dez por cento das importações brasileiras provêm hoje do Mercosul. A Argentina é nosso segundo provedor de importações, atrás apenas dos Estados Unidos, mas à frente da Alemanha. Essas tendências se reforçam.

Vinculamos nossos setores produtivos e estimulamos investimentos recíprocos por parte de nossos empresários, que acreditaram e apostaram na nossa integração.

É importante destacar que os investimentos brasileiros no Mercosul passaram de 3,8 bilhões de dólares em 2002 para 5,3 bilhões de dólares em 2003, enquanto mantinham-se estáveis no resto do mundo, no mesmo período.

Discutimos com seriedade a constituição de uma forte infra-estrutura regional, sobretudo em matéria de energia, transportes e comunicações.

Consolidamos a marca Mercosul, que passa a ser reconhecida internacionalmente e nos dá possibilidades novas de promoção de nossos produtos.

Aperfeiçoamos as instituições do bloco, ainda que nesse particular seja necessário acelerar o passo.

Constituímos uma Secretaria Técnica com funções mais reflexivas e



propositivas.

Criamos uma Comissão Parlamentar Conjunta, que é hoje o embrião do Parlamento do Mercosul.

Estabelecemos o Tribunal de Assunção, para dirimir controvérsias comerciais e garantir a aplicação das normas do Mercosul.

Fortalecemos o Foro de Consulta e Concertação Política para ampliar nossa capacidade de resposta coordenada aos desafios complexos do mundo globalizado.

Temas como o combate ao terrorismo, ilícitos transnacionais, direitos humanos e reforma das organizações multilaterais são hoje centrais em nosso diálogo.

Estabelecemos ainda o Comitê de Representantes Permanentes do Mercosul. Sob a coordenação do Presidente Duhalde, demos um salto qualitativo em nossa atuação externa.

Queridos amigos,

É inegável que o Mercosul adquiriu, neste período, um poder enorme de atração.

Assim, é no mínimo estranho que vozes pessimistas magnifiquem dificuldades e percalços que são naturais em qualquer processo de integração. Enquanto isso, cresce lá fora o interesse em dialogar com o nosso bloco e em associar-se a ele.

O Peru juntou-se a nós, seguindo o caminho que no passado trilharam Chile e Bolívia.

Hoje acolhemos, com muita satisfação, a entrada da Colômbia, do Equador e da Venezuela, como membros associados. O México manifestou sua vontade de associar-se

Aqui, contamos com a presença do presidente e amigo Martín Torrijos que, mais de uma vez, expressou o desejo do Panamá de aproximar-se do Mercosul.



O Mercosul avança como eixo dinâmico da integração da América do Sul.

O acordo que assinamos com a CAN, após anos de espera, cria a espinha dorsal da Comunidade Sul-Americana de Nações, que lançamos, no último dia 7, na cidade de Cuzco, no Peru.

A consolidação interna do Mercosul dá força e fôlego para nos projetarmos como um ator cada vez mais ativo e respeitado nas negociações externas.

Na OMC, a convergência das posições de nossos países só tende a aumentar.

Com a voz unida, demos novo curso às negociações da ALCA.

Com a União Européia, estamos decididos a avançar num amplo acordo de associação.

Acabamos de concluir negociações de acordos preferenciais com dois parceiros estratégicos para a conformação de uma nova geografia comercial internacional: a Índia e a União Aduaneira da África Austral.

Alargamos cada vez mais nossos horizontes, em busca de mercados não-tradicionais. Com o Egito e o Marrocos, iniciaremos negociações comerciais já em 2005. Estamos em conversações preliminares com a China e a Coreia do Sul.

Manteremos brevemente entendimentos com os países em desenvolvimento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Queridos amigos,

Os desafios que temos a vencer são fruto do nosso sucesso, da intensificação de nossas relações e da rede de interesses e possibilidades que construímos.

O Objetivo 2006, que definimos no ano passado em Assunção, traça um roteiro seguro para a reconstrução do Mercosul e, sobretudo, para o resgate de suas aspirações originais.



Vamos consolidar a União Aduaneira, condição necessária para chegar ao Mercado Comum.

A Presidência Pro Tempore brasileira trabalhou arduamente para a implementação dessas metas.

Estamos constituindo, a partir de 2005, um fundo estrutural para corrigir as assimetrias entre nossas economias e ajudar na integração de nossas cadeias produtivas.

Estamos eliminando a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, para aperfeiçoar a livre circulação de mercadorias dentro do bloco.

Asseguraremos que o progresso e o bem-estar sejam um bem coletivo de toda a região.

Acabamos de aprovar um Regime de Atividades Empresariais. Nossos homens de negócio terão mais facilidade e estímulo para residir e investir em nossos países.

Aprovamos a criação do Parlamento do Mercosul, que será instalado, de maneira progressiva, até dezembro de 2006. Ele dará garantia de maior transparência a nossas decisões e maior legitimidade para nossos projetos.

Contamos com as contribuições do Foro Consultivo Econômico e Social, canal privilegiado para a participação da sociedade civil nesse processo.

Senhores Presidentes,

Todas essas iniciativas apontam para a “integração solidária” que desejamos. Estamos avançando além dos aspectos econômicos e comerciais para forjar uma verdadeira “cidadania do Mercosul”.

Precisamos criar uma identidade regional genuína, um sentimento de que compartilhamos – em meio à riqueza de nossas diferenças - um destino comum.

Estamos fazendo experiências inovadoras junto às comunidades de fronteira, criando os elementos básicos para a formação dessa cidadania alargada.



Vamos melhorar o diálogo com os poderes locais, onde as necessidades dos cidadãos se fazem sentir de maneira mais urgente.

As necessidades prementes de nossas populações exigem respostas urgentes e inovadoras.

Estamos definindo uma estratégia integrada de geração de empregos, formação profissional e combate à informalidade. Para isso criamos um fórum consultivo de estado e províncias do Mercosul. O Mercosul voltou a ser instrumento de desenvolvimento econômico e social de nossos povos. Vamos constituir um fundo regional para financiar a educação.

Senhores Presidentes,

O Mercosul é uma construção que avançará junto com nossos países.

Vejo, com otimismo, a retomada vigorosa do crescimento sustentado de nossas economias, o que reforça nosso projeto de desenvolvimento conjunto.

Esse crescimento tem uma característica distintiva em relação a processos econômicos e sociais anteriores.

Ele está marcado por uma preocupação permanente em criar empregos, distribuir renda para diminuir as desigualdades sociais e promover a inclusão dos milhões que vivem hoje à margem.

Esse processo se caracteriza também, pela convicção de que nossa união garante um lugar mais soberano neste mundo marcado por profundas assimetrias econômicas, políticas e sociais.

Nosso Mercosul afirma-se como um espaço de paz e de fortalecimento da democracia política.

É, portanto, com grande confiança que eu quero, ao terminar as minhas palavras, anunciar que passaremos a Presidência Pro Tempore do Mercosul ao nosso querido amigo, presidente Duarte Frutos.

Será um prazer retornar, no próximo Encontro de Cúpula do Mercosul, à cidade de Assunção, onde nasceu há 13 anos nosso compromisso histórico com esse ambicioso projeto.



Antes de terminar o meu discurso, eu quero dizer, aqui, de forma muito carinhosa, que todos nós que temos mais alguns anos pela frente, vamos, a partir do próximo ano, deixar de ter a presença de um companheiro do Uruguai, uruguaio meio Argentino, uruguaio meio gaúcho, uruguaio meio paraguaio. Ele representa um pouco daquilo que nós estamos construindo na unidade do nosso continente, que é o nosso querido companheiro Jorge Battle, presidente da República Oriental do Uruguai, a quem eu gostaria de pedir uma homenagem com uma salva de palmas, por tudo que ele representou para nós nesses anos.

Antes de passar a palavra ao meu querido Presidente do Paraguai, é preciso passar a palavra ao nosso querido coordenador do Mercosul, o nosso querido presidente Duhalde.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Fundo de Investimento em Participações
Brasil Energia**

Palácio do Planalto, 20 de dezembro de 2004

Excelentíssimo senador José Sarney, presidente do Senado,
Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e
Energia,

Meu caro Berger – só se pode ler Berger, porque o nome é muito difícil –
ministro-chefe interino da Casa Civil,

Meu caro Amir Lando, ministro da Previdência,

Meu querido companheiro Wagner Pinheiro de Oliveira, presidente da
Petros,

Senhoras e senhores cotistas do Fundo de Investimento em
Participações Brasil Energia,

Meus amigos,

Minhas amigas,

O Brasil vive hoje uma rara e feliz convergência de tempos que nem
sempre ocorre na vida de uma nação. A despedida de um ano velho anuncia a
chegada de um tempo novo na vida do nosso povo.

O calendário e a história coincidem neste final de 2004 para tornar não
apenas visível, mas crescentemente palpável, a fronteira de uma nova etapa
do desenvolvimento.

Não falo de um desejo, mas de uma dinâmica em curso. Ela é fruto de
providências já tomadas; de outras que serão acrescentadas; de compromissos de
uma vida e, tenham a certeza, de esforços que não serão poupados para que
isso aconteça.



Resolvemos encarar de uma vez por todas o reaprendizado do desenvolvimento numa das sociedades mais desiguais produzidas pelo século XX.

Acreditamos, como Celso Furtado, que o desenvolvimento é a posse do próprio destino.

Temos a convicção de que nenhum país é dono do seu destino, se gasta mais do que produz. Ou se acumula, ano após ano, enormes déficits em contas correntes.

Assim, resolvemos enfrentar, e não mascarar, nossas dificuldades e também nossas fragilidades. Elevamos nosso saldo acumulado em contas correntes para a ordem de US\$ 10 bilhões de dólares este ano, reduzindo drasticamente nossa vulnerabilidade externa.

Nosso ambiente macroeconômico permite que a inflação baixa conviva com a criação, em um único ano, de quase 2 milhões de novos empregos formais.

E o investimento produtivo decolou, alcançando o crescimento recorde de 7% no último trimestre, num salto anual de 20% sobre 2003.

Minhas senhoras e meus senhores,

É justamente para sustentar as demandas deste novo tempo, e as ofertas que ele encerra, que devemos preparar a infra-estrutura brasileira com o desassombro que o horizonte à nossa frente exige e encoraja.

Energia é tudo aquilo que não pode faltar na continuidade desse processo.

O Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia, que estamos lançando, representa um suporte adicional, bem-vindo e muito animador.

Os maiores fundos de pensão do país, que reúnem R\$ 227 bilhões de reais, cotizaram-se para formá-lo. Junto a eles encontram-se o BNDES e bancos privados, que vão cuidar da sua gestão e administração.

O Fundo Brasil Energia nasce com capital, como disse o Wagner, de R\$



740 milhões de reais, mas com autorização para atingir R\$ 1 bilhão e 200 milhões de reais em pouquíssimo tempo.

Trata-se de um motor precioso, que o país pode e deve multiplicar, criando novos fundos similares como alternativa para investimento em projetos de infra-estrutura nos setores ferroviário, rodoviário e portuário, além do saneamento básico.

O fundo financiará projetos de uma das ações mais inovadoras para o setor: o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia.

O Proinfa é uma iniciativa estratégica para estimular novas opções de geração que incorporem mais 3.300 Megawatts ao sistema elétrico brasileiro até o final de 2006.

Falo de 154 projetos, divididos entre centrais hidrelétricas, energia eólica e biomassa, que devem gerar 150 mil novos empregos diretos e indiretos em 20 estados do nosso país.

O programa oferece todas as garantias do novo marco regulatório criado para o sistema elétrico nacional. O risco para o investidor, portanto, é igual a zero. Ele terá garantia de compra e venda da energia por 20 anos e licença ambiental antecipada. Isto, aliás, acontecerá sempre nas licitações de novas usinas, neste governo.

A vantagem adicional é que, uma vez associados ao Fundo Brasil Energia, os investidores poderão também financiar até 70% do valor do projeto junto ao BNDES.

A contrapartida sagrada é uma só: a energia nova deve entrar na rede distribuidora do país em dezembro de 2006, contribuindo para tornar ainda mais dinâmico o desenvolvimento nacional.

Meus amigos e minhas amigas,

Não é por acaso que o governo participa desta nova arquitetura de investimento. Ela reflete um cuidado extremo com uma área que não pode falhar, porque qualquer ineficiência neste caso cobra um preço elevado da



população e do crescimento econômico.

O constrangimento de oferta de energia, como o que aconteceu em 2001, gerando prejuízos da ordem de R\$ 26 bilhões de reais, poderia ser evitado se existissem regras claras e planejamento para viabilizar os investimentos necessários com a antecipação devida.

Essa imprevidência não se repetirá. E a garantia disso está no novo marco regulatório e nas ações setoriais que estamos desenvolvendo.

Com esse novo ambiente legal, mais seguro para investimentos, o Ministério de Minas e Energia vai licitar a construção de 17 usinas hidrelétricas em 2005, com potencial para gerar 2 mil e 800 Megawatts. Outras 12 usinas devem começar a operar no próximo ano, gerando perto de 3 mil Megawatts. Além disso, a nova regulação prevê que as compras de energia elétrica ocorram exclusivamente por meio de leilões.

Por um lado, isso reduz o preço da energia ao consumidor final. Por outro, abre um mercado novo para futuros investimentos a preços estimulantes, em um quadro de oferta e demanda em equilíbrio.

Foi o que aconteceu no leilão de energia no último dia 7 de dezembro. Ele permitiu às geradoras que estavam, em 2004, com 50% de produção sem contrato, zerar a oferta a preços compatíveis com o custo.

Meus amigos e minhas amigas,

Estamos às portas de um novo e importante ciclo de investimentos na infra-estrutura nacional.

O surgimento de fundos como este, dirigido à área de energia, reflete a percepção do mercado financeiro de que voltou a ser um bom negócio apostar no desenvolvimento de longo prazo no nosso querido Brasil.

Mais que isso, um negócio que não pode ser protelado porque haverá concorrência, e ela será crescente com a entrada em vigor das Parcerias Público-Privadas no próximo ano, que todos nós torcemos que sejam aprovadas nesta semana ou, o mais tardar, na semana que vem, no Senado da



República.

A outra razão igualmente forte é que a política deste governo não deixa dúvida quanto à sua diretriz para 2005: a prioridade é crescer, investir, gerar empregos, distribuir renda, consolidar as bases de um modelo sustentável feito de economia próspera e repartição justa.

Por isso dedicamos tanto tempo e atenção às negociações das Parcerias Público-Privadas; por isso, negociamos com o FMI uma nova metodologia de cálculo, que permitirá excluir perto de R\$ 3 bilhões de reais da meta de superávit primário, em 2005, para investimentos em infra-estrutura de transporte.

Por isso, também, aprovamos depois de 11 anos, a nova Lei de Falências, que dará maior segurança ao investimento produtivo.

E é por acreditar que a roda do investimento já começou a girar, e o fará mais rápido em 2005, que elevamos em quase 10% o poder de compra do salário mínimo, que passa a valer R\$ 300 reais a partir de maio, e corrigimos em 10% a tabela do Imposto de Renda para 2005.

Minhas senhoras e meus senhores,

Vivemos um movimento oposto àquele que sucedeu ao apagão de 2001: temos regras claras, temos garantia de preço, temos demanda segura, temos um horizonte amplo e um bom vento que sopra na direção do futuro.

O Brasil já teve grandeza suficiente para pressentir essas janelas de oportunidade ao longo de sua história.

Homens como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, entre outros, conseguiram enxergar além do nevoeiro e credenciar o desenvolvimento nacional com projetos exigidos pelo seu tempo e à altura da justiça social cobrada pelo nosso povo.

A história e o calendário encontram-se mais uma vez nessa sintonia virtuosa, que nos oferece a oportunidade de reinventar o futuro com a mesma grandeza que outros tiveram no passado.



O que se anuncia nesta fase final de 2004 é mais que um ano novo: é um tempo novo. Tempo de um Brasil de todos, que reafirma o lugar da esperança e da justiça no coração de cada um de nós.

Eu quero agradecer, em primeiro lugar, a competência da nossa ministra Dilma Rousseff. Normalmente, quando um presidente elogia algum ministro, fica-se perguntando porque não se elogia os outros. Cada um tem o seu tempo de elogio.

A Dilma, vocês do setor energético são testemunhas, dedicou esses dois anos a construir as bases para que o Brasil nunca mais tivesse apagão. Ela trabalhou dois anos para construir as bases de um modelo energético para o Brasil, em que a gente tenha clareza do que vai acontecer quando a gente contrata, quando a gente compra e quando a gente vende energia neste país.

Portanto, ninguém tem condições de dizer que as coisas não estão muito claras no marco regulatório do setor energético. E o lançamento de um programa desta magnitude, com a participação dos Fundos de Pensão, Wagner, eu também queria parabenizar os Fundos de Pensão, porque é uma briga minha, quase histórica, que os Fundos de Pensão precisam fazer investimentos, do meu ponto de vista, mais úteis. Não é que não seja útil comprar empresa pública já existente, mas muito mais útil é aquele investimento em que a gente começa a fazer alguma coisa nova, para gerar os empregos e a riqueza que nós precisamos aqui, no nosso país.

Eu penso que este programa, este Brasil Energia, Wagner, pode ser o início de um novo momento nos Fundos de Pensão, no Brasil. Você tem razão: nós temos outros setores que vão precisar de parceria, nós temos o saneamento básico, e eu ainda sonho com o dia em que os Fundos de Pensão vão ter coragem de colocar um pouco de dinheiro para a gente fazer casas populares.

Isso leva tempo, e eu tenho consciência de que os fundos não podem perder o seu dinheiro. Afinal de contas, o dinheiro não é de vocês, é daqueles



que pagam as suas mensalidades. Mas nós haveremos de, um dia, remunerá-los de forma justa, para que vocês não tenham medo de financiar outros setores.

Eu acho que é um começo extraordinário, no final de 2004, um final de ano promissor, um final de ano em que nós não fizemos nenhum milagre, apenas colhemos aquilo que nós plantamos.

E vocês sabem que a hora de plantar, a hora de colocar a semente embaixo da terra nem todo mundo valoriza, num primeiro momento. As pessoas só valorizam quando as coisas começam a brotar.

E todo o sacrifício que nós fizemos em 2003, todo o sacrifício que nós fizemos no começo deste ano, começou a dar os resultados agora.

Eu acho que nós terminamos 2004 numa performance que, eu diria, há muito tempo o Brasil estava precisando. O Brasil estava precisando de boas notícias, o Brasil estava precisando de otimismo, o Brasil estava precisando de auto-estima. E nós trabalhamos o tempo inteiro para que nós mesmos acreditássemos em nós, porque o resto seria consequência disso.

Eu quero dizer isso para vocês porque eu fiz uma reunião, na sexta-feira passada, excepcional, do ponto de vista da qualidade da reunião e de todos os ministros, e posso dizer para vocês que 2005 será muito melhor do que foi 2004. Será muito melhor para os trabalhadores, será melhor para os investidores, será melhor do ponto de vista da crença e do funcionamento da política industrial, que tanto se disse, neste país, que não precisava e, agora, estamos convencidos de que é imprescindível. O ano de 2005 será muito melhor para o crescimento da economia do país, para a geração de empregos, para a distribuição de renda. E, porque não dizer, será muito melhor para aqueles que continuarem acreditando no Brasil e vierem a fazer os seus investimentos aqui, conosco.

Eu acho que nós já provamos que o Brasil não vai jogar fora essa oportunidade. De vez em quando aparece uma oportunidade boa para o Brasil.



E nós estamos vivendo uma oportunidade, contando com o apoio do Congresso Nacional.

Eu vou repetir o que já disse outras vezes: muitas vezes, se vende uma verdadeira guerra entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo; entretanto, o que acontece depois de todas as manchetes que a gente lê? Que, em nenhum momento, o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado faltaram com aquilo que era do interesse do povo brasileiro, enviado pelo Poder Executivo. Até agora, foi votado tudo. É por isso que nós conseguimos fazer as votações que, para alguns, pareciam impossíveis, e para outros, que tentaram fazê-las durante 10 ou 12 anos e não conseguiram; nós, em apenas 24 meses, fizemos todas as votações que eram consideradas das mais importantes para desobstruir os canais que criavam dificuldades para o nosso crescimento econômico.

Por isso, eu quero agradecer a todos vocês e desejar um Feliz Natal. Certamente eu não verei a maioria, aqui, até o próximo ano, até pelo menos o começo do ano. Eu quero desejar a todos vocês um Feliz Natal e quero que vocês comecem 2005 de cabeça erguida, dizendo em alto e bom som, para todo mundo ouvir: “Nós somos brasileiros e não desistimos nunca, porque o Brasil depende de nós”.

Muito obrigado.



Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na missa de celebração de Natal da Presidência da República

Palácio do Planalto, 20 de dezembro de 2004

O Beto tocou num assunto que eu queria tocar, sem aprofundá-lo, porque não é essa a minha intenção, apenas dizer o seguinte: a fome não é uma coisa medida em pesquisa. Quem sente a fome é quem passa fome; e nem todo mundo que passa fome reconhece que passa fome.

Pode colocar o Ibope, pode colocar o Datafolha, pode colocar o Vox Populi, pode colocar todos os institutos de pesquisa para fazer uma pesquisa para saber se as pessoas estão com fome e, possivelmente, o resultado seja negativo, ou seja, dizendo que todo mundo, no Brasil, come e come bem.

Porque não é todo ser humano que reconhece que passa fome. As pessoas têm vergonha. As pessoas não sentem orgulho de dizer: “Eu passo fome” ou “eu não comi as calorias e as proteínas necessárias”.

Por que que nós resolvemos dar dinheiro e não cesta básica? Porque, no Brasil, nós não temos problemas de alimento. Nós produzimos, per capita, alimento para sustentar toda a sociedade brasileira. E nós entendemos que o que falta é poder de compra de uma grande parcela da sociedade.

Eu, Beto, acho que essas coisas o tempo vai se encarregando de ir burilando e de ir mostrando quem está certo ou quem está errado. O dado concreto, que você pode ter certeza, é que nada vai fazer – a não ser quando acabar isso – o dia que eu tiver certeza que todas as crianças estão tomando café de manhã, almoçando e jantando, não precisa ter programa Fome Zero mais, não precisa.

Agora, os dados com que nós trabalhamos e a realidade de quem visita grande parte do Norte do país, grande parte do Nordeste do país, grande parte da periferia das grandes regiões metropolitanas deste país... porque a miséria



não está apenas no semi-árido nordestino ou no Vale do Jequitinhonha, não. Ela está na periferia de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Salvador, do Ceará, de Recife. É só andar pela periferia, que a gente vai ver o que acontece com as pessoas.

Então, nós vamos continuar, Beto, pode ter a certeza que nós vamos continuar com o mesmo vigor, com a mesma força, tentando cumprir a meta que nós estabelecemos, de atender às 11 milhões e 400 mil famílias que, segundo o próprio IBGE, não têm condições de comer as calorias e as proteínas necessárias. Quando atingirmos esse número, aí nós vamos ver se precisamos dar mais ou se precisamos diminuir.

Eu penso que como a economia está vivendo um momento bom, nós vamos crescer bem este ano e as perspectivas de crescimento para o ano que vem são muito melhores. Nós já geramos, só este ano, quase 2 milhões de empregos com carteira profissional assinada. E todo mundo sabe que isso gera uma outra enormidade de empregos indiretos na economia informal.

E nós achamos que é isso. Nós não temos nenhum interesse em ficar dando Bolsa Família a vida inteira. Deus queira que, um dia, ninguém precise mais de Bolsa Família, ninguém precise mais do cartão do programa Fome Zero, que todas as pessoas estejam trabalhando e comendo às custas do seu trabalho. É esse o Brasil que nós sonhamos em construir, e é esse o Brasil que nós vamos construir.

A segunda coisa é a saída do Frei Beto. A minha relação de amizade com o Frei Beto é muito antiga, é mais antiga do que a idade que nós temos. Eu conheci o Beto em João Monlevade, Minas Gerais, em 1979. Eu fui para João Monlevade, para uma festa em que os trabalhadores metalúrgicos estavam homenageando o companheiro João Paulo Pires Vasconcelos, que era o presidente do Sindicato, dando um fusquinha de presente para ele. E eu fui um dos convidados.



Eu cheguei lá e me falaram: “O Frei Beto está aí”. E eu fiquei olhando, no salão do Sindicato, para ver se eu via uma figura vestida de frei mesmo. Normalmente, aqueles capuchos marrons, com uma cordona no pescoço. Eu olhava, olhava e não via. Eu falava: “Acho que Frei Beto não veio”.

E, de repente, levanta esse “meio quilo” aqui, lá do meio das pessoas, e me apresentam: “Esse é o Frei Beto”. Aí, Gilberto Carvalho, como o cara é entrão, na semana seguinte já estava dormindo em casa. E, de lá para cá, a gente cravou – a palavra correta é essa – nós cravamos uma relação de amizade que perpassa qualquer coisa que vocês possam imaginar. É uma relação muito forte, é uma relação de companheiro, de irmão.

E o Beto, ao me procurar para deixar a vida de funcionário público, eu falei: “Olha, tudo bem, desde que você continue sendo funcionário informal”. E eu não tenho dúvida nenhuma de que os três companheiros que eu trouxe para trabalhar como meus assessores, o Oded Grajew, o Ricardo Kotscho e o Frei Beto são três companheiros que, esteja onde eu estiver, sendo Presidente ou não, estando numa situação boa ou não, eu posso dizer para vocês que esses três companheiros, a nossa relação de amizade é tão forte que nós estaremos juntos, independentemente de eu ser Presidente, independentemente de qualquer coisa.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que na hora que eu precisar do Beto, ou a dona Marisa precisar do Beto para pedir um serviço qualquer, aqui em Brasília, na China ou na Indochina, o Frei Beto não perguntará se vai de classe econômica, se vai a pé, se vai de ônibus, ele vai dizer: “Eu vou cumprir essa tarefa”.

Por isso, o Beto apenas deixa o espaço físico aqui do Palácio, mas continuará dentro do espaço físico do coração das pessoas, no espaço físico da geografia brasileira, e continuará fazendo aquilo que ele sempre fez: tentar trabalhar muito, para ver se a gente consegue diminuir as desigualdades no nosso país.



Por último, eu queria agradecer a vocês. Eu tenho comentado muito com o Gilberto, comento com outros companheiros aí fora. Eu penso que todo mundo que veio para a máquina pública tem motivo de se orgulhar dos servidores públicos brasileiros. Obviamente que eu não posso falar por todos, mas posso falar pelas pessoas com quem convivo aqui dentro do Palácio.

Eu acho que as pessoas são mais abnegadas do que em qualquer outro setor da atividade econômica deste país. Se bem que a iniciativa privada tem a fama de que lá se trabalha muito e se ganha pouco e, aqui, nós temos a fama de que se ganha muito e se trabalha pouco, quando é exatamente o contrário.

Aqui se trabalha muito, se formam profissionais da mais alta competência, a quem se paga tão pouco que, às vezes, eles vão embora trabalhar na iniciativa privada para ganhar três ou quatro vezes o que ganham aqui.

Então, eu acho que um país que tem servidores públicos da qualidade dos que nós temos no Brasil, com contenciosos históricos que não são fáceis de recuperar em poucos anos, porque são dívidas de três décadas que vêm se acumulando na vida de vocês, e que nós achamos que pelo menos a construção da base, para que a gente possa recuperar isso, nós estamos fazendo.

Eu só queria lembrar a vocês uma coisa inédita: desde que no Brasil foi proclamada a República, este foi o primeiro ano, na história da República, em que houve um acordo entre o governo e os servidores públicos brasileiros. Todos os sindicatos, com exceção dos companheiros da Andes, e muitos aqui sabem porquê, assinaram um acordo coletivo com o governo. Isso nunca aconteceu, desde que Marechal Deodoro proclamou a República do Brasil.

Por quê? Porque nós criamos uma mesa de negociação, com sete ministros negociando, contratamos um companheiro que é especialista em negociação, que foi do Dieese durante 25 anos, e permitiu – porque esse é o



desejo – tentar estabelecer um novo padrão de relação entre o governo e o setor público, entre o Estado e a sociedade.

Porque, no frigar dos ovos, nós somos passageiros aqui. Muito mais do que vocês, que prestaram concurso e têm um trabalho estável. Eu sempre faço a comparação de que nós somos o trem e o Estado é a estação do trem, ou seja, ela está sempre lá e nós é que passamos. Vem um, vai outro, um trem amarelo, outro trem verde.

O dado concreto é que se a nossa relação for bem construída, eu acho que ganha o Brasil, ganha o povo brasileiro, ganha o governo que por aqui passar e ganha o setor público, porque quanto mais felizes nós estivermos, mais trabalharemos com prazer, e o trabalho com prazer não tem preço, o trabalho com prazer não são dez a mais ou dez a menos, quando você se levanta para trabalhar prazerosamente, para fazer uma coisa que você quer fazer, que você gosta de fazer, não porque você tem obrigação. Esse é um desejo nosso, de construir, com as imperfeições que temos como seres humanos.

Por isso eu queria desejar a vocês um Feliz Natal. Que vocês possam, com os seus familiares, ter o Natal que vocês sonharam ter. E quando eu digo “o Natal que a gente sonha ter”, não é o Natal da gula. Lá em casa, às vezes, nós passamos dois dias preparando comida, preparando comida e, quando chega no dia de comer sobra 90% da comida, porque as pessoas já beliscaram tanto que não querem mais comer.

Eu falo de um Natal prazeroso, de vocês estarem com aquelas pessoas que vocês amam, com aquelas pessoas que vocês gostam de verdade, e que todos estejam felizes, que todos estejam com saúde.

Então, quero desejar um Feliz Natal e um Feliz Ano Novo. Que a gente não se esqueça, nunca, da propaganda de auto-estima feita pela entidade de publicidade. Nós temos que, todo dia, levantar de manhã, olhar no espelho, pentear o cabelo, lavar o rosto, achar se a gente está mais ou menos bonito,



fazer o que tiver que fazer, mas a gente tem que dizer todo dia: “Nós somos brasileiros. Nós não desistimos nunca. E vamos transformar este país, definitivamente, numa grande e próspera nação”.

Feliz 2005 para todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de anúncio da criação do Pólo de Poliéster do Nordeste**

Palácio do Planalto, 22 de dezembro de 2004

Bom, na verdade, eu vou dizer meia dúzia de palavras, sobretudo para agradecer ao empresário Marco Ghisolfi que, quando esteve comigo, demonstrou todo o interesse do seu grupo em fazer investimentos no Brasil.

E, para mim, não por ser pernambucano, mas por ser brasileiro, é extremamente importante este gesto, esta decisão da empresa e, sobretudo, a decisão da Petrobrás de estudar com carinho a possibilidade de um acordo para aumentar a capacidade produtiva de um produto que o Brasil precisa, não apenas para o seu consumo interno, mas para exportar também, e eu fico feliz.

Eu fico feliz porque a Petrobras, Marco, para você, que é quase irmão de sangue porque é italiano, a Petrobras é aquela empresa que todo país gostaria de ter; é a empresa que tem a rentabilidade que todo país gostaria que as suas empresas tivessem; é a empresa que tem o conhecimento tecnológico que toda empresa gostaria de ter; é a empresa que trabalha com um produto que muitas outras empresas gostariam de trabalhar; e é uma empresa que tem um quadro de funcionários especializados que muitas empresas do mundo gostariam de ter. E, sobretudo, a Petrobras é uma empresa que tem dimensão da sua importância para o desenvolvimento do Pólo Petroquímico no nosso país. Ela sabe, tem consciência de que é a grande parceira.

E um Pólo de Poliéster é uma coisa extraordinária para nós, porque o Brasil, embora ainda não tenha explorado toda a sua densidade, tem vocação para competir com qualquer país do mundo na produção não apenas de poliéster, mas na confecção das coisas que utilizam o poliéster. Então, eu acho que é uma parceria, eu não tenho dúvida nenhuma de que vai sair uma parceria.



A segunda coisa é que quando o Humberto Costa me procurou, a primeira pergunta que eu fiz para ele foi a seguinte: “Por que você e não o Furlan? Por que foi o Humberto que me trouxe o Marco e não o Furlan?”

Depois, eu falei: “Bom, não quero saber porque foi o Humberto. O que eu quero saber é que tem um empresário disposto a investir no Brasil e cabe a mim tentar convencê-lo de que o Brasil é uma boa alternativa para os investimentos de um grupo que quer, sobretudo, trabalhar essa questão do Nordeste”.

E por que o Nordeste? Porque eu acho que chegou o momento da gente tirar o Nordeste do atraso a que ele foi submetido durante décadas e até séculos. O Nordeste brasileiro precisa de uma chance, como precisam tantos outros setores da sociedade. Mas a região Nordeste precisa de ter uma chance de provar que tem condições de fazer o que qualquer outra região do país faz.

E, na Presidência da República – Armando, Marco, Humberto, Dilma, Paulo Roberto, da Petrobrás – a gente não escolhe estado, a gente não escolhe região. Muitas vezes, se perguntado, a gente dá um palpite. Por exemplo, quando a Petrobras foi fazer um contrato das plataformas e dos navios, havia uma disputa se tudo ia ser feito no Rio ou se a gente iria dar um pedaço para os outros estados. E nós conseguimos, embora deixando a maior parte no Rio, demos um pouco para o Espírito Santo, um pouco para São Paulo, um pouco para o Paraná, um pouco para o Rio Grande do Sul e um pouco para a Bahia, para distribuir um pouco a geração de emprego e de riqueza no país.

Quando os companheiros da Camargo Correia me procuraram, aqui, a respeito do estaleiro, e vieram com uma discussão se tinha possibilidade de ser em Pernambuco ou no Espírito Santo, eu liguei para o nosso companheiro Governador do Espírito Santo e falei: “Olha, eu acho que o Espírito Santo tem algumas vantagens comparativas que Pernambuco ainda não tem. Vocês já têm o petróleo. Então, deixem, pelo menos, o estaleiro ser feito em



Pernambuco, porque tem um porto que precisa ser explorado, é um porto importante.

É a mesma coisa com relação à produção de poliéster no Nordeste. Por que Pernambuco e não outra região? Porque eu acho que Pernambuco tem todas as condições. E nós precisamos também ser justos e agradecer o comportamento do governador Jarbas Vasconcelos, que é parceiro nosso nesse convencimento do Grupo Mossi & Ghisolfi de se instalar em Pernambuco, porque está oferecendo oportunidade de infra-estrutura para que o grupo vá para lá.

E também porque nós queremos fazer com que a capacidade produtiva do país se espalhe um pouco pelo território nacional, não fique apenas numa região ou num estado, mas que se espalhe um pouco, porque assim nós iremos fazer muito mais justiça social e ter um desenvolvimento mais equilibrado, mais eqüitativo.

A questão das universidades, Humberto, nós fizemos, em Pernambuco, mas nós fizemos também em Dourados, no Mato Grosso do Sul; no Paraná, no Vale do Mucuri, e em Teófilo Otoni, Minas Gerais. E a minha idéia é que, a cada ano, a gente possa espriar um pouco as universidades, não nas capitais ou nas grandes cidades, mas espriar campi das universidades por várias regiões empobrecidas do país, como fizemos com o Centro de Tecnologia do Semi-Árido, que instalamos em Campina Grande.

E eu acho que da mesma forma nós pensamos, meu caro Armando, no Projeto Biodiesel. O Projeto Biodiesel prevê, um dia, quem sabe, mudar a matriz de energia do Brasil fazendo com que a Petrobras possa exportar todo o ouro negro que ela consegue extrair e que a gente possa ter uma economia tocada, internamente, a biodiesel, nossos carros, nossos caminhões, nossos tratores. Esse é um desejo. Agora, esse projeto que, a médio prazo, é portentoso, em curto prazo tem uma finalidade social extremamente importante, que é começar pelas regiões mais empobrecidas do país. Outra



vez o Nordeste brasileiro, o Vale do Jequitinhonha, o Norte do país, porque é obrigação do governo criar essas oportunidades de começar o desenvolvimento, combinando isso com justiça social.

Vai acabar essa reunião aqui e, logo, logo, eu vou entrar numa outra reunião, onde nós vamos discutir a questão da Transnordestina. Eu ouço falar naquela ferrovia há muitos e muitos anos, e é preciso preparar, até porque vai ser preciso transportar os produtos que você vai fabricar lá.

Eu acho extremamente importante. E no que depender da nossa vontade, nós vamos fazer com que ninguém, nunca mais, tenha medo de fazer qualquer investimento no Brasil.

Eu penso que o terrorismo, feito durante 2001 e 2002, desapareceu do cenário. Os números da economia com que nós vamos terminar o ano são os melhores, alguns dos melhores dos últimos dez anos. E nós estamos convencidos de que o Brasil só vai alcançar um patamar de país desenvolvido, definitivamente, na hora em que nós, brasileiros, acreditarmos em nós, e na hora em que nós fizermos as coisas certas, na hora em que nós dermos os passos do tamanho das nossas pernas, sem fazer nenhuma aventura descabida. Ou seja, fazer as coisas que precisam ser feitas, olhar uma combinação de política de desenvolvimento e de crescimento, com uma forte política social.

Foi para isso que nós fomos eleitos e vamos fazer isso. Se você, Marco, conhecer outros grupos de origem italiana que queiram fazer investimentos no Brasil, nós aqui estaremos de braços abertos para, não apenas lhe dar a oportunidade, mas lhe dar o prazer de trazer novos investimentos para o Brasil.

Muito obrigado. Muito obrigado aos ministros que trabalharam essa possibilidade. Obrigado aos representantes do governo de Pernambuco, que trabalharam para que isso acontecesse. Obrigado à Petrobras. E, sobretudo, aos deputados, que tiveram um ano exitoso e eu espero que ainda estejam aqui para completar a obra, votando o Orçamento até o dia 30.



Mas eu estou muito feliz porque ontem o Senado votou o Projeto de PPP, a Câmara vota ainda por esses dias. E eu acho que todos nós poderemos passar o Natal e o Ano Novo com a consciência tranqüila do dever cumprido. Aí, todos nós começaremos 2005 com muito mais otimismo, com muito mais crença, e acreditando que nós temos condições de fazer o Brasil ocupar um espaço muito maior e muito mais sólido na economia nacional.

Por isso eu quero desejar Feliz Natal a todos vocês. Um Feliz 2005 e, podem ter certeza, vai ser melhor que 2004. Podem ter certeza, eu vou continuar vendendo mais otimismo do que vendi em 2004, porque eu acho que as coisas só dão certo se a gente acreditar que vão dar certo.

Então, Feliz Natal e Feliz Ano Novo para todo mundo. E, Marco, Feliz Natal para você também.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
celebração do Natal de Jesus - Encontro com Moradores de Rua -
primeiro pronunciamento**

São Paulo-SP, 23 de dezembro de 2004

Meu querido padre Júlio,

Meu querido companheiro de tantas lutas, dom Cláudio Hummes,

Minha querida companheira Marisa,

Meu caro Patrus,

Nossa querida prefeita Marta,

Aloízio Mercadante,

Eu vi chegar o Suplicy, que eu não sei onde está, mas ele chegou, está aqui atrás. Meu caro Eduardo,

Minha querida Aldaíza, que me convidou para conhecer o Projeto Boraceia,

Meus companheiros e companheiras,

Querido Filippi, prefeito de Diadema,

Meus companheiros e companheiras, homens, mulheres e crianças que da rua tiram a sua condição de vida,

Eu me lembro que a minha primeira reação, padre Júlio, quando soube da notícia, foi dizer ao jornalista que me fez a pergunta que era difícil a gente crer que tivesse, no mundo, ser humano com uma mente tão insana, tão maldosa, capaz de matar pessoas que estavam dormindo e com pouca possibilidade de se defenderem.

Logo em seguida, liguei para o ministro Márcio Thomaz Bastos para dizer para ele que era preciso que fizéssemos o esforço que fosse necessário para que a gente desvendasse os responsáveis pela barbárie que aconteceu



com sete pessoas aqui, em São Paulo e, depois, em outros estados da Federação.

Eu penso, padre Júlio, que o que fica de tudo isso é que nós que nascemos e fomos postos no mundo para sermos perfeitos somos, às vezes, mais imperfeitos do que aqueles que nasceram para não serem perfeitos.

Há muito tempo eu venho dizendo que há um processo de desagregação na estrutura da sociedade brasileira, a começar pela família, que pode resultar em muitas coisas ruins que a gente não esperava que acontecessem.

Muita gente, às vezes, acha que isso está ligado apenas à questão de as pessoas serem pobres. E eu sou daqueles que acham que a pobreza não leva à violência, a pobreza não leva a pessoa a ser ladrão, a ser marginal. Eu fico sempre pensando que se fosse a pobreza, na minha família não tinha escapado ninguém, porque eu morei na Vila Carioca durante muito tempo. Morei num quarto e cozinha, com 13 pessoas morando dentro da casa, numa situação de pobreza como muitos ainda vivem hoje, e todos conseguiram sobreviver, casar e construir família, aprender uma profissão e trabalhar. Por quê? Porque tinha uma estrutura maior que, muitas vezes, a gente despreza, que é a estrutura da família, que é o apego, o aconchego do pai, da mãe, do irmão, do tio. Ou seja, coisa que está ficando difícil nos dias de hoje.

Quando eu vejo uma reportagem de uma menina se prostituindo, aparece, de vez em quando, alguém e fala: “Ah, é por causa da miséria”. A miséria explica apenas uma parte, mas a outra parte, podem ficar certos, está ligada à desestruturação de parte da família brasileira.

Eu me lembro que a gente passava fome e ninguém imaginava roubar um pedaço de pão, porque tinha uma mãe que dizia para a gente que não era possível roubar.

E nós percebemos que isso tem se espalhado pelo Brasil. Tem dezenas de fatores que podem contribuir para que aconteça um ato insano como esse,



da morte de pessoas. Como esse, agora, em Brasília, em que um jardineiro da casa mata uma menina de 19 anos.

É impensável a gente saber quantas pessoas anônimas trabalham dentro de casas de família, cuidam de crianças e a gente não sabe o que pode acontecer, como também a gente não sabe o que vai acontecer quando a gente sai à rua.

Hoje, nem dentro de casa se tem mais sossego. Esses dias, aqui em São Paulo, pegaram o nosso companheiro, que mora ali perto da USP, ficaram cinco horas dentro do bloco de apartamentos em que ele mora e roubaram os 11 apartamentos, com todas as famílias dentro.

Nós vivemos um momento – e eu quero encerrar esta primeira parte dizendo isso, Padre Júlio – em que todos nós estávamos preparados para enfrentar a questão do crime do chamado ladrão comum, do assassino comum. Nós não estávamos preparados para enfrentar o crime organizado, que é uma indústria nacional e multinacional.

O crime organizado tem seu braço político, tem seu braço no Poder Judiciário, tem seu braço na indústria, tem seu braço em tudo quanto é lugar. Então, é uma coisa muito sofisticada, é preciso todo um reaprendizado, e é uma tarefa a que o doutor Márcio Thomaz Bastos está se dedicando a construir as bases, para que a gente possa enfrentar com muito maior evidência, com muito mais força.

Eu quero dizer para os companheiros que eu nunca catei papel na rua. Eu vendia tapioca, laranja, amendoim e, de vez em quando, tomava um cascudo do meu irmão porque eu tinha vergonha de gritar. Mas era um tempo bom. Era um tempo em que a gente saía para a rua, não tinha bandido; era um tempo em que não tinha violência, que não tinha atropelamento. Era um outro momento, que não é o momento que vocês vivem hoje.



Eu estou convencido de que o que aconteceu com sete pessoas aqui, em São Paulo, mais três em Pernambuco, em Belo Horizonte, é apenas uma luz que nos mostra que temos que continuar fazendo muito mais.

E podem ficar certos, não é questão da lei, não é apenas questão da polícia. Nós precisamos recuperar, no Brasil, duas palavras que são sagradas: fraternidade e solidariedade. Nós temos que recuperar essas duas palavras e, aí, não adianta o Congresso votar uma lei dizendo: “Todo mundo é obrigado a ter ações de fraternidade” ou “Todo mundo é obrigado a fazer ações de solidariedade”. Isso não existe em lei. Isso existe numa política de convencimento, de conversar, com a cabeça das pessoas, com o coração das pessoas.

Eu quero que vocês saibam que quando acontece uma coisa dessas, ou quando morrem os fiscais do Ministério do Trabalho que foram fiscalizar o trabalho escravo, é como se a gente estivesse perdendo um companheiro de longos e longos anos, um companheiro de longa data, porque é sempre uma pessoa boa, é sempre uma pessoa de bem que morre nessas coisas, não são os que praticam a maldade.

Por isso, padre Júlio, eu sei do seu trabalho, eu sei da sua dedicação, sei do trabalho da Igreja aqui, em São Paulo, uma coisa histórica que está enraizada, incrustada. O que eu posso dizer, meu querido padre Júlio, é o seguinte: como ser humano, muito menos como Presidente, mas como ser humano – porque estou Presidente, mas amanhã poderei não ser Presidente – eu sinto isso como se fosse na própria pele. E eu estou convencido de que nós precisamos encontrar um jeito de fazer homens e mulheres serem mais fraternos, mais irmãos, mais companheiros, nos bons e nos maus momentos.

Eu acho que é possível isso. É só a gente acreditar. E, para mostrar que é possível, Júlio, quando um companheiro como o Antônio sai da Itália e vem para o Brasil prestar solidariedade aqui, o tanto de vezes que ele vem. Porque esse Antônio, Aloízio, vem aqui pelo menos umas 30 vezes por ano. Ele faz



campanha na Itália, faz campanha, arruma dinheiro, vende coisas do Movimento e vem trazer aqui.

Quando a gente consegue mexer com o coração de um italiano com uma cara dura como a do Antônio, por que a gente não pode mexer com o coração de milhões e milhões de homens e mulheres?

Então, meu caro, eu quero que você saiba que eu sou não o Presidente da República, eu sou soldado, para que a gente possa enfrentar essa situação.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita ao Campo Escola de Logística de Subsistência e ao Grupo de Artilharia de Campanha “Projeto Soldado-Cidadão”

Brasília-DF, 29 de dezembro de 2004

Meu caro Márcio Fortes, ministro interino do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

Meu caro companheiro Luiz Dulci, ministro de Estado, chefe da Secretaria Geral da Presidência da República,

Minha companheira Marisa,

Meu caro General-de-Exército Francisco Roberto Albuquerque, comandante do Exército,

Senhores generais MuxFeldt,

General Castro,

General Catão,

General Éspér,

General Minati,

Meu caro general Reis, coordenador do programa Soldado-Cidadão,

Senhores oficiais, praças,

Caros soldados cidadãos,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Fotógrafos, jornalistas e todos que estão aqui presentes.

Para mim era extremamente importante ver com os meus olhos o resultado de um trabalho que se iniciou no mês de agosto deste ano, portanto, há muito pouco tempo. E esta é uma experiência que pode resultar em muitas outras experiências bem-sucedidas para um segmento da sociedade brasileira



que me preocupa, enquanto Presidente da República, mas me preocupa enquanto pai de cinco filhos.

Ou seja, como não frustrar a expectativa, os sonhos e a esperança de uma juventude que, ao longo de muitos e muitos anos, foi tratada como se fosse um segmento de segunda classe ou de segunda categoria? E quando pensamos neste projeto Soldado-Cidadão era por que nós queríamos combinar três coisas que eu acho necessárias na formação de um ser humano: o aprendizado, o amor à sua pátria e a disciplina. Coisas sem as quais a gente não consegue formar um bom cidadão. Poderemos formar profissionais em muitas áreas, mas formar um cidadão na concepção maior da palavra, nós entendemos que era preciso fazer esta experiência nas Forças Armadas Brasileiras.

Nas Forças Armadas que há mais de 15 anos não tinham 100 mil novos recrutas no seu contingente. A crise econômica tinha batido forte às portas das Forças Armadas também. E nós entendemos que era preciso, num primeiro momento, dar chance a um conjunto de jovens brasileiros, das mais diferentes camadas sociais, mas a maioria das camadas mais pobres das periferias dos grandes centros urbanos brasileiros, e através do Exército brasileiro, dar a eles uma chance. Primeiro, de se formarem enquanto cidadãos; segundo, de terem a chance de servir ao nosso Exército; terceiro, terem a chance de, aqui, aprender algo que a gente não aprende nas ruas; aprender algo que a gente não aprende nas noites; aprender algo que, muitas vezes, não temos a chance de aprender, sequer, dentro das nossas casas em função, muitas vezes, do processo de degradação da estrutura social no país e, sobretudo, da estrutura familiar do país.

E, quando vim com a minha esposa visitar estes jovens, aqui, em Brasília, e pude ter acesso a alguma coisa que vocês estão aprendendo, eu disse ao general Albuquerque e quero dizer para vocês: valeu a experiência por estes poucos meses. Eu fico imaginando, quando todos nós: Forças



Armadas brasileiras, empresários brasileiros, governos brasileiros, centros de ensinamentos como Sesi, Senac, Senai e tantas outras instituições no Brasil afora, que podem através de um projeto como este, ajudar a fazer com que os nossos jovens, ao saírem da sua infância, não percam o sonho que vão construir nos primeiros anos de adolescência com a frustração, quando atingirem a idade adulta e precisarem de um emprego, precisarem de uma universidade, que não conseguirão obter.

Nós fizemos duas coisas importantes este ano para a juventude brasileira, duas marcantes, três na verdade, porque uma vai ser votada hoje no Congresso Nacional, que é um projeto específico para a juventude, onde nós vamos tentar cuidar de recuperar alguns milhares de jovens brasileiros que terminaram o ensino fundamental, desistiram da escola antes de completarem o segundo grau, estão com 18, 19, 20 anos e não têm perspectivas de voltarem a estudar, não têm perspectivas de trabalharem. Nós aprovamos uma verba no Orçamento. O Ministro Secretário Geral da Presidência da República está cuidando disso, para que a gente possa ter uma política de incentivo desse jovem para completar o segundo grau e, quem sabe, dentro do segundo grau, aprender uma profissão e ter a possibilidade de entrar no mercado de trabalho. Esta é uma coisa importante.

A outra coisa importante que também foi aprovada este ano e já começa a funcionar no ano que vem para a juventude brasileira é o ProUni. O ProUni é um acordo que o governo fez com as universidades particulares e as universidades filantrópicas, em que elas deixam de pagar alguns tributos para o governo e este dinheiro será transformado em bolsa de estudo para os jovens brasileiros que estudarem em escolas públicas. Uma parte para os jovens negros e uma parte para os jovens indígenas.

Nós tivemos a felicidade do Programa ter mais sucesso do que nós imaginávamos. Já temos garantidos para o governo, 112 mil novas vagas nas universidades brasileiras. Com o Enem que fizemos do dia 6 ao dia 17 de



dezembro, 64 mil jovens já poderão entrar na universidade no ano que vem, totalmente gratuita. Eu vou participar de um ato em São Paulo com milhares de jovens, inclusive com a comunidade negra e com os indígenas. Ainda temos mais 47 mil vagas e estamos fazendo uma peneira nos Enems que foram feitos nos anos anteriores para ver se a gente consegue completar todas as vagas colocadas à disposição do governo.

Em terceiro, este projeto Soldado-Cidadão é um sonho que eu trouxe para o governo e consegui, com a compreensão das Forças Armadas, começar a executá-lo. Na verdade, é um processo de aprendizado de todos nós, dos nossos jovens que estão tendo uma experiência nova. Mas eu não tenho dúvida nenhuma que uma experiência rica, às vezes, pode ser rígida, mas a gente vai dar valor à rigidez deste momento. Quando a gente casar e tiver filhos é que vai perceber o quanto foi bom ter tido a oportunidade e a chance que vocês estão tendo, aqui, nesta extraordinária idéia do Soldado-Cidadão.

E também, com o objetivo de fazer com que vocês saiam daqui, não apenas formados enquanto homens, para ajudar a cuidar das suas famílias, mas para que saiam mais preparados para adentrarem no mercado de trabalho e para que possam, a partir daí, construir o futuro. Lógico que isso aqui é apenas uma iniciação, mas eu tenho certeza que nestes poucos meses que os nossos queridos meninos estão aqui, eles já aprenderam mais do que muitos anos na ociosidade... até pela falta de estrutura da nossa família, de dar a nós essa oportunidade. Nem todo pai, nem toda mãe tem a condição econômica de dar ao filho a educação adequada, alimentação adequada e, sobretudo, a disciplina adequada.

Eu, que na véspera de Natal fui com a minha mulher passar o final de tarde com os catadores de papéis de São Paulo, numa organização extraordinária, onde homens que tinham tudo para se transformarem em párias da sociedade, estão recuperados como cidadãos pela organização. E fomos lá porque o governo fez um convênio para financiar a criação de cooperativas dos



catadores de papéis e os depoimentos que nós ouvimos demonstraram que não tem cidadão perdido definitivamente. Na hora que aparece uma oportunidade, o ser humano se recupera e vai para a frente.

Agora, estou aqui, na véspera do Ano Novo, com uma significativa representação da nossa juventude. Meninos que, possivelmente, não trabalhavam antes de virem para cá, e não trabalhavam, não porque não queriam, não trabalhavam porque não tinham emprego. Meninos que, possivelmente, já tinham desistido do estudo porque mesmo passando no vestibular não conseguiram pagar 800, 900 reais por mês numa universidade. Nós estamos dando um processo de iniciação para essa juventude.

Eu saio daqui realizado por duas coisas, Albuquerque. Primeiro, pelo prazer dos oficiais-generais e de todos os oficiais das Forças Armadas, pelo prazer que vocês estão tendo no cumprimento desta função. Segundo, pela expectativa do que vocês podem produzir.

Este ano, mais de 10 empresas multinacionais, nas mais diferentes regiões deste Planeta, em discursos proferidos publicamente, elogiaram o povo brasileiro e, sobretudo, elogiaram a classe trabalhadora brasileira, porque empresas como a Mercedes-Benz, como a Ericson, ou seja, em pesquisas feitas no mundo inteiro, a melhor qualidade das peças produzidas e a maior capacidade produtiva são dos trabalhadores brasileiros.

A Ford da Bahia está formando jovens para trabalhar em 900 horas e eles produzem com mais eficácia do que se produz nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar do mundo. E me dizia o general Catão da qualidade do aprendizado de vocês, da criatividade de vocês. Eu não tenho dúvida nenhuma que esta é uma pequena chance, é apenas o início de um processo que nós colocamos em andamento. E com a criatividade da juventude brasileira, com essa criatividade fértil, com esse jeito de ser do povo brasileiro, eu não tenho dúvida que vocês, jovens, não perderão uma oportunidade. Nós não terminamos os nossos compromissos aqui não, nós temos que nos preocupar



com os passos que vocês vão dar depois que deixarem o Exército brasileiro, daqui a alguns meses, e temos que comprometer não apenas nós do governo, mas temos que comprometer a sociedade brasileira, para permitir que vocês, que tiveram uma iniciação profissional, possam ter a oportunidade de um emprego mais fixo para construírem as suas vidas.

Com estas palavras, eu quero agradecer ao Exército brasileiro por este extraordinário trabalho. Para mim foi muito importante que a imprensa viesse assistir, porque não é apenas a formação profissional, para mim é a questão da disciplina, do respeito hierárquico, da referência, do amor à pátria, do amor aos valores deste país.

Eu acho que nós não iremos construir a sociedade dos nossos sonhos se as pessoas não aprenderem a gostar do Brasil. E é por isso que nós falamos tanto na auto-estima; é por isso que nós falamos tanto no bem-querer deste país e, sobretudo, vocês soldados que terminaram o hino de vocês cantando um refrão, aqui, que eu acho que é a marca para qualquer ser humano, ou seja: “a paz, queremos com fervor, a guerra só nos causa dor, porém, se a pátria amada for um dia ultrajada, lutaremos sem temor”. É esse o lema que precisa predominar na nossa cabeça se nós quisermos construir uma nação forte, soberana, respeitada e com homens e mulheres bem formados e, sobretudo, com homens e mulheres bem mais brasileiros do que gerações anteriores.

Meus parabéns, muito obrigado, e feliz Ano Novo para todos vocês, sobretudo, para a juventude, que transmitam um abraço aos seus pais, aos seus irmãos, aos seus parentes e digam que a gente pode não fazer tudo que a gente quer fazer, mas nós vamos fazer o que for possível para que a juventude brasileira não deixe nunca de sonhar e para que ela possa transformar esse seu sonho em realidade.

Feliz 2005 para todos vocês.



Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de sanção do projeto de lei que institui normas gerais para
licitação e contratação da Parceria Público-Privada**

Brasília-DF, 30 de dezembro de 2004

Meu querido companheiro João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos
Deputados,

Meu caro companheiro Berger, ministro-chefe interino da Casa Civil,

Meu querido companheiro Palocci, ministro da Fazenda,

Meu caro, não estou vendo o Amir Lando aqui,

Meu querido companheiro Aldo Rebelo,

Meu querido companheiro Nelson Machado, ministro interino do
Planejamento, Orçamento e Gestão,

Meu querido companheiro Fernando Adaad, ministro interino da
Educação,

Meu caro Paulo Lustosa, ministro interino das Comunicações,

Meu querido companheiro Waldir Pires, ministro do Controle da
Transparência,

Meu querido Cássio Cunha Lima, governador do estado da Paraíba,

Meu caro Valdir Raupp, relator do projeto da lei da Parceria Público-
Privada,

Minha querida companheira senadora Ideli Salvatti, líder do PT no
Senado Federal,

Meu querido companheiro Luizinho, líder do Governo na Câmara dos
Deputados,

Meu caro deputado Arlindo Chinaglia, líder do PT na Câmara dos
Deputados,



Meus queridos companheiros deputados Miguel de Souza, Luiz Eduardo Greenhalgh, Devanir Ribeiro, Virgílio Guimarães, Wellington Roberto, João Leão, Waldemir Moka, Sigmaringa Seixas, Paulo Delgado, Paes Landin,

Meu querido companheiro Guido Mantega, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu quero, antes de falar da PPP, aproveitar este momento para, acredito que em nome de todos nós aqui, prestar uma homenagem ao povo do continente asiático pelo sofrimento e pela dor que dezenas de milhares de famílias estão sentindo neste momento.

No Brasil, nós montamos o Comitê de Crise, liderado pelo Gabinete de Segurança Institucional, e hoje de manhã ou ontem à noite, saiu um avião com 8 toneladas de alimentos e 8 toneladas de remédios. Os nossos embaixadores, em cada país, estão na área em que houve o desastre ecológico grave, para que a gente possa, junto das Nações Unidas, estabelecer que tipo de ajuda a mais nós podemos dar e também o país para onde nós precisamos mandar ajuda, porque tem uns que precisam mais do que outros.

De qualquer forma, este desastre que vitimou tantas mulheres, homens e crianças, é um alerta para nós, para que a gente comece a olhar com mais carinho a preservação ambiental e o carinho com a natureza. Muitas vezes nós a desprezamos e, de vez em quando, ela se revolta. E quando ela se revolta não pede licença, não diz onde vai acontecer e acontece. Eu acho que isso foi de uma gravidade que há muitos e muitos anos nós não víamos uma coisa dessa magnitude. O governo brasileiro não só estará solidário com o ser humano, mas estaremos solidários ajudando naquilo que estiver nas nossas possibilidades e naquilo em que eles precisarem.

Eu quero dizer, João Paulo, a você, aos deputados e senadores aqui presentes, e eu faço questão de reiterar, pela terceira vez esta semana. De vez em quando se cria uma guerra entre o Poder Executivo e Poder Legislativo,



que quem lê uma manchete de um jornal não tem nem vontade de sair de casa, tal é a guerra que está estabelecida.

Às vezes a gente tem impressão que nenhum projeto será votado, a depender de como você interpreta a leitura que você fez. Entretanto, o que aconteceu nesses dois anos de governo ou sem querer que ninguém fizesse discurso contra o governo ou questionando a posição do governo, o dado concreto, meu caro João Paulo, é que a Câmara dos Deputados e o Senado, a Câmara presidida por você e o Senado presidido pelo senador José Sarney, em nenhum momento faltou com os interesses da nação brasileira e com os objetivos traçados pelo nosso governo.

Eu penso que se nós fizermos uma retrospectiva do que foi votado nesses últimos dois anos, vamos constatar que votamos coisas, do ponto de vista de uma análise eminentemente teórica, impossíveis de serem votadas. Coisas que estavam há 10, 12 anos paralisadas, coisas que muitos de vocês já tinham desanimado que não iam mais acontecer e de repente aflorou, de repente foram aprovados e de repente o Brasil começa a acreditar em si mesmo e começa a dar os passos que precisava dar para que a gente pudesse terminar o ano do jeito que terminamos.

O companheiro João Paulo, pelo recesso da Câmara, sai agora, volta no dia 14 e no dia 15 já tem eleição do novo Presidente da Câmara, portanto, eu não sei se o João Paulo vai conseguir votar alguma coisa importante. Eu espero que não tenha nenhuma crise em que precise convocar em caráter de urgência a Câmara e o Senado. Mas um dado concreto, João Paulo, é que você conquistou, neste teu mandato na Câmara, o direito de chegar hoje à noite, ou dia 31, depois de comemorar com os teus familiares e amigos a passagem do ano, encostar a cabeça no travesseiro e dormir o sono dos justos, dormir o sono de alguém que está com a consciência tranqüila do dever cumprido, que está com a consciência tranqüila de que poucas vezes essa Câmara teve um presidente que tratava com carinho, carinho de verdade, não



o carinho falso muitas vezes da política, mas é o aconchego, é o abraço, é o encostar de rosto, o aperto de mão que todo ser humano precisa receber, porque nós somos 80% emoção e apenas 20% de muita racionalidade. E você fez isso com a maestria que poucas vezes a Câmara dos Deputados teve, que um presidente teve.

É por isso que eu quero reiterar aqui uma coisa que o Sarney disse de você, ele disse na minha frente, portanto, eu não quero plagiá-lo sem dizer que foi ele quem falou: “que certamente a história saberá julgar o importante presidente que você foi da Câmara dos Deputados”. E por que não dizer, se tivesse um título de revelação política do ano, certamente você receberia o título de “Revelação Política” pelo teu comportamento, pela tua lisura com os teus liderados na Câmara nos momentos mais difíceis, e pela tua compreensão onde mesmo sendo o Presidente da Câmara, você é membro de um partido político que governa este país, e você nunca deixou de agir com a autonomia necessária para presidir a Câmara. Mas também nunca deixou de levar em conta os compromissos históricos da tua vida política com o governo e, sobretudo, com o teu amigo metalúrgico, que nós somos.

Por isso, João Paulo, meus parabéns por tudo que aconteceu neste teu mandato e, certamente, você é muito jovem, terá uma carreira política excepcional e vai perceber que quando a gente conquista o que você conquistou, não precisa mais de cargo para ter importância. Você vai perceber que vai virar uma figura importante mesmo sem ser deputado ou presidente da Câmara dos Deputados.

Aos companheiros Palocci e Guido Mantega, José Dirceu, que não está aqui mas está o Berger, esses três companheiros tiveram uma dedicação, eu diria, muito grande para que este projeto pudesse acontecer e, obviamente, quando a criança nasce, fica mais fácil a gente olhar os defeitos que ela tem; se tem a orelha grande, o nariz grande, o pé grande, o dedo grande, ou seja, o projeto mandado pelo Poder Executivo, é mandado para o Poder Legislativo



para que vocês possam, como representantes da sociedade, aperfeiçoá-lo, piorá-lo nunca, mas aperfeiçoá-lo é uma necessidade que o Poder Legislativo tem e vocês fizeram com maestria. Aqui eu também quero agradecer ao companheiro Aldo Rebelo. Essa figura serena que poucas vezes sorri. Você quase não vê o Aldo sorrir, não é que ele seja mal-humorado não, isso é um charme político, é o oposto do João Paulo, que vive sorrindo, mas sempre tem também quem gosta de quem não sorri tanto assim.

Mas o Aldo teve um papel extraordinário também no cumprimento da sua tarefa de coordenação política, nos momentos difíceis, se reunindo à meia noite, a 1 hora da manhã, às 2 horas da manhã, dia de domingo, sábado, ou seja, muitas vezes se queixando para mim que estava esquecendo as suas bases eleitorais. E conseguimos, depois de 13 meses, e é por isso que eu resolvi sancionar hoje, dia 30 de dezembro, porque muitos poderiam perguntar: puxa vida, é um projeto tão importante, por que o presidente não fez no dia 20 de janeiro, com mil empresários aqui? Porque perderia um pouco o brilho do sacrifício que vocês fizeram, deputados, ministros, senadores e todos que contribuíram direta ou indiretamente.

Eu fiz hoje exatamente para dizer que nós, no dia 30 de dezembro de 2004, sancionamos a lei que regulamenta a Parceria Público-Privada no Brasil. E isso eu fiz pelo sentido simbólico, para contrariar um pouco alguns teóricos que são verdadeiros pregadores de notícias negativas. Eu aprendi na minha vida e eu não poderia terminar o ano mais feliz do que estou, não só porque sou corintiano – o time que estava ruim, não caiu, chegou em 5º lugar, o que já foi para mim uma alegria imensa – mas porque nós conseguimos contrariar todo negativismo colocado neste país durante os 12 meses. Eu tenho um computador, Virgílio, na minha frente, que, às vezes, eu não quero olhar, mas sou obrigado a olhar, e tem gente que levanta de manhã, está um sol maravilhoso, e o cara é tão pessimista que ele fala: “eu vou sair com o guarda-chuva”. Às vezes pode até dar certo, mas na maioria das vezes erra. Tem



gente que fala: “eu não vou fazer tal coisa porque vai me acontecer uma coisa negativa” e eu resolvi que as coisas só dão certo se a gente acreditar que é possível dar certo. As coisas só dão certo se a gente acreditar que a gente tem que trabalhar para elas darem certo. Se a gente manda um projeto para a Câmara e para o Senado e fica aqui esperando que as coisas aconteçam, não vamos lá articular, não vamos conversar com o presidente da Câmara, com os líderes, almoçar, jantar, tomar café com eles para mostrar a importância, isso vai ficando como tantos projetos, 10, 15, 20, 30 anos até que não existe mais por decurso de prazo.

Nós, então, resolvemos acreditar que era possível fazer as coisas neste país e veja que engraçado, nós terminamos o ano com superávit comercial nunca visto na história deste país; um superávit de conta corrente que também nunca foi visto neste país, com uma poupança interna, meu querido Cássio, que há muito não se tinha. Eu me lembro que durante a campanha, a poupança interna estava em 17% e era motivo de grande debate nosso: como fazer a questão da poupança interna crescer? Tinha teoria para tudo quanto é lado, ou seja, o dado concreto é que nós não aplicamos nenhuma das teorias que a gente discutia e a poupança interna termina o ano em 25%, o que é um saldo extremamente positivo. E mais ainda, o otimismo pelo que nos espera o ano que vem.

Se cada um de nós ficar sentado na nossa casa, no nosso gabinete, dizendo que não vai dar certo, está tudo errado, porque o dólar americano, porque o ien não sei das quantas, porque o euro... se a gente ficar nessa fase negativista que muitas vezes o ser humano tem, não acontece nada mesmo.

Eu termino o ano muito otimista e quero dizer para vocês que vou começar o ano muito mais otimista. Não há obstáculo que não possa ser transposto, nós poderemos transpor qualquer obstáculo se a gente acreditar no que está fazendo e se tiver determinação. Eu acho que 2005 vai ser um ano importante. Acho que o projeto de PPPs que nós aprovamos não é a solução



de todos os problemas, não vamos também trabalhar com isso, porque no Brasil se tem o hábito de dizer: “tal coisa é fundamental”. É importante, mas nós temos outras coisas para fazer. Nós temos, ainda, alguns ajustes para fazer, algumas reformas. Nós temos, ainda, que consolidar a credibilidade que nós conquistamos às duras penas. Nós precisamos convencer vários setores da economia deste país que controlar a inflação não pode ser tarefa apenas do Banco Central, tem que ser da sociedade como um todo, do presidente da República ao mais humilde. Nós temos que ter uma parcela, desde aquele que denuncia o aumento de preço, àquele que aumenta o preço, todos temos responsabilidades. Porque senão, nós ficamos sentados numa cadeira confortável, xingando o Banco Central quando aumenta o juro, sem saber que o juro vem porque alguém, em algum lugar, aumentou os preços acima do que deveria aumentar e isso resulta na inflação.

Então, nós precisamos, se quisermos construir este país definitivamente grande, soberano, dono do seu nariz, um país que ande de cabeça erguida no mundo, nós temos que mudar o nosso comportamento. A gente só pode exigir seriedade dos outros, se nós formos sérios. A gente só pode exigir compromissos dos outros, se nós cumprirmos com os nossos compromissos.

E o que nós estamos colhendo com tudo isso? Nós estamos provando que é possível controlar a inflação; que é possível ter uma política; cuidar dos gastos públicos com muita responsabilidade e, ao mesmo tempo, fazer a economia crescer, fazendo o crescimento das exportações e do mercado interno. Nós vivemos quantos anos com a teoria “exportar, diminui o mercado interno, aumentar o mercado interno, diminui as exportações”, como se uma coisa fosse antagônica para a outra. Eu acho que nós provamos que alguns tabus, o tecnicismo econômico discutido durante anos neste país, vai por terra abaixo, na medida em que a gente começa a fazer as coisas concretas.

O Palocci lembra, o Guido lembra, quando nós começamos a discutir a questão do empréstimo em consignação, que era uma coisa que já existia do



Banco do Brasil com alguns estados e com o setor público, mas uma coisa que era irresponsável, porque comprometia o pagamento do trabalhador o mês inteiro. Tinha trabalhador que não recebia o pagamento porque o banco já descontava, porque a dívida dele era maior que o pagamento. Nós fizemos uma coisa responsável. E hoje eu penso que é um dos maiores indutores do crédito de consumo no nosso país. Eu penso que nós já chegamos à casa dos 15 bilhões de reais, de dinheiro que os trabalhadores tomaram emprestado. E olhe que os aposentados estão começando agora. Tudo isso porque a gente ouviu os sermões acadêmicos, técnicos, mas tem uma hora que tem que haver uma decisão política de que as coisas não podem continuar como eram, porque se continuarem como eram, não darão certo, então, é preciso mudar.

E o sucesso que nós colhemos, eu digo nós, porque não foi meu. Um projeto deste, aqui, não é um projeto do Presidente da República. É um projeto da sociedade brasileira. Cada um de vocês votou e se comportou como um membro da sociedade brasileira que queria ver as coisas darem certo.

Este projeto, aqui, acaba com uma questão ideológica, por exemplo, no saneamento básico. Saneamento é da responsabilidade do Estado. Só que o Estado não faz e o povo fica pisando em esgoto a céu aberto, durante décadas e décadas. E o Estado que tem que fazer, não faz. Se o Estado não pode fazer, vamos fazer parceria para a iniciativa privada fazer. Do ponto de vista do povo, ele não quer saber se foi o dinheiro do Estado ou dinheiro privado; ele quer saber se está vendo o filho dele brincar numa rua sem esgoto a céu aberto, ou com esgoto tratado, água encanada, potável, de boa qualidade, é isso que ele quer. E é isso que nós vamos fazer.

Quero terminar, meus queridos companheiros, dizendo para vocês o seguinte: João Paulo, não sei de você viu o jogo do Santos, no final do campeonato, Santos e Vasco? Eu faço muita comparação da política com o futebol. Você viu quando o Robinho foi tirado? Você viu que ele saiu com uma cara alegre e foi abraçar o cara que ia substituí-lo, o Basílio? E foi abraçar com



um abraço carinhoso de quem estava falando: “vai, meu filho, e faz o gol que eu não fiz.”

Tem outros jogadores que, às vezes, o técnico tira, ele sai e nem cumprimenta o que vai substituí-lo e ainda sai balançando a mão, fazendo um gesto para o técnico quase que dizendo: “tomara que o cara que entrou não faça nenhum gol; tomara que ele dê errado; tomara que ele marque um gol contra. É assim. Na política também é assim. Na política tem gente que fica o tempo inteiro torcendo para as coisas não darem certo: “Ah, isso não pode dar certo. Imagine se dá certo? Esses meninos podem crescer, podem até ganhar eleições, então, não pode dar certo.”

Eu trabalho com a minha cabeça pensando neste país para 30 anos. Eu não consigo pensar pequeno e pensar no Brasil para 2006. Este país tem que ser pensando para 30 anos, para 20 anos, se nós acreditarmos que a política é a arte do impossível, mas não a arte da trambicagem; a arte das negociações; a arte das coisas sérias; e a arte de nós planejarmos neste país para o futuro, para os nossos netos e para os nossos filhos, e isso a gente tem que começar com muita rapidez. E este projeto que vocês votaram pensa o Brasil para mais do que uma simples eleição, até porque, possivelmente, não conseguiremos fazer grandes acordos até 2006, mas independentemente de quem seja o governo daqui a oito ou nove anos, ele terá um instrumento que aqueles que nos antecederam não tiveram; um instrumento sólido que, na medida em que o governo cumpra com as suas obrigações, e os empresários cumpram com as suas obrigações, nós estaremos fazendo o que de melhor já foi feito no nosso país.

Por isso eu quero terminar este ano, terminar este meu dia, eu ainda vou ter uma reunião mas, depois, pretendo descansar, hoje, no final da tarde e amanhã, e desejar a todos vocês um feliz Ano Novo, que vocês possam colher aquilo que plantaram em 2004. Se não plantaram as coisas corretas, dá tempo ainda de capinar e mudar o tipo de planta, de cultura que vocês querem



plantar, mas, de qualquer forma, eu quero que todos vocês saiam daqui com um otimismo muito grande para com o nosso país.

Eu estou convencido, durmo, acordo, e passo o dia inteiro pensando nisso. Este país não vai jogar fora esta oportunidade que nós construímos. Não há espaço, não há o menor espaço deste país voltar para trás. Não há o menor espaço de uma crise, em qualquer lugar, fazer com que a gente fique correndo o mundo atrás de empréstimo para poder fechar as nossas contas no final do ano. Nós temos que ser mais responsáveis e por isso nós estamos sendo responsáveis. Eu digo sempre o seguinte: a verdade muitas vezes é tão dura que as pessoas preferem acreditar numa mentira do que numa verdade. Mas eu digo sempre que nós, mesmo nos momentos mais difíceis, não podemos abrir mão de dizer a verdade. Quando a gente pode a gente faz, quando a gente não pode a gente tem que ter a coragem de dizer: não posso. E eu quero terminar o ano dizendo: o Brasil pode muito mais do que já fez até agora.

Agora que os brasileiros estão acreditando em si mesmos; agora que os brasileiros recuperaram o orgulho da camisa verde e amarela da nossa bandeira; agora que as pessoas estão acreditando na criatividade do nosso povo e na capacidade de inserção que a gente possa ter no mundo, não há espaço para voltar. E para os empresários que estão aqui, um aviso de companheiro: vocês, a vida inteira, muitas vezes, se queixaram de que não tinham as oportunidades. Nunca teve tanto espaço para os empresários debaterem com o governo sobre as políticas que deveriam ser implantadas neste país; nunca teve tanto espaço para os trabalhadores, seja através do Conselho ou através de reuniões diretas com os ministros. Agora, meus queridos amigos, as coisas estão postas, cabe agora entrar em campo e fazer o que tem que ser feito.

Feliz Ano Novo e muito obrigado a todos vocês.